

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO

EMANUELLE DOS SANTOS PINHEIRO

IMPERIALISMO E A CULTURA DA SOJA: a experiência boliviana no início do
século XXI.

São Luís – MA
2019

EMANUELLE DOS SANTOS PINHEIRO

IMPERIALISMO E A CULTURA DA SOJA: a experiência boliviana no início do século XXI.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção de título de mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Welbson do Vale Madeira

São Luís – MA
2019

Pinheiro, Emanuelle dos Santos.

Imperialismo e a cultura da soja : a experiência boliviana no início do século XXI / Emanuelle dos Santos Pinheiro. - 2019.

132 f.

Orientador(a): Welbson do Vale Madeira.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconomico/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

1. Bolívia. 2. Capital monopolista. 3. Imperialismo. 4. Produção de soja. I. Madeira, Welbson do Vale. II. Título.

EMANUELLE DOS SANTOS PINHEIRO

IMPERIALISMO E A CULTURA DA SOJA: a experiência boliviana no início do século XXI.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção de título de mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Welbson do Vale Madeira

Data da defesa: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Welbson do Vale Madeira (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof. Dr. Benjamin Alvino de Mesquita
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof. Dra. Cláudia Alves Durans
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Apoio Financeiro:

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Aos povos amazônicos e andinos da Bolívia, que permanecem na luta pelo reconhecimento concreto do Estado Plurinacional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pelo apoio e por entender minha ausência nas longas horas de trabalho nos finais de semana e feriados. A meus pais, Manoel, Rojane e Elisângela, por todo sacrifício e toda dedicação que tiveram para que eu me tornasse a pessoa que sou.

Aos meus irmãos, Andressa e Manoel, que sempre torceram por mim.

Agradeço a minha confidente Raquel Pontes pelo apoio emocional, pelas infinitas horas perdidas me dando ânimo, pela paciência dispensada em meus momentos de nervosismo; agradeço principalmente por me ensinar o verdadeiro significado de parceria e mostrar isso na prática nos piores momentos da minha vida. Sem você provavelmente eu não estaria aqui!

Ao meu orientador Professor Dr^o Welbson Madeira, pela orientação, por ter me acolhido em seu grupo, pela paciência, perseverança, por compreender minha “teimosia” e acreditar nela, pelas infindáveis conversas, não mais como professor e orientador, mas como amigo. Agradeço especialmente por ter confiado a mim a realização desse gratificante trabalho.

Aos professores do PPGDSE, em especial o Professor Dr^o. Benjamin Mesquita, por acompanhar a construção desse trabalho, com suas intervenções firmes e precisas na qualificação do projeto. A professora Dr^a Cláudia Durans, pelo incentivo à pesquisa e docência, e disponibilidade em participar também da qualificação.

Aos funcionários do PPGDSE, pelo empenho nas atividades administrativas, em especial a Patrícia pelas conversas no fim da tarde.

As minhas amigas Bia, Luzinete, Lene Luma e Karinina, pelo incentivo profissional, pelas trocas de experiência e convivência estimuladora.

À CAPES pela bolsa concedida.

*Mamá, naturaleza Bolivia está de
moda es la última frontera verde
es la última pureza
y está de moda, mamá
y ellos llegan, ellos ya están....*

Beba da Silva Gutierrez

RESUMO

A presente dissertação apresenta uma abordagem teórico-metodológica baseada no materialismo e dialético. Analisam-se nesta dissertação as manifestações do capital transnacional na produção e comercialização de soja na Bolívia, com o objetivo de averiguar a pertinência das categorias imperialismo e subimperialismo, os padrões de desenvolvimento dependente na Bolívia e os determinantes e limites da expansão da soja no referido país. Para isso, buscamos compreender, à luz da teoria marxista, o processo de crescimento de empresas ao longo do século XX, período este em que há um fortalecimento das práticas imperialistas pelo mundo, e, conseqüentemente o surgimento de grandes empresas. Em seguida buscamos compreender a Divisão Internacional do Trabalho, no contexto da América Latina. E por fim, tomamos como referência empírica a produção de soja na Bolívia como reflexo do movimento do capital monopolista, e as contradições do Estado Plurinacional, sob a égide do chamado *vivir bien*.

Palavras-chave: Imperialismo. Capital monopolista. Produção de Soja. Bolívia

ABSTRACT

The present dissertation has a theoretical methodological approach based on materialism and dialectic. This paper analyzes the manifestations of transnational capital in the production and commercialization of soybeans in Bolivia, with the objective of ascertaining the pertinence of the categories imperialism and sub-imperialism, the patterns of dependent development in Bolivia, and the determinants and limits of soybean expansion parents. To this end, we seek to understand, in the light of Marxist theory, the process of business growth throughout the twentieth century, a period in which there is a strengthening of imperialist practices around the world, and consequently the emergence of large companies. We then seek to understand the International Labor Division in the context of the Amazonian countries. And finally, we take with empirical reference the production of soy in Bolivia as a reflection of the movement of monopoly capital, and the contradictions of the Plurinational State, under the aegis of living well.

Keywords: Monopoly capital. Soy production. Bolivia

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	A organicidade do capital industrial	28
Figura 02	Ilustração do ciclo do capital industrial nas suas formas funcionais	29
Figura 03	Capital fixo e capital circulante	30
Figura 04	Autonomização das formas funcionais do capital	39
Figura 05	A autonomização das formas funcionais do capital e a desmaterialização do dinheiro	41
Figura 06	Grupo da indústria de eletricidade na Alemanha 1900 a 1912	45
Figura 07	De onde o Brasil importou maquinários agrícolas em 2016	59
Figura 08	Para onde o Brasil exportou maquinários agrícolas em 2016	59
Figura 09	Exportações de estanho e preços - 1955	64
Figura 10	Estrutura do mercado mundial de sementes: uma expressão do monopólio da Monsanto	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Produção de soja no mundo a partir do século XXI	79
Gráfico 02	Superfície cultivada, por ano agrícola na Bolívia (em hectares)	87
Gráfico 03	Superfície cultivada, por ano agrícola (em milhares de hectares)	90
Gráfico 04	Superfície cultivada por culturas consideradas industriais na Bolívia (em milhares de hectares)	91
Gráfico 05	Bolívia: exportações nacionais, por blocos comerciais, em quatro momentos (em milhares de dólares norte-americanos)	93
Gráfico 06	Exportações de soja e seus derivados de acordo com o destino dos principais países que compõem o CAN em 2016	94
Gráfico 07	Evolução da área semeada com soja, de acordo com a nacionalidade do produtor (em milhares de hectares)	94
Gráfico 08	Evolução do rendimento da soja na Bolívia (t/Ha)	95
Gráfico 09	Financiamento para empresas por setor econômico na Bolívia (em milhões de bolivianos)	96
Gráfico 10	Composição do crédito para setor produtivo por Departamento, de outubro de 2018	97
Gráfico 11	Importações de agroquímicos realizadas pela Bolívia (em milhões de quilogramas)	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Características das formas históricas de centralização de capital	27
Quadro 02	Composição orgânica do capital e rotação do capital	31
Quadro 03	Grande silogismo do imperialismo global	52
Quadro 04	Principais acordos de integração econômica regional na América Latina	58
Quadro 05	Investimentos chineses no agronegócio e em infraestrutura no Brasil, 2009-2017	60
Quadro 06	Síntese das principais fusões ou incorporações ligadas à agroquímica — 1993-2000	74
Quadro 07	Aquisições ou participação assumida em sociedades sementeiras pelos grupos de agroquímica no final da década de 1990	75
Quadro 08	Política Agrária e Ditaduras Militares (1964 – 1982): o caso da Bolívia	81
Quadro 09	Agronegócio estabelecido na Bolívia e a produção de soja	84
Quadro 10	Investimentos provenientes do “ <i>Plan Bohan</i> ” na Bolívia (em dólares americanos)	88
Quadro 11	Fontes de financiamento da primeira etapa do <i>Plan Bohan</i> (em dólares americanos)	90
Quadro 12	Detalhamento dos gastos efetuados pela CBF em 1943	90
Quadro 13	Momentos da CBF, a partir da década de 1940	91
Quadro 14	Projeções e incrementos na produção, segundo PND 2016/2020	118

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 01	Expressões das contradições e conflitos relacionados a produção de soja na Bolívia	105
FOTOGRAFIA 02	Expressões das contradições e conflitos relacionados a produção de soja na Bolívia	105

LISTA DE SIGLAS

ADM	Archer Daniels Midland Company
ABCD	ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus
CAN	Comunidade Andina
MAS	Movimiento Al Socialismo
MNR	Movimento Nacionalista Revolucionario
ANAPO	Asociación de Productores de Oleaginosas
BM	Banco Mundial
FMI	Fundo Monetário Internacional
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ALBA	Aliança Bolivariana para as Américas
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 CENTRALIZAÇÃO DE CAPITAIS, IMPERIALISMO E SUBIMPERIALISMO E ESTADO	20
2.1 Acumulação, concentração e centralização	21
2.2 A categoria imperialismo e os debates acerca de sua atualidade	43
2.3 Subimperialismo e suas possíveis manifestações na América Latina	54
2.4 Imperialismo e Estado	62
3 A BOLÍVIA NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO	67
3.1 Divisão internacional do trabalho e <i>commodities</i> agrícolas após a Segunda Guerra Mundial	69
3.2 A Bolívia no contexto da divisão internacional do trabalho: a expansão da fronteira agrícola	77
4 A PRODUÇÃO DE SOJA NA BOLÍVIA: capital monopolista versus política do vivir bien	87
4.1 História e características da produção de soja na Bolívia: o aumento do capital monopolista	88
4.2 A política do <i>Vivir Bien</i> e as relações com o capital monopolista no contexto do Estado Plurinacional	107
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	122

1 INTRODUÇÃO

Com aproximadamente 10% das exportações nacionais, terceira matéria-prima mais importante, depois dos hidrocarbonetos e dos minerais, a Bolívia tornou-se o 8º maior país produtor de soja do mundo, responsável por 6% do PIB nacional. Mais de 40% da superfície nacional é cultivada pela cultura da soja, onde Santa Cruz concentra mais da metade de toda produção (INE, 2016; FAOstat, 2018). Este cenário, configurou-se a partir da década de 1980 em função do aumento da demanda mundial por esse produto, no qual a Amazônia, assim como outras áreas da América Latina e da África, passou a ser um local visto como apropriado para produzir *commodities* agrícolas.

Foi em 1980, que o Estado boliviano engendrou uma série de medidas para integrar as terras baixas do leste do país ao altiplano. O projeto “Marcha ao Oriente”, equivalente à ocupação do Centro-Oeste brasileiro, fizeram com que Santa Cruz se desenvolvesse a ponto de se constituir no polo econômico do país. Projetos como o de Desenvolvimento das Planícies (*Lowlands Development Project*), Desenvolvimento das Terras Baixas do Leste mais conhecido como "Projeto de Terras Baixas, foram financiados pelo Banco Mundial, e objetivavam em primeira instância a criação de fronteiras agrícolas.

De acordo com Pérez (2008), é possível identificar três etapas da expansão da produção de soja na Bolívia: a primeira no período 1986 – 1992; a segunda, no período 1993 – 1998; a terceira, a partir de 1998. Segundo Pérez (2008), na primeira etapa o Estado passou a direcionar esforços para esta atividade. Este posicionamento foi desencadeado em 1986, quando o mercado internacional de estanho entrou em colapso. O segundo estágio começou em 1993, quando ocorreram dois eventos: o início do projeto "*Eastern Lowlands*" (ou simplesmente "Terras Baixo"), e a declaração da Comunidade Andina das Nações (CAN) como União Aduaneira. A terceira etapa do desenvolvimento da atividade da soja começou mais ou menos em 1998, e relaciona-se com a busca de saídas para a crise no país

Para tanto, cabe ressaltar que este movimento de expansão da fronteira agrícola está diretamente relacionado com a forte influência de grupos monopolistas que necessitam do aparato estatal para criar as bases necessárias do ponto de vista da infraestrutura, econômico e social. Nesse rumo, o processo de centralização de capital na

agricultura da Bolívia teve início com apoio decisivo do Estado na fase desenvolvimentista em 1950. Através da chamada Revolução Nacionalista, o país passa por uma transformação estrutural na sociedade, principalmente por apresentar um projeto modernizador, estatizante, contribuindo para o aumento da produtividade no campo de cultivos como algodão, café, soja, arroz, e para o desenvolvimento de novas indústrias sob a coordenação do Estado (SEGABINAZZI, 2006).

Já no pós-guerra, com o avanço o avanço tecnológico e a lei de patentes (fruto do neoliberalismo), criam-se as bases necessárias para Revolução Verde. Antes, o Estado tinha uma forte intervenção no desenvolvimentismo; agora, sob a égide do neoliberalismo, o Estado passa por um processo de encolhimento. Emerge daí um novo padrão de acumulação articulado ao capital bancário, industrial e comercial.

A década de 1990 marca o crescimento vertiginoso da produção das empresas monopolistas, voltadas para o agronegócio, agora com produtos homogeneizados. É nessa fase, que a agricultura passou a assumir um papel decisivo na política econômica, que no âmbito interno ajuda a combater a inflação. Por outro lado, com a chegada do modelo neoliberal na América Latina, agravam-se os problemas sociais, políticos e ambientais no subcontinente.

Nesse contexto, a política do *Vivir Bien* parte de uma nova racionalidade econômica, política e ambiental, proveniente de saberes dos povos andinos e amazônicos. Este debate, ganha força em 2003 a partir das lutas indígenas e antineoliberais na Bolívia (Guerra da Água e a Guerra do Gás), logo após a queda do presidente Gonzalo Sánchez de Lozada. O resultado da efervescência das revoltas rurais, urbanos e indigenistas foi a chegada do Evo Morales à presidência da República, que nasce das entranhas dos movimentos sociais (SVAMPA, 2016).

Em 2009, há um grande avanço do ponto de vista político e jurídico, através da promulgação da Constituição de um Estado que se declara plurinacional (estimulado pelas revoltas de 2006). No entanto, a expansão dos direitos coletivos, é simultâneo ao avanço das fronteiras do capital (SVAMPA, 2016), principalmente nessa fase monopolista que dá primazia ao mercado financeiro. Por isso, muitas contradições ainda podem ser verificadas no oriente boliviano, a exemplo da produção agrícola, que nada tem a ver com a política do *Vivir Bien* defendida pelos povos amazônicos, além de violar os direitos da *Pachamama*.

Destarte, atualmente a Bolívia é apresentada como um Estado Plurinacional e soberano. Todavia, podem ser feitos questionamentos quando pensamos a dialética entre o capital e o Estado e a compatibilidade ou não entre eles. Por isso, a hipótese central assumida neste trabalho é que a política de *vivir bienr*, conforme princípios e demandas das comunidades tradicionais (apresentada no último capítulo deste trabalho), é incompatível com as demandas do capital monopolista no setor da soja. Para tanto, aqui analisamos as manifestações do capital transnacional na produção e comercialização de soja na Bolívia, no intuito de verificar até que ponto o processo político que advêm das lutas populares e de povos tradicionais é legitimado com a inclusão das diretrizes do “*vivir bien*” na Constituição e nos Planos de Desenvolvimento da Bolívia. Portanto, esta dissertação está articulada em três partes onde a primeira parte trata da CENTRALIZAÇÃO DE CAPITAIS, IMPERIALISMO E SUBIMPERIALISMO; a segunda A BOLÍVIA NO CONTEXTO DA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO; e a terceira A PRODUÇÃO DE SOJA NA BOLÍVIA: capital monopolista versus política do *vivir bien*.

2 CENTRALIZAÇÃO DE CAPITAIS, IMPERIALISMO E SUBIMPERIALISMO E ESTADO

O aumento do mercado de soja passa cada vez mais a ser também uma necessidade de empresas produtoras de fertilizantes, defensivos agrícolas e sementes geneticamente modificadas. Por isso, nos últimos anos a Amazônia, assim como outras áreas da América Latina e da África, passou a ser um local visto como apropriado para produzir *commodities* agrícolas. Este cenário, configura-se a partir da década de 1980 em função do aumento da demanda mundial por esse produto. É impossível analisar o crescimento da produção de soja dissociado de um movimento global do capital. Essa situação justifica-se pelo fato de que quatro empresas dominam o comércio mundial e processamento de soja, bem como grãos mais importantes. São conhecidas como empresas ABCD, um acrônimo formado pelas primeiras letras de seus nomes: ADM, Bunge, Cargill e (Louis) Dreyfus. Estima-se que essas empresas controlem até 90% do comércio global de grãos (MURPHY, BURCH E CLAPP *apud* HOWARD, 2016).

Neste primeiro capítulo, portanto, buscou-se compreender do ponto de vista marxista, as categorias acumulação, concentração e centralização de capitais, apresentaremos apontamentos do próprio autor. Na sequência, utilizamos referenciais que também embasaram-se em Marx e outros autores, como Hilferding (1985). Este pretende dar continuidade a Marx, a partir do ponto em que o mesmo parou, no livro III, no qual ficou indicada a importância das S.A., dos bancos e do sistema de crédito, além de autores que discutiram o imperialismo e o capital monopolista, numa perspectiva tanto marxista quanto reformista. E por fim, o subimperialismo, que possui forte expressão na América Latina, principalmente por parte do Brasil, que se converteu numa plataforma de exportação de capitais para seus países vizinhos, objetivando fortalecer a produção de *commodities* agrícolas no subcontinente.

2.1 Acumulação, concentração e centralização

Contrapondo-se ao positivismo e a lógica formal, influenciado pelo método Hegeliano, Marx desenvolveu o materialismo histórico dialético, que permite uma progressiva aproximação da realidade do capitalismo contemporâneo. Partindo desse referencial teórico-metodológico, o autor identifica no livro I da obra “O Capital” os processos de concentração e centralização de capital como decisivos na dinâmica de acumulação. Neste momento, o autor começa a desnudar a essência do processo de formação dos monopólios, para tanto o autor ao longo de sua obra, irá analisar categorias centrais para o fortalecimento do processo de concentração e centralização. Dentre as categorias que ganham centralidade é o dinheiro.

O dinheiro obtém centralidade na reprodução da economia por ser uma expressão geral do valor, plenamente desenvolvido no capitalismo. O funcionamento do dinheiro como meio para movimentar uma variedade cada vez maior de mercadorias de um lugar para o outro, evidencia suas contradições internas fazendo com que o dinheiro adquira novas funções e novas formas, até chegar na supressão do dinheiro enquanto tal (HARVEY, 2013; CARCANHOLO, 2011).

A emergência do dinheiro não está diretamente relacionada com a substância valor e sim com a evolução da forma valor. Marx (2013) identifica inicialmente três funções do dinheiro, a saber: entesouramento, meio de pagamento e dinheiro mundial. Ao desnudar a origem do dinheiro entesourado, Lapavitsas (1991) identifica que provém do lucro em excesso do capital e da diminuição do tempo de circulação do capital. O dinheiro entesourado serve como reserva que pode ser colocado na circulação caso haja um aumento súbito na produção de mercadorias e pode ser retido novamente quando aumenta a velocidade da circulação de mercadorias, em suma, consiste na formação de reservas de dinheiro e condição para manutenção da circulação do dinheiro (HARVEY, 2013; GERMER, 1997; ITOH ; LAPAVITSAS, 1999). O entesouramento, portanto, fornece as bases necessárias para o crescimento do sistema bancário, na medida em que “cada empresa se especializa exclusivamente em uma única função do capital, em uma única das suas três formas funcionais.” (CARCANHOLO, 2011, p.128).

Como meio de pagamento o dinheiro completa diversas transações, e sua origem se dá na separação da metamorfose da mercadoria em duas fases. Este fenômeno tende a diminuir a necessidade de meios de circulação, uma vez que

O meio de circulação converteu-se em tesouro porque o processo de circulação se interrompeu logo após a primeira fase, ou porque a figura transformada da mercadoria foi retirada de circulação. O meio de pagamento entra na circulação, mas depois que a mercadoria saiu dela. O dinheiro não medeia mais o processo. Ele apenas conclui de modo independente, como forma de existência absoluta do valor de troca ou mercadoria universal. O vendedor converteu mercadoria em dinheiro a fim de satisfazer uma necessidade por meio do dinheiro; o entesourador, para preservar a mercadoria na forma-dinheiro; o devedor, para poder pagar. (MARX, p. 209, 2013)

O dinheiro como meio de pagamento executa sua função quando uma venda é feita através do crédito, enquanto as mercadorias permanecem circulando prescindindo de um meio monetário. Esse fenômeno transcende o espectro monetário e alcança um patamar onde há um estranhamento do dinheiro em si, portanto, o crédito (BRUNHOFF, 1978; GERMER, 1997). Referindo-se ao meio de pagamento ainda, Klagsbrunn (1992) entende que o prazo inerente ao crédito, se opõe ao meio de circulação, uma vez que possibilita a troca sem a presença imediata do dinheiro, neste cenário o dinheiro funciona apenas como “dinheiro de conta ou medida de valor”. Entretanto, o dinheiro como meio de pagamento agora mediado pela quitação do empréstimo, não é contínuo e nem regular (ITO; LAPAVITSAS, 1999). Para Paulani (2011), esta segunda função do dinheiro assegura a autonomização do meio de circulação da circulação. Segundo a autora, por ter essa autonomia, a terceira função do dinheiro, dinheiro mundial, pode assumir a forma de um objeto, no caso moedas fiduciárias, sem valor intrínseco ou até mesmo sem referência a nenhuma mercadoria. O que reforça a concepção de Itoh e Lapavitsas (1999) ao identificarem que o crédito como dinheiro funciona também como dinheiro mundial.

Diz Marx sobre o dinheiro mundial

[...] ele serve como materialidade social da riqueza, em que não se trata nem de compra nem de pagamento, mas da transferência da riqueza de um país a outro, mais precisamente nos casos em que essa transferência na forma das mercadorias é impossibilitada, seja pelas conjunturas do mercado, seja pelo próprio objetivo que se busca realizar.” (MARX, p. 217 e 218, 2013)

Nesta última função, podemos observar algumas características intrínsecas ao modo de produção capitalista, como a interdependência econômica entre nações bem como a regulação econômica entre estas. A função dinheiro mundial apresenta uma

relação com o imperialismo na medida em que países imperialistas concentram em seus territórios mecanismos econômicos como sistema financeiro e creditício, tornando-se a economia mundial (SILVA, 2012; ITOH; LAPAVITSAS, 1999).

As metamorfoses apresentadas por Marx (2013) inicialmente, M-D-M modifica-se por conta da função do entesouramento do dinheiro, sendo agora D-M-D, onde o retorno do dinheiro é o motor do movimento. Nesta fórmula geral do capital, os extremos são distintos quantitativamente, fazendo sentido apenas D-M-D'. No capital usurário essa fórmula é simplificada para D-D', como dinheiro que se troca por mais dinheiro, uma forma que contradiz a natureza do dinheiro, por isso inexplicável do ponto de vista da troca de mercadoria (MARX, p. 239, 2013), não surge no comércio e sim no setor financeiro. As funções cumpridas pelo dinheiro na fórmula geral do capital serão cumpridas por um tipo de empresa, o banco, por exemplo (CARCANHOLO, 2011, p. 128). Já no livro I Marx (2013) sinaliza esses desdobramentos:

No curso de nossa investigação, veremos que tanto o capital comercial como o capital a juros são formas derivadas; ao mesmo tempo, veremos por que elas surgem historicamente antes da moderna forma básica do capital. (MARX, 240, 2013)

O desenvolvimento científico e tecnológico é essencialmente impulsionado pela concorrência entre capitalistas, pelo processo de concentração e geralmente financiado pelo sistema de crédito, que também induz as outras empresas a inovarem, seja por imitação, adaptação ou criação, a fim de adquirirem o mesmo volume de excedente da sua concorrente, (CARCANHOLO, p. 143, 2011). É neste sentido que Marx (2013) apresenta as variáveis que fazem parte da Composição Orgânica do Capital (COC)¹: capital constante (c), que está associado a aquisição de meios de produção, e capital variável (v), parte destinada para o pagamento da força de trabalho, que é a mais eficiente ferramenta de ignição do sistema capitalista de produção, pois é nela que é gerado o mais-valor.

¹ $COC = \frac{c}{v}$

Referindo-se aos fatores objetivos e subjetivos do capital constante e do capital variável no processo de trabalho² e no processo de valorização³ Marx (2013) aponta algumas distinções,

[...] parte do capital que se converte em meios de produção, isto é, em matérias-primas, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Por essa razão, denomino-a parte constante do capital, ou, mais sucintamente: capital constante. Por outro lado, a parte do capital constituída de força de trabalho modifica seu valor no processo de produção. Ela não só reproduz o equivalente de seu próprio valor, como produz um excedente, um mais-valor, que pode variar, sendo maior ou menor de acordo com as circunstâncias. Essa parte do capital transforma-se continuamente de uma grandeza constante numa grandeza variável. Denomino-a, por isso, parte variável do capital ou, mais sucintamente: capital variável. Os mesmos componentes do capital, que, do ponto de vista do processo de trabalho, distinguem-se como fatores objetivos e subjetivos, como meios de produção e força de trabalho, distinguem-se, do ponto de vista do processo de valorização, como capital constante e capital variável.” (MARX, 2013, p. 286)

Do ponto de vista do processo de valorização, o capital constante e variável distinguem-se objetivamente, pois é apenas o capital variável que muda de valor no curso da produção, reproduzindo seu próprio equivalente e dando origem a um excedente, um excedente que pode ser maior ou menor. (GILL, 1996). Cada capital busca rebaixar o valor unitário das mercadorias que produz, no intuito de elevar sua taxa de lucro, cabendo ao progresso tecnológico, corporificado no capital constante, acelerar esse processo através do aumento crescente do capital constante em detrimento do capital variável. Há um aumento da composição orgânica do capital com proporções diferenciadas, aumenta-se a produtividade do trabalho, embora haja uma diminuição relativa da participação do trabalho vivo no processo.

Marx (2013) desmistifica a aparência da renda no modo de produção capitalista e identifica que transformar mais -valor⁴ em capital, ou seja, acumular, exige um processo que ele denominou de reprodução do capital. Segundo o autor existem dois tipos de reprodução: simples e ampliada. Referindo-se a reprodução simples, Marx (2013, p. 642) sublinhou que, “essa renda serve ao capitalista apenas como fundo de consumo ou é gasta

² Momentos gerais de cada trabalho concreto útil ou nas palavras de Marx (2013) “[...] o processo de trabalho inclui entre seus meios, além das coisas que medeiam o efeito do trabalho sobre seu objeto e, assim, servem de um modo ou de outro como condutores da atividade, também todas as condições objetivas que, em geral, são necessárias à realização do processo. Tais condições não entram diretamente no processo, mas sem elas ele não pode se realizar, ou o pode apenas de modo incompleto” (MARX, 2013, p. 258).

³ Processo de formação de valor que ocorre por intervalo de tempo tal que a grandeza do valor das novas mercadorias produzidas é maior do que a das mercadorias usadas na produção.

⁴ “Como incremento periódico do valor do capital, ou fruto periódico do capital em processamento, o mais-valor assume a forma de uma renda proveniente do capital.” (MARX, p. 642, 2013)

com a mesma periodicidade com que é obtida.” Descrevendo ainda sua concepção de reprodução simples, Marx (2013) foi categórico quando afirmou que embora haja dois tipos de reproduções do capital, em nada altera sua natureza

A transformação original do dinheiro em capital consoma-se, portanto, na mais rigorosa harmonia com as leis econômicas da produção de mercadorias e com o direito de propriedade delas derivado. Mas, apesar disso, ela tem por resultado:

- 1) que o produto pertence ao capitalista, e não ao trabalhador;
- 2) que o valor desse produto, além do valor do capital adiantado, inclui um mais-valor, o qual, embora tenha custado trabalho ao trabalhador e nada ao capitalista, torna-se propriedade legítima deste último;
- 3) que o trabalhador conservou consigo sua força de trabalho e pode vendê-la de novo, sempre que encontrar um comprador.

A reprodução simples não é mais do que repetição periódica dessa primeira operação; volta-se, sempre de novo, a transformar dinheiro em capital. A lei não é, pois, violada; ao contrário, ela apenas obtém a oportunidade de atuar duradouramente. (MARX, 660, 2013)

Na reprodução simples presume-se que o mais-valor é totalmente consumido, portanto, há uma escala de produção constante, onde não há variação de capital. Por outro lado, na reprodução ampliada – mais conhecida também como lei geral da acumulação capitalista – uma parcela do mais-valor é destinada a acumulação de capital, ainda que haja variação na produtividade, composição orgânica do capital e na própria taxa de mais-valor, e o crescimento de D^1 se torna maior que D^2 . Marx (2013) ratifica esta interpretação, quando afirma que

Tampouco importa se a reprodução simples cede lugar à reprodução em escala ampliada, à acumulação. Na primeira, o capitalista dissipa o mais-valor inteiro; na segunda, ele dá provas de sua virtude burguesa consumindo apenas uma parte e transformando o resto em dinheiro. (MARX, p.661, 2013).

As análises feitas por Marx (2013), em relação ao processo de reprodução simples do capital aparentemente não apresentam traços do capitalismo, uma vez que não há acumulação, embora na sua essência reproduza “continuamente a própria relação capitalista – capitalistas de um lado, assalariados do outro.” (MARX, p. 690, 2013). Esta percepção pode estar relacionada ao estudo isolado da produção, contudo, a produção é mais uma parte que compõe o todo, por isso a análise da reprodução simples nos proporciona identificar as características fundamentais do movimento de capital que emergem da mera renovação contínua do processo de reprodução. Neste sentido, a reprodução simples pode representar apenas uma fase temporária da reprodução

capitalista ou uma situação de estagnação, que logo dará lugar para a reprodução em escala ampliada do capital (GILL, p. 315, 1996.)⁵.

Esse movimento de reprodução ampliada do capital, fará com que um novo capital seja adicionado ao capital antigo, e a junção destes será dividido entre capital constante e capital variável. Este fenômeno proporciona ao modo de produção capitalista um aumento na capacidade produtiva e intensificação da extração de mais-valor relativo, aumentando a quantidade de trabalho excedente. Essa transformação do mais-valor em capital é o que Marx chama de acumulação de capital. A reprodução em escala ampliada, se mostra mais adequada aos interesses capitalistas, todavia Marx (2013), já alertava também que esse fenômeno é sinônimo de multiplicação do proletariado, e que na contramão há uma diminuição relativa da parte variável do capital, à medida que avançam a acumulação e a concentração. O processo capitalista de produção em seu conjunto (independentemente das formas de reprodução), reproduz e eterniza as condições de exploração do trabalhador (MARX, 2013, p.652).

Dada as condições de reprodução do capital, Marx (2013) identifica que o mais-valor adquirido em escala ampliada necessariamente precisa ser dividido entre capital e renda, e aqui segundo o autor em nota de rodapé, a renda obtém duplo sentido, primeiro para designar o mais-valor como fruto que brota periodicamente do capital e o segundo como parte desse fruto que o capitalista consome ou que é agregada a seu fundo de consumo. Marx identifica a força motriz da “produção pela produção” levando em consideração os diferentes graus de reprodução em escala ampliada

[...]força inescrupulosamente a humanidade à produção pela produção e, conseqüentemente, a um desenvolvimento das forças produtivas sociais e à criação de condições materiais de produção que constituem as únicas bases reais possíveis de uma forma superior de sociedade, cujo princípio fundamental seja o pleno e livre desenvolvimento de cada indivíduo. O capitalista só é respeitável como personificação do capital. Como tal, ele partilha com o entesourador o impulso absoluto de enriquecimento. Mas o que neste aparece como mania individual, no capitalista é efeito do mecanismo social, no qual ele não é mais que uma engrenagem. Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista converte em necessidade o aumento progressivo do capital investido numa empresa industrial, e a concorrência impõe a cada capitalista individual, como leis coercitivas externas, as leis imanentes do modo de produção capitalista. Obriga-o a ampliar continuamente seu capital a fim de conservá-lo, e ele não pode ampliá-lo senão por meio da acumulação progressiva. (MARX, 2013, p. 667)

⁵ No original: “La reproduction simple ne peut, tout au plus, représenter qu'une situation temporaire de la reproduction capitaliste, une situation de stagnation devant éventuellement faire place à une reprise de l'accumulation, c'est-à-dire de la reproduction élargie exprimant le mouvement circulatoire A-M-A'. Elle permet toutefois de mettre en lumière les traits caractéristiques fondamentaux du mouvement du capital qui ressortent du simple renouvellement continu du processus de la reproduction et qui demeuraient voilés lorsque la production était étudiée sous son aspect d'acte isolé” (GILL, p. 315, 1996).

O desenvolvimento da produção capitalista conduz a uma acumulação progressiva, de tal modo que o capitalista e o entesourador são impulsionados pelo enriquecimento. Para o capitalista este fenômeno é reflexo do mecanismo social do modo de produção, no qual ele não é mais do que uma engrenagem (MARX, 2013, p. 667). O progresso da produção capitalista abre várias fontes de enriquecimento repentino, a saber a especulação e sistema de crédito (MARX, 2013, p. 669), que dão origem ao que o autor chamou de “teoria da abstinência” que parte da reconversão da maior parte do mais-valor ou mais-produto em capital, ou seja, acumular por acumular, produção pela produção. As práticas de abstinência dos capitalistas resultam num enriquecimento, que em nada tem haver com a proporção entre trabalho e não-consumo, mas sim com o aumento da exploração da classe trabalhadora, que contribui para o domínio direto e indireto do capitalista.

Vale ressaltar que a acumulação de meios de produção e comando sobre o trabalho, distinguem-se da concentração que Marx desnuda ainda no livro I. Esta por sua vez refere-se a concentração de capitais, ou seja, a conversão de muitos capitais menores em poucos capitais maiores, de modo que o seu crescimento não seja limitado pelo crescimento absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação resultando em uma acumulação desigual.

Sobre a centralização,

[...] complementa a obra da acumulação, colocando os capitalistas industriais em condições de ampliar a escala de suas operações. Se esse último resultado é uma consequência da acumulação ou da centralização; se a centralização se dá pelo caminho violento da anexação – quando certos capitais se convertem em centros de gravitação tão dominantes para outros que rompem a coesão individual destes últimos e atraem para si seus fragmentos isolados –; ou se a fusão ocorre a partir de uma multidão de capitais já formados ou em vias de formação, mediante o simples procedimento da formação de sociedades por ações –; o efeito econômico permanece o mesmo. (MARX, 2013, p. 703)

Por outro lado, a centralização é impulsionada pela concorrência e pelo crédito e revela-se como mais uma expressão da reprodução em escala ampliada (MARX, 2013, p. 702). A centralização fornece celeridade aos efeitos da acumulação, além de ter efeito direto na composição técnica do capital e assume historicamente algumas formas, a saber: cartel, fusão, trustes e holdings. A concentração e a centralização subsidiadas pelo sistema de crédito fornecem as bases necessárias para o surgimento de gigantescas corporações multinacionais, com sucursais e filiais nas principais economias do mundo, ou onde seus interesses na obtenção de maiores lucros o exijam. (GILL, 1996;

CARCANHOLO, 2011). No quadro 01 apresenta-se as formas históricas de centralização de capital:

QUADRO 01 – Características das formas históricas de centralização de capital

FORMAS HISTÓRICAS DE CENTRALIZAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Cartel	Acordo geralmente celebrado entre grandes empresas para determinar uma quota de mercado, a fixação das quantidades para produzir e os preços de mercado
Fusão	Forma final de conluio entre empresas, resultando na sua integração em uma única entidade Pode ser o resultado de uma fusão voluntária de seus ativos ou a junção de seus recursos no contexto da criação de joint ventures. Mas também pode ser o resultado de uma aquisição ou aquisição hostil de uma empresa por outra
Trustes	Surgiram como entidades que ficaram encarregadas de gerir empresas constituintes do fideicomisso, de natureza jurídicas independentes, e que mais tarde os trusts conseguiram unificar suas políticas É o tipo de instituição que se desenvolveu em larga escala no final. Do século XIX e no início do dia. Posteriormente, o termo "confiança" tornou-se sinônimo de grande empresa monopolista
Holdings	Entende-se frequentemente por termo holding não apenas a própria sociedade gestora, mas o grupo de empresas que controla. As holdings geralmente são integradas em poderosos grupos financeiros envolvendo grandes bancos, seguradoras e outros tipos de instituições financeiras que desempenham um papel importante na economia de poupança.

Fonte: Gill (1996). Elaboração própria.

Referindo- se as sociedades por ações, Marx (2013) pontua seu papel decisivo na celeridade da acumulação pois,

O mundo ainda careceria de ferrovias se tivesse de ter esperado até que a acumulação possibilitasse a alguns capitais individuais a construção de uma estrada de ferro. Mas a centralização, por meio das sociedades por ações, concluiu essas construções num piscar de olhos. (MARX, 2013, p. 703)

A análise feita pelo autor faz- se pertinente e atual, uma vez que o IIRSA é um exemplo emblemático na América do Sul, que pretende desenvolver e integrar as áreas de transporte, energia e telecomunicações, em dez anos e conta com o financiamento de várias instituições financeiras, a saber: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Corporação Andina de Fomento (CAF), Fundo Financeiro para

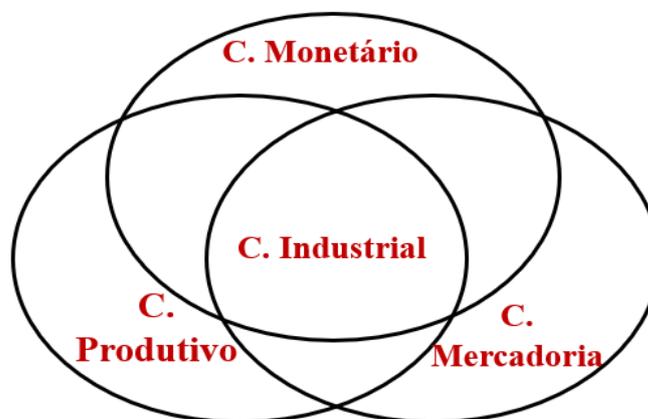
Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O processo de acumulação, concentração e centralização de capital evidencia a necessidade inerente ao capital de manter sua reprodução em escala ampliada. Deste modo, fica implícito que o modo de produção capitalista não consegue alcançar seu pleno desenvolvimento sem o mercado mundial, por isso Marx finaliza o livro I tratando sobre a “teoria moderna da colonização”. O termo “colonização” se refere para Marx a todas as formas de conquista e expansão europeia na globalização do capitalismo desde o século XVI (BENSUSSAN E LABICA, 1981, p. 190).

O autor argumenta que nas colônias, por um lado, são introduzidos capital ávido por exploração, necessitado por abstinência, por outro lado tem-se a reprodução regular de assalariados. Este mecanismo moderno de colonização, fornece ao capital estratégias de celeridade ao processo de centralização, subsidiados pelo: endividamento público, altas taxas tributárias, surgimento de aristocracias financeiras, doação de terras a especuladores dedicadas à exploração de minas, ferrovias etc. (MARX, 2013, p. 843)

A produção capitalista pressupõe produção em grande escala, venda em grande escala e o mundo como mercado. Estes fatos adicionam maior complexidade a dinâmica de acumulação, onde o fator tempo passa a ser decisivo, principalmente por conta da circulação uma vez que as mercadorias devem ser escoadas cada vez mais rápido. Marx (2014) compreende o capital industrial e o capital social total são como unidade do processo de produção e circulação, mas também dos três ciclos, a saber: capital monetário, capital produtivo e capital mercadorias. A figura 01 ilustra como se dá a organicidade do capital industrial na perspectiva marxista

FIGURA 01 – A organicidade do Capital Industrial



Fonte: Marx (2014). Elaboração própria.

O processo de circulação do capital, Marx (2014) decompõe em três ciclos: capital monetário (D...D'), capital produtivo (P...P') Ressalta-se que neste cenário pressupõe-se uma reprodução ampliada, uma vez que a reprodução simples é representada por P...P. E por fim tem – se o capital mercadoria (M...M'). Os ciclos descritos representam as partes do capital, enquanto o capital industrial constitui-se como totalidade dessas partes.

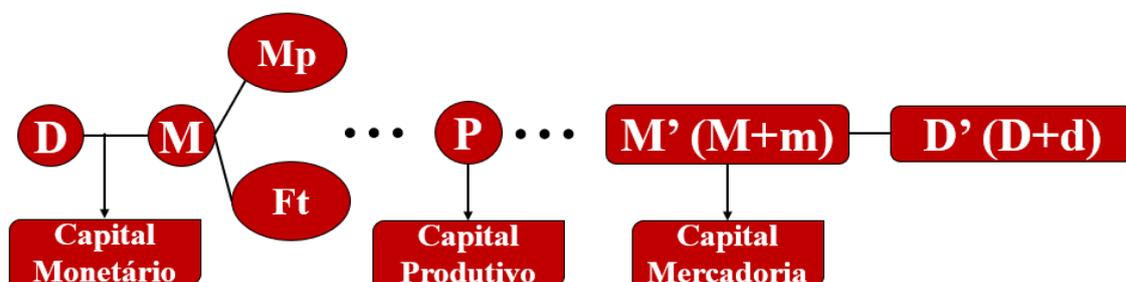
Referindo -se ao Capital Industrial, Marx pontuou que

Capital monetário, capital-mercadoria, capital produtivo não designam aqui, portanto, tipos autônomos de capital, cujas funções constituam o conteúdo de ramos de negócio igualmente autônomos e separados entre si. Eles designam, nesse caso, apenas formas funcionais específicas do capital industrial, formas que este assume uma após a outra. (MARX, 2014, p.131)

A primeira forma assumida pelo capital industrial identificada por Marx (2014) no capítulo I do livro II é o capital monetário (D... D'), cujo dinheiro é totalmente absorvido no processo de circulação do capital tornando -se uma manifestação do capital, o que reforça a diferenciação do dinheiro e o dinheiro que funciona como capital (HARVEY, 2014, p. 55). Desse modo, para o capital industrial o capital monetário constitui-se como o ponto de partida e o ponto de retorno do processo total (MARX, 2014, p.135).

Ao analisar o processo cíclico das três figuras Marx (2014) deixa claro que, o capital só se realiza enquanto tal na medida em que muda de forma, metamorfoseia-se entre suas formas funcionais, com o objetivo sempre de buscar a valorização do valor. Este movimento se dá conforme pode ser verificado na ilustração do circuito da figura 2.

FIGURA 02 - Ilustração do ciclo do capital industrial nas suas formas funcionais



Fonte: Marx (2014). Elaboração própria.

A liquidez mostra-se recorrente em suas análises por isso, já é possível identificar as contradições do dinheiro enquanto capital. Essa afirmação ratifica-se, na medida em

que o dinheiro como reserva de valor exerce sua função de entesouramento e apresenta domínio sobre as demais mercadorias. Neste nível o autor abstrai o sistema de crédito e o juro, e considera por enquanto os chamados fundos capitalistas.

Sobre este ponto, diz Marx (2014)

Para acumular capital, ele tem, de retirar da circulação uma parte do mais-valor em forma-dinheiro, acumulá-lo como tesouro até que atinja as dimensões requeridas para a ampliação do negócio antigo ou para abertura de um negócio subsidiário. Enquanto dura a formação de valor, a demanda do capitalista não aumenta; o dinheiro fica imobilizado, e ele não retira do mercado de mercadorias um valor em mercadorias equivalente ao que ele subtrai desse mercado em dinheiro, em troca de mercadoria adicionada. (MARX, 2013, p. 200)

A circulação de mercadorias que serve apenas de mediação à mudança de forma do valor, não cria valor algum, mas incide em custos. O tempo que leva entre a compra e a venda, por exemplo, leva uma quantidade de tempo maior para ser concretizado, pois só se pode comprar na medida em que as mercadorias são vendidas, os compradores e vendedores precisam de um tempo para entrarem num acordo (MARX, 2013, p. 209). Este fator revela-se ainda como um entrave para a expansão dos negócios do capitalista, na medida em que se coloca também como comprador de mercadorias ($D-M < \frac{Mp}{T}$).

Outros custos destacados por Marx são os de contabilidade e dinheiro. O primeiro é destinado ao pagamento de contadores escriturários etc., porém estes custos tendem a diminuir devido a concentração da produção e à medida que ela se transforma em contabilidade social (MARX, 2014, p. 214-215). Já o segundo, recebe uma configuração material de riqueza e implica em custos que permanecem no interior da circulação seja como tesouro ou reserva, embora de modo latente. Além disso, representam o trabalho social, mas que na esfera da circulação servem como máquinas (MARX, 2014, p. 215-216). Estes custos tendem a desacelerar o processo de reprodução do capital.

É com base nesses pressupostos que Marx constrói o livro II, argumentando que todo capital é circulante, mas que possuem tempos distintos, havendo uma necessidade de união destes. Ao identificar que todo capital circula, o autor divide o capital constante em capital fixo e capital circulante levando em consideração o seu caráter de rotação.

FIGURA 03 - Capital Fixo e Capital Circulante

Fonte: Marx (2013). Elaboração própria.

Sobre esse ponto, Harvey (2014) demonstrou como essas categorias se relacionam na perspectiva da produção e da circulação, conforme o quadro 2

QUADRO 02 – Composição orgânica do capital e rotação do capital

FORMA DE MATERIAL	MOVIMENTO DE CAPITAL	PRODUÇÃO DE MAIS VALOR
Planta de fábricas e equipamentos	Capital fixo	Capital constante
Infraestruturas físicas da produção		
Matérias primas	Capital circulante	
Materiais auxiliares		
Materiais à mão		
Força de trabalho		

Fonte: Harvey (2014). Adaptado.

O capital fixo e circulante distingue-se do ponto de vista econômico, pois aqui se leva em consideração o tipo de rotação do valor, ou seja, a transmissão de valor para um produto, que pode ser gradualmente e levar um período maior ou inteiramente. No primeiro momento, Marx ao caracterizar o capital constante e variável os compreendia como categorias que são capazes de criar valor, agora o autor demonstra como que através do capital produtivo o capital fixo e circulante transfere valor. Ressalta-se ainda que para os dois outros modos de existência do capital não existe essa oposição entre capital circulante e fixo, ainda que funcionem como capital e circulantes. Eles só poderão se transformar em capital circulante, oposto ao capital fixo quando se transforma em elementos líquidos ou fluidos do capital produtivo (MARX, 2014, p. 248-249).

Em relação ao capital fluido ou líquido, é também uma particularidade do capital produtivo, na medida em que exerce a função de conservação do capital fixo, são as chamadas matérias-primas e materiais auxiliares que são consumidos inteiramente no processo produtivo. Aqui também é incluído o gasto com a força de trabalho (salários periódicos), através da renovação constante de sua compra, ao contrário das máquinas, edifícios etc. que continuam a funcionar, durante as repetidas rotações do capital líquido. Embora o capital fluido ou líquido exerça a função de manutenção do capital fixo, este não está isento da depreciação, que nada mais é do que o valor transferido gradualmente (MARX, 2014, p. 250-251).

Parte do valor que circula gradualmente do capital fixo pode servir para ampliar os negócios ou realizar melhorias no maquinário, melhorando sua eficácia, permitindo, assim, uma reprodução em escala ampliada. Entretanto, Marx ressalta que essa reprodução em escala ampliada não deriva da acumulação, mas sim da reconversão do valor que se ramificou e se separou do corpo do capital fixo em forma de dinheiro. Por isso, o dinheiro que precisa ser acumulado em grande volume como tesouro acaba sendo lançado de uma vez na circulação diante da compra do capital fixo e novamente repartido na sociedade como meio de circulação. O tesouro, portanto, desempenha o seu papel de tesouro, mas por vezes é acionado como meio de circulação. Por outro lado, com o desenvolvimento do sistema de crédito esse dinheiro não atua como tesouro, mas sim como capital à disposição de outros capitalistas (MARX, 2014, p. 264-265).

Apesar de os períodos de rotação trazerem consigo uma realização frequente de mais-valor, do ponto de vista do capitalista individual a ampliação da escala de produção só pode ser realizada em doses pequenas, pois apresenta certos limites, sendo um deles o capital adicional, que só é viável mediante a acumulação de mais-valor por muitos anos (MARX, 2014, p. 416-417). A diferença central entre reprodução simples e ampliada está na maneira como circula o mais-valor, que pode circular separado ou em conjunto com o valor-capital originalmente aplicado. Tal realização frequente do mais-valor aumenta a proporção em que o novo capital monetário é lançado no mercado monetário onde encontra absorção em maior parte para ampliar a produção. Neste momento, o mais-valor transformado em capital monetário que o capitalista ainda não pode empregar em seu próprio negócio, mas que ainda sim entra na circulação, é empregado por outros que lhe pagam juros por seu uso, estamos falando do sistema de crédito (MARX, 2014, p. 417).

A realização do mais-valor em dinheiro, leva Marx a seguintes questão “de onde vem a quantia de dinheiro necessária à circulação de mercadorias num país” (MARX, 2014, p.429), dado que a lei que rege a circulação diz que a massa monetária tem que ser igual a massa requerida para circulação, somado com uma quantia referente ao tesouro. Desse modo, a circulação do mais-valor oferece as bases necessárias para uma acumulação e centralização unilateral tanto do ponto de vista do capital produtivo, quanto do ponto de vista do capital monetário (MARX, 2014, p. 446).

Assim, chega o momento de considerar o processo de circulação dos capitais individuais, que correspondem a uma parte do capital social total autonomizado, ou seja, o processo de circulação desse capital social total (MARX, 2014, p. 452). Sobre este ponto, trata-se da reprodução das relações de classe, assim como da reprodução das mercadorias e do capital por meio da circulação. O capital monetário obtém centralidade, pois é necessário para pôr em movimento o capital produtivo, uma vez que a produção capitalista de mercadorias considerada tanto social quanto individualmente pressupõe o uso do capital dinheiro para todo novo negócio (MARX, 2014; HARVEY, 2014).

Para tanto, “Ao capital se incorporam elementos de produção cuja expansão, dentro de certos limites, é independente da grandeza do capital monetário adiantado” (MARX, 2014, p. 453) e são determinantes para o volume de acumulação, a saber: extensão das jornada de trabalho, aumentar a eficiência da produção, aqui inclui também os avanços da ciência assim como a própria natureza. Ou seja, há um aumento dos elementos reais do capital produtivo, sem que haja um acréscimo do capital monetário. Por outro lado, referindo-se ao capital fixo, pode ser utilizado com maior eficácia mediante o prolongamento diário de seu uso, acarretando numa rotação mais rápida do capital fixo e conseqüentemente um maior fornecimento de elementos de sua reprodução.

Partindo dessa premissa, o autor retoma a ideia de que a necessidade do capital monetário provém do período de trabalho. O dinheiro, de modo geral, é a forma que todo capital produtivo deve assumir, independentemente de suas formas (dinheiro metálico, dinheiro creditício, signo de valor etc.), fato este que corresponde à essência da produção capitalista. Mas se pensarmos na tese de que se incorporam novos elementos de produção independente da grandeza do capital monetário, logo, num intervalo mais longo tanto a força de trabalho quanto os meios de produção são subtraídos da sociedade, sem que haja uma reposição equivalente na circulação. (MARX, 2014, p. 456-457), este fato expressa uma das contradições do capital monetário na perspectiva do capital social total produzido, e que em nada altera sua reprodução.

A reprodução do capital social total apresenta peculiaridades, e não pode ser analisada na perspectiva do capital individual, aqui o período tomado como referência é anual. Neste sentido, o produto anual engloba as partes do produto social que repõem o capital, quanto as partes que correspondem ao fundo de consumo de capitalistas e trabalhadores (MARX, 2014, p. 495).

Com base nesses pressupostos, que Marx decompõe a produção social em dois setores, a saber: meios de produção, que são destinados ao consumo produtivo e os meios de consumo, que são mercadorias que entram no consumo individual tanto da classe capitalista quanto da classe trabalhadora. Em relação ao capital empregado, permanecem as classificações anteriores de capital variável e capital constante. O primeiro corresponde a soma dos salários pagos por essa força de trabalho, ou seja, trabalho vivo posto em movimento com o capital. O segundo por sua vez, corresponde ao valor de todos os meios de produção empregados, e permanece com a ramificação do capital fixo e constante circulante. Logo, o valor do produto total anual de cada setor é dado pela soma do capital constante, consumido na produção e apenas transferido ao produto de acordo com seu valor (c), a reposição do capital variável adiantado (v) e no excedente dado pelo mais-valor extraído (m) (MARX, 2014, p. 499).

O desenvolvimento do modo de produção capitalista, tende a desencadear a acumulação no setor I. Desse modo, o entesouramento apresenta um papel relevante, na medida em que retira, da circulação o mais-valor, que é parte do produto total anual. Tal fato ocorre em numerosos pontos periféricos da circulação (MARX, 2014, p. 598). Por isso que, para Marx, a sobreposição do capital constante em relação ao capital variável resulta na necessidade constante na distribuição da mais-valia capitalizada entre c e v, portanto “a aceleração da acumulação no setor I implica o seu atraso no setor II; o progresso da técnica num implica a estagnação do outro” havendo uma tendência ao desenvolvimento desigual dos setores I e II (LEXEMBURGO, 1970; AGLIETTA, 1979).

As diversas frações do capital social global, tendem a reivindicar sua parcela de lucro, uma parte da mais-valia produzida. Este cenário leva os capitalistas a migrarem para setores mais lucrativos seja no âmbito de seu país ou do mundo. O processo de centralização desempenha um forte papel neste cenário, pois a fusão destes capitais é a melhor alternativa, onde capitais individuais no intuito de fortalecer um grupo, realizam incrementos próprios de um capital individual único, na reunião de massas de capital necessárias para produção em grande escala. Marx ao tratar da produção no livro I e da circulação no livro II, agora tem o objetivo de apresentar, do ponto de vista metodológico,

uma síntese desse processo no livro III, tendo em vista as novas configurações do capital, aproximando- se progressivamente da realidade. Para isso, o autor considera todas as partes para destacar o todo e tratar da realidade concreta do capitalismo contemporâneo.

O livro III desnuda a essência da fase concorrencial do capitalismo, demonstrando que dialeticamente criam- se monopólios através da concorrência. Já no *Grundrisse* (1957), Marx (2011) definiu

Conceitualmente, a *concorrência* nada mais é do que a *natureza interna do capital*, sua determinação essencial, que se manifesta e se realiza como ação recíproca dos vários capitais uns sobre os outros, a tendência interna como necessidade externa. O capital existe e só pode existir como muitos capitais e, conseqüentemente, a sua autodeterminação aparece como ação recíproca desses capitais uns sobre os outros. (MARX, 2011)

A concorrência entendida por Marx (2017) aproxima- se progressivamente da realidade, onde observa- se uma ação recíproca dos diferentes capitais, na concorrência e no senso comum dos próprios agentes de produção (MARX, 2017, p. 54). O capital, conforme evidenciado, é valor que busca valorização e que tem como substância o trabalho cujo dinheiro deve assumir a forma geral do valor. O capital, de modo geral, tem sido trabalhado no livro I e II como uma expressão da relação entre trabalho assalariado e capital. Já no livro III tratando da concorrência, este expressa a relação do capital consigo próprio. Isto nos conduz, em certo ponto, a uma análise idealista hegeliana quando pensamos a ideia em si, fora de si e ideias em si e para si, tendo em vista que a relação do capital consigo próprio remete a um retorno a si, pois a contradição entre capital e trabalho se manifesta como exclusão e contradição dos muitos capitais.

A necessidade constante na distribuição do mais-valor implica no aumento da rapidez da rotação do capital comercial, uma vez que é necessário vender mais para que o refluxo do dinheiro seja completado, e assim chegue em seu ponto de origem. O capital comercial no livro III, agora está ramificado em: comércio de mercadorias e comércio de dinheiro (MARX, 2017, p. 309-310). Nesta perspectiva, as formas funcionais do capital industrial começam a apresentar uma relativa autonomização de suas formas, na medida em que é aprofundada a divisão do trabalho, onde cada capital especializa- se em uma das formas funcionais.

Esse processo de autonomização e divisão do trabalho, contribui para abreviação do tempo de circulação, além de ajudar a aumentar o mais-valor produzido pelo capitalista industrial, através do capital comercial. Esta afirmação corrobora-se pelo fato ajudar a expandir o mercado, além de mediar a divisão do trabalho entre os capitais e, portanto, promove a produtividade do capital industrial e sua acumulação (MARX, 2017, p. 322).

Neste contexto de expansão do mercado, o capital comércio de dinheiro exerce uma função determinante, embora não forme tesouro e seja meramente técnica. No contexto da divisão do trabalho, as operações técnicas desenvolvidas pelo capital comércio de dinheiro (pagamentos, cobranças, contabilização dos saldos da conta de cada capitalista e compensações de dívidas recíprocas) devem ser realizadas por um setor especial de agentes ou capitalistas, sendo estas funções concentradas em suas mãos (MARX, 2017, p. 360). Entretanto, o lucro desses comerciantes de dinheiro não é mais do que a dedução do mais-valor posto em circulação pelo capital monetário dos comerciantes e dos industriais. (MARX, 2017, p. 366).

Conforme ocorre o processo de desenvolvimento da produção e da reprodução capitalista, o dinheiro em si torna-se uma mercadoria. Essa mercadoria trata-se, porém de uma mercadoria especial, que não é posta em circulação com as outras, uma vez que adquire a forma de empréstimo. Esta mercadoria que assume a forma de empréstimo, em valores monetários, Marx denominou de capital portador de juros, que corresponde a fração do capital que apresenta uma relativa aparência de valorização na esfera financeira (MARX, 2017). Contudo, a emergência do capital portador de juros se dá inicialmente pela necessidade de reprodução do capital produtivo.

É de caráter específico do capital portador de juros

O possuidor de dinheiro, que quer valorizá-lo como capital portador de juros, aliena-o a um terceiro, lança-o na circulação, converte-o em mercadoria como capital. [...] só é alienado sob a condição de, em primeiro lugar, retornar ao seu ponto de partida após determinado prazo e, em segundo lugar, retornar como capital realizado, isto é, tendo cumprido seu valor de uso, que consiste em produzir mais valor. (MARX, 2017, p. 390-391)

É sabido que, o capital portador de juros se apropria de uma parte do mais-valor produzido na esfera do capital produtivo. Do ponto de vista lógico, o capital portador de juros apresenta certa subordinação ao capital industrial uma vez que contribui para sua realização, permitindo até que em seu conjunto o capital seja mais eficiente. (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999). Fica claro que ao tratar do juro, Marx inicialmente traça um movimento que vai da determinação da taxa de lucro sobre a de juros, até chegar no inverso onde é o juro que determina o lucro. Esta percepção do autor se dá pelo fato de que, já em sua época percebia o movimento crescente de autonomização das formas de valorização provenientes de capital portador de juros, ou em linhas gerais a financeirização, concordando com Lapavitsas (2009).

Neste ponto, análise feita por Marx esbarra na problemática da formação dos preços comerciais, que como já vimos anteriormente, não é criado na circulação, esta por

sua vez está encarregada de metamorfosear as diversas formas do capital. O preço, portanto, passa a estar atrelado a taxa de juros que não é natural, é determinada pela oferta e demanda de capital de empréstimo ancorada em determinações jurídicas. A essência desse processo, está atrelado a separação os capitalistas monetários e capitalistas industriais

A separação dos capitalistas em capitalistas monetários e capitalistas industriais que, na realidade, converte uma parte do lucro em juros e cria em geral, a categoria dos juros; e a taxa de juros nasce exclusivamente da concorrência entre esses dois tipos de capitalistas. (MARX, 2017, p.419)

O autor parte do pressuposto de que capitalistas industriais e financeiros ou banqueiros, compõem o seio da unidade burguesa, e nada mais são do que frações de classe desta. No desenvolvimento da produção capitalistas, estas classes encontram-se muitas vezes estejam associadas. Desse modo, os ganhos dessas diferentes classes da burguesia, se dá pela determinação da taxa de juros, enquanto a taxa de juros é determinada pela taxa geral do lucro, ou seja, referente ao capital social total, sendo este último associado a taxa de exploração da classe trabalhadora. O lucro bruto pode ser diferente do lucro médio, podendo haver uma variação para mais ou para menos. Entretanto, o lucro do capitalista produtivo encontra-se determinada pela taxa de juros geral, uma vez que o fixa na taxa geral de juros e já se supõe que será percebido, antes de começar a produção, antes de alcançar o lucro bruto (MARX, 2017, p.422).

As premissas de Marx acerca do capital portador de juros proporcionam as bases necessárias para o desenvolvimento das formas derivadas do capital a juros tais como capital fictício e o capital bancário, embora do ponto de vista metodológicos estas categorias sejam tratadas em níveis distintos da análise. O desenvolvimento do comércio atrelado ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, proporcionaram o surgimento do crédito e do dinheiro como crédito, que aos poucos vão substituir as transações comerciais, ou melhor, o dinheiro propriamente dito.

Referindo-se as transações comerciais, pontua Marx (2017)

O desenvolvimento do comércio e do modo de produção capitalistas, que só funciona com vistas a circulação, amplia, generaliza e aperfeiçoa essa base natural-espontânea do sistema de crédito. Aqui, a única função do dinheiro é, em geral, a de meio de pagamento, isto é, a mercadoria é vendida não em troca de dinheiro, mas de uma promessa escrita de pagamento a ser realizado em determinado prazo (MARX, 2017, p. 451)

As promessas escritas de pagamento a que Marx se refere, são as chamadas letras de câmbio. Essas letras passam a representar uma série de produtos e ativos financeiros, e asseguram a venda da produção futura. Esta premissa pode ser verificada a partir da

comercialização de *commodities* agrícolas e minerais na bolsa de valores. O funcionamento das letras de câmbio, por ora, funcionam da seguinte forma

Até o dia do vencimento, quando devem ser quitadas, as letras de câmbio circulam, por sua vez, como meios de pagamento e constituem o dinheiro comercial em sentido estrito. Tão logo são canceladas mediante a compensação de créditos e débitos, elas passam a funcionar plenamente como dinheiro, uma vez que não precisam se converter finalmente em dinheiro. E, assim como esses adiantamentos mútuos que os produtores e os comerciantes realizam entre si em forma de letras de câmbio constituem a verdadeira base do crédito, também seu instrumento de circulação, a letra de câmbio, constitui a base do verdadeiro dinheiro creditício, das cédulas bancárias etc. Estes últimos não repousam na circulação monetária, seja a de dinheiro metálico, seja a de papel-moeda emitidos pelo Estado, mas na circulação de letras de câmbio (MARX, 2017, p. 451)

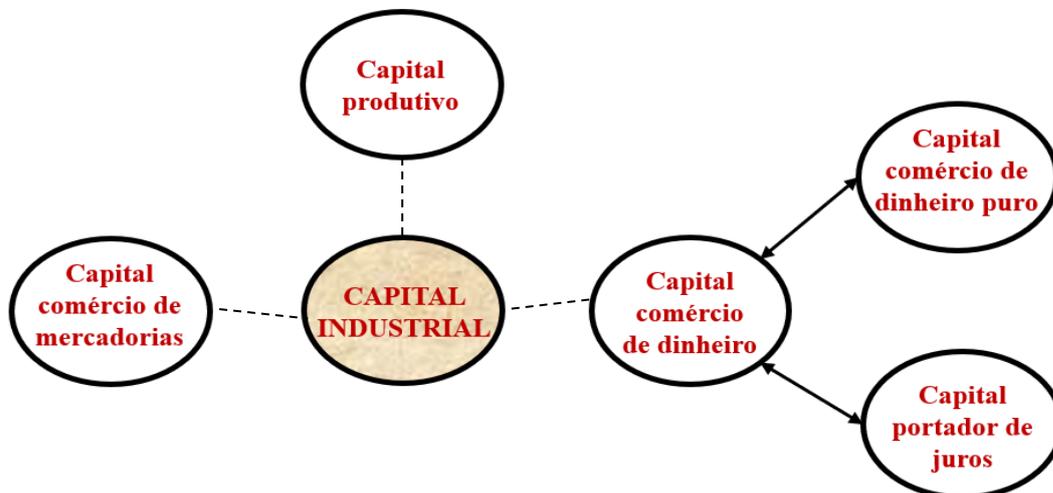
Assim, o desenvolvimento do sistema de débito e crédito dão origem do crédito bancário, que deriva do crédito comercial, como compensação entre débitos e créditos na compra e venda de mercadorias em mercados distantes. Em relação as letras, os papeis que são comercializados com promessas futuras de pagamentos, dão origem ao dinheiro do crédito. O desenvolvimento dos bancos do ponto de vista histórico, pode ser verificado no seguinte trecho

Os bancos surgem com o desenvolvimento do comércio de dinheiro, ou seja, alguns comerciantes de mercadorias passaram gradativamente a especializar-se no comércio de uma mercadoria particular: o dinheiro. De início, os comerciantes de dinheiro efetuavam o câmbio comprando e vendendo as diferentes moedas utilizadas, seja entre comerciantes no interior da Europa, seja entre aqueles do Ocidente e do Oriente, nas principais rotas que surgiram após o fim das grandes guerras dos séculos X e XI. A partir das operações de câmbio, os comerciantes de dinheiro passaram a exercer outra atividade, a guarda e proteção de dinheiro excedente ou das reservas dos demais comerciantes, emitindo um certificado de depósito (MARQUES, NAKATANI, 2009, p. 31-32).

Os primeiros bancos que surgem, são os comerciais com funções de débito e crédito, e com isso reuniam as reservas de capital da burguesia. Neste estágio da análise, Marx deixa claro que aquela função desempenhada acontecia de forma funcional através do capital monetário (orgânico do capital industrial), esta acontecem de forma autonomizadas ou simplesmente o capital a juros, que exercem a função de “criação secundária de moeda por meio do dinheiro de crédito privado bancário” (MARQUES, NAKATANI, 2009, p. 33). Desse modo, capital portador de juros passa do status de subordinado ao circuito do capital produtivo ao status de dominante de tal modo que a força de trabalho e o ciclo produtivo estão, cada vez mais, em movimento para satisfazer

às exigências do capital portador de juros (SEFATI *apud* CIPOLLA; PINTO, 2010, p.12). A figura a seguir, ilustra e os reflexos da inversão deste ciclo do capital produtivo:

FIGURA 04 – Autonomização das formas funcionais do capital



Fonte: Marx (2017). Elaboração própria

O lucro médio, derivado do trabalho excedente produzido no interior do capital industrial, agora deve ser dividido em juros e lucro do empresário. Temos então, uma divisão agora qualitativa, onde o juros é uma propriedade do capital e lucro do empresário uma função do capital. Aparentemente, tem-se uma transformação da totalidade do capital em capital monetário, uma vez que os banqueiros passam agora a representar todos os prestamistas de dinheiro diante do capital industrial e comercial, esse fenômeno se dá via centralização do crédito, principal ferramenta de aumento de rendimentos, e que contribui para aceleração do ciclo de reprodução do capital (MARX, 2017, p.454). Obtém-se, portanto, uma centralidade nas formas abstratas de riqueza, materializadas através do capital financeiro e fictício, onde o dinheiro é o reflexo de um valor que se autonomizou do valor de uso. O capital fictício, reflexo da capitalização, ganha ênfase, na medida em que suas formas de existência passam a ser cada vez mais abstratas, a saber: a dívida pública, que para Gill (1996) é proveniente dos impostos e os títulos privados. Em relação ao valor de mercado que estes títulos de propriedades assumem, varia em função dos rendimentos e da taxa de juros.

A centralização de capital permite a união do capital próprio individual e único com massas de capital necessárias para a produção em grande escala (GILL, 1996, p. 319). Portanto, a centralização permite aos capitalistas industriais estender a escala de suas operações, mediante a constituição de sociedades por ação, que mais tarde deram

origem a outras formas históricas de centralização: cartel, trustes e holdings. Diante desta situação, corrobora-se a centralidade do crédito para a expansão da centralização capitalista, onde há uma imbricação do capital bancário e industrial, no qual o capital financeiro representa a síntese destes dois polos.

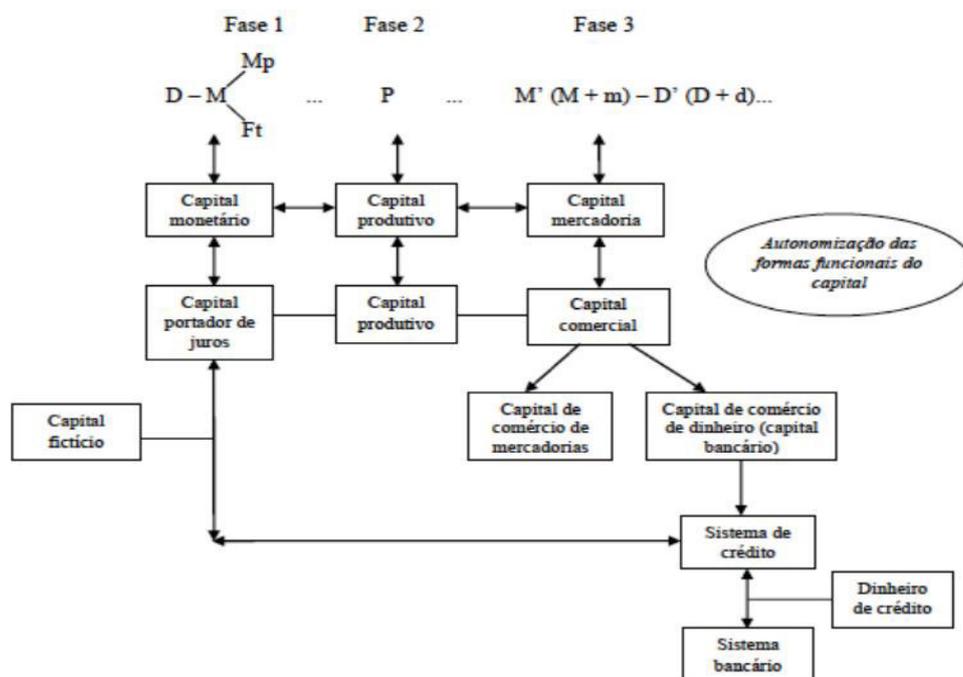
O crédito ofertado pelo capital bancário, exerce agora funções essenciais na produção capitalistas, pois: efetua a compensação da taxa de lucro ou o movimento de equalização, uma vez que nele repousa toda produção capitalista, redução dos custos com circulação e criação de sociedades por ações. A hegemonia das finanças, ganha força neste debate, na medida em que se torna “ultrapassada” o capital individual, uma vez que é mais viável criar sociedades anônimas ou por ações, para que haja uma aceleração do ciclo global da reprodução capitalista.

Marx já identificava as tendências de gestão bem como a dinâmica do sistema produtivo atual. Duménil e Lévy (2003) fazem alguns apontamentos acerca das transformações das relações capitalistas.

O movimento que se desenrola entre a finança e os gestores nada mais é do que a transformação da relação de propriedade capitalista, no sentido amplo. Naquilo que concerne à parte principal e dinâmica do sistema produtivo, a propriedade individual está ultrapassada. Os proprietários se desincumbiram da gestão e, progressivamente, de sua outra função crucial, a de agentes da mobilidade do capital (nos termos de Marx e dos clássicos), isto é, de arbitrar a aplicação de seus fundos – derivados das rendas obtidas com os lucros das empresas – entre as empresas e os setores (DUMÉNIL, LÉVY, 2003, p. 35).

Esta tendência, apontada por Marx (2017) foi corroborada por Engels nas notas suplementares do livro III, onde o autor naquele momento conseguiu observar a relevância crescente da bolsa de valores na reprodução global do capital, fruto do processo de centralização do capital bancário. Nela, concentram-se a produção global tanto industrial quanto agrícola, e todo comércio. Agora os investimentos no exterior passam a ser através de ações, e a colonização ganha uma nova roupagem, sobretudo pelo fato de não passar de uma mera sucursal da bolsa (prefácio “O capital” livro III, 2017, p. 968). A figura 5 ilustra o circuito do capital social total, e a influência que o capital produtivo sofre do setor financeiro, através do capital fictício e das outras formas de funcionais autonomizadas do capital.

FIGURA 05 – A autonomização das formas funcionais do capital e a desmaterialização do dinheiro



Fonte: SABADINI, 2013, p. 595

Um dos resultados desse processo histórico de configuração e reconfiguração mundial desembocou em mudanças nas sociedades capitalistas no final do século XIX e início do século XX, hierarquizando as relações internacionais, criando e agudizando quadros econômicos, sociais e ambientais preocupantes em algumas regiões do mundo com uma dinâmica determinada por interesses de grupos monopolistas internacionais, com práticas essencialmente imperialistas. Observando esses processos de configuração e reconfiguração mundial, Hilferding (1985) no intuito de continuar os escritos de Marx, desenvolve a concepção de capital financeiro. Também nesta linha Bukharin, (2011) e Lênin (2018) desenvolveram a concepção de imperialismo. A seção seguinte pretende contribuir para o entendimento dessa questão.

2.2 A categoria imperialismo e os debates acerca de sua atualidade

Os debates relacionados ao imperialismo, começaram no século XIX, a partir da “teoria moderna da colonização” (MARX, 2013). As teorias posteriores, que datam do início do século XX, apresentam alguns antagonismos, mesmo no âmbito marxista, começando pela classificação de ser uma política ou mais uma fase capitalista.

As discussões teóricas acerca do imperialismo, em última instância expressam a hegemonia econômica e política de uma nação sobre a outra. Este domínio, pode ser explicado por meio de três possíveis causas: econômicas, políticas e técnicas. A primeira causa, a econômica, está atrelada ao fator investimento, matéria-prima e mão de obra. A causa política expressa o prestígio do domínio local, através de acordo interestaduais. Do ponto de vista técnico, este relaciona-se com o desenvolvimento industrial proporcionado pelo avanço tecnológico (HILFERDING, 1985; LÊNIN, 2018; LUXEMBURGO, 1970; BUKHARIN, 2011).

Entre o final do século de XIX e início do século XX, países como Inglaterra, França, Rússia, Itália, Japão e Estados Unidos brigaram pela ampliação de mercados para seus produtos industrializados. A eclosão da I Guerra Mundial, em última instância possui cunho imperialista e evidenciou a transformação do capitalismo, pois esse agora tomou proporções maiores e criou diferenças qualitativas em relação a fase concorrencial, de modo que houve uma supressão da livre concorrência e afirmação da fase monopolista (LÊNIN, 2011). Dentre os autores marxistas que estudaram o imperialismo no início do século XX, destacaram-se: Kautsky (2018), Hilferding (1985), Lênin (2011), Luxemburgo (1970) e Bukharin (2011). No campo do reformismo destacaram-se Hobson (2005) e Schumpeter (1961).

Este debate ganha força em 1910 quando Hilferding publica uma de suas principais obras, “O Capital Financeiro”, que em suma aponta a primazia que se dá ao capital financeiro no mundo moderno e é determinante para expansão imperialista. Para explicar a organicidade do capital financeiro frente a expansão imperialista, Hilferding (1985) parte da circulação de mercadorias apontadas por Marx (2014), que ancorava-se na metamorfose das formas funcionais do capital industrial, aquele buscou compreender o papel do crédito na perspectiva do capital produtivo (Interrupção da circulação, onde só na reprodução ampliada tem-se a possibilidade de capitalização P’).

Ao desnudar a essência dos bancos, empresas e sociedades por ações, Hilferding (1985), aponta que esta última possui um enorme potencial de constituição de capitais

maiores. Esse processo de concentração e centralização, já aponta Marx (2017), converte o acionista em capitalista monetário. Hilferding (1985), em grande medida pretendendo dar continuidade a Marx, acrescenta mais duas consequências: acesso a novas tecnologias e economias de escala, proporcionando um aumento na produtividade e o acesso facilitado ao crédito com os bancos. Sobre esta última consequência, Luxemburgo (1985) atribui ao Estado o papel de intermediador dos empréstimos estrangeiros, oferecendo as bases legais e garantias necessárias para perpetuação da acumulação. São funções dos empréstimos na acumulação

[...] serve para a transformação (em capital) do dinheiro de camadas não capitalistas, de dinheiro em equivalente (economia de pequena classe média), bem como para a transformação do capital - dinheiro em capital produtivo (por meio da construção de ferrovias e do fornecimento de armamento), ou para a transferência de capital acumulado das antigas nações capitalistas para as novas (LUXEMBURGO, 1985, p. 288)

Os bancos convertem-se em verdadeiras fundações de sociedades por ações, passando a operar nas bolsas com fortes influências nas cotações das ações. Com esta configuração, há, portanto, uma fusão de interesses entre bancos e indústrias, onde o primeiro exerce domínio sobre o segundo. Segundo Hilferding (1985) o capital bancário ou capital na forma de dinheiro que se transforma em capital industrial, e da exclusão desses polos emerge uma síntese, que é o capital financeiro. As principais do capital financeiro, são: unidade, mobilidade, antagonismo e exportação de capital (HILFERDING, 1985). Com relação a este debate, Lênin (2018) aceita o conceito de capital financeiro de Hilferding (1985) entendendo-o como resultado da fusão do capital de alguns grandes bancos monopolistas com o capital de grupos monopolistas. Todavia, Lênin (2018) considera incompleta a definição de capital financeiro, na medida em que, não leva em conta a concentração da produção e capital, como observou através do surgimento da estrutura de mercado monopolística.

Os bancos passam a obter centralidade, pois são os maiores responsáveis pela expansão dos monopólios, ancorados no processo de centralização. Por isso, “a associação entre os bancos e a indústria é nesse caso muito firme, e a possibilidade do lucro de fundação pela emissão de ações de empresas torna-se um forte motivo para a exportação de capital” (HILFERDING, 1985, p. 305). A exportação de capital, é compreendida como “exportação de valor destinado a gerar mais-valia no exterior” com o objetivo de reduzir a quantidade nacional de capital e aumentar a renda nacional pela mais-valia produzida (HILFERDING, 1985, p. 296). Por outro lado, ideia de exportação de capital estimula a exportação de mercadorias, na medida em que há um

amadurecimento excessivo do capitalismo e o capital carece de uma colocação lucrativa (LÊNIN, 2011). Além disso, é um método cômodo de política econômica dos grupos financeiros, uma vez que facilita a escravização de novos países (BUKHARIN, 2011).

Segundo Bukharin (2011)

Definimos, antes, o imperialismo como a política do capital financeiro. Com isso, torna-se clara sua função. Essa política é o agente da estrutura financeira capitalista e subordina o mundo ao domínio do capital financeiro. [...] O imperialismo é uma política de conquista. No entanto, nem toda política de conquista é imperialismo. O capital financeiro não pode realizar outra política. [...] a definição "política de conquista" nada define, enquanto a definição "política de rapina do capital financeiro" caracteriza o imperialismo como valor historicamente definido. (BUKHARIN, 2011, p. 106-107)

A mobilidade do capital entre setores, é determinada pelas esferas de produção mais lucrativas, a especulação financeira, portanto, expressa essa situação. O objetivo central da economia mundial, portanto, “consiste em produzir mais-valia e em reparti-la entre os diversos agrupamentos da burguesia, com base em uma reprodução sempre mais intensa das relações entre duas classes: o proletariado mundial e a burguesia mundial”. (BUKHARIN, 2011, p.25).

Esta situação, é verificada através de acordos universais entre associações monopolísticas, levando a constituição de cartéis internacionais, que buscam uma dominação real através da indústria pesada, corroborando um processo de mundialização da relação das forças produtivas (LÊNIN, 2011; MICHALET, 1983). Sobre este ponto, Hilferding (1985) atribui ao imperialismo um caráter político. Uma das justificativas, está atrelada a valorização cada vez maior do território econômico, ou seja, estados que passaram a defender os interesses de seus capitais nacionais através de políticas protecionistas, principalmente no âmbito do processo de constituição de suas indústrias pesadas.

Referenciando- se também na teoria de Hilferding, Lênin (2011) entende o imperialismo como sinônimo de uma fase do capital financeiro. Destaca ainda como um dos fatores determinantes para esse fenômeno a superprodução industrial atrelada a necessidade de escoamento da mesma, levando a um agravamento das contradições do capital e as guerras como instrumento de asseguramento de mercado, pois o capital financeiro pressupõe o imperialismo e o militarismo (BUKHARIN, 2011). Porém, o cenário descrito por Lênin, associado à sua teoria do imperialismo, não conduzem a um processo linear, mas sim contraditório, diferentemente da tese de linearidade que

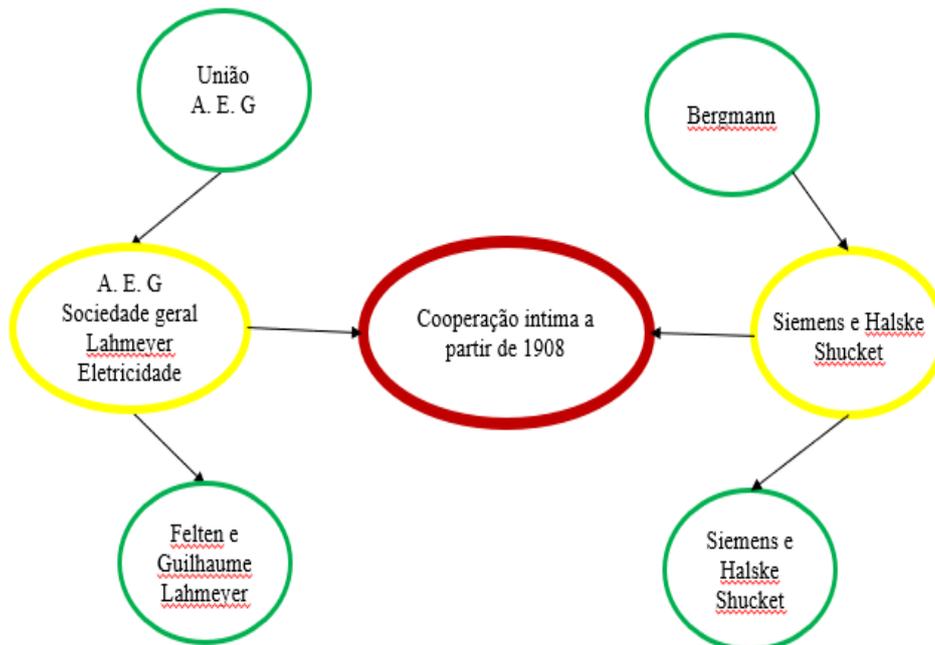
historicamente o desenvolvimento tecnológico apresenta (LUXEMBURGO, 1985; HOBSON, 1981).

Os desdobramentos da visão de Lênin acerca do capital financeiro e exportação de capitais, podem ser sintetizadas a partir dos cinco traços fundamentais do imperialismo, a saber

- 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. ” (LÊNIN, pág. 43, 2011).

Para ilustrar essa situação Lênin demonstra o caso da indústria de eletricidade, que a progrediu a largos passos o processo de concentração, na Alemanha. O autor ressalta que a celeridade neste processo ocorreu entre o final do século XIX e início do século XX, mais especificamente entre 1900 e 1912. O setor possuía cinco empresas, neste período uma faliu (Kummer), e as demais foram se fundindo até formar um grande grupo, a figura retrata esse caso

FIGURA 06- Grupos da indústria de Eletricidade na Alemanha 1900 a 1912



Fonte: Lênin (2011). Elaborado pela autora

Luxemburgo (1985) compartilha da tese do imperialismo como uma nova etapa do capitalismo (LÊNIN, 2011). Porém, ao esmiuçar o imperialismo, a autora atribui a este fenômeno o subconsumo, uma vez que a sobreposição do capital constante em relação ao capital variável abala o mundo como um todo. Por outro lado, avaliando o mais-valor global produzido, a autora destaca que este é dividido basicamente em três partes: consumo individual dos capitalistas, conversão em capital e vendas a “terceiros”, externos ao processo produtivo direto. Estes “terceiros” externos ao processo produtivo, está associado ao entendimento que a autora apresenta sobre “economias externas”, cujo investimentos são feitos em outros países. Esta configuração tende a facilitar a exportação de capitais de países centrais para os países periféricos. Para tanto, há uma necessidade por matérias-primas nos países periféricos, destacadamente exploração de *commodities* no primeiro momento de cunho mineral, atualmente de cunho agrícola, além do fortalecimento de modais logísticos, através da construção de ferrovias, estradas e canais. Um exemplo emblemático é o Canal de Suez, no Egito.

No campo do reformismo, coube a Hobson (1981) inaugurar no plano teórico, a discussão acerca do imperialismo mostrando-o como mais uma passagem do capitalismo. Com relação ao capital financeiro, o autor entendia como um parasitismo econômico. Com relação ao imperialismo, o autor define como uma espécie de desenvolvimento anômalo do capitalismo, e que, portanto, as políticas protecionistas revelavam-se como um entrave para o desenvolvimento das nações, reforçando, portanto, a sua defesa do livre comércio, uma vez que (HOBSON, 1981, p. 84-85)

Hobson (1981) entende o imperialismo como uma espécie de anexação de territórios que objetivavam a garantia de mercados, sendo esta uma medida sensata para nações industriais. Ancorado na ideia do subconsumo e do aumento da poupança, o autor destaca, portanto, a necessidade de exportação de capitais para outros territórios, na perspectiva de tornar o seu excedente mais lucrativo. Destarte o imperialismo para este autor, já expressava um reflexo da má distribuição do poder de consumo, uma vez que

Precisamos inevitavelmente de mercados para nossa crescente produção industrial, precisamos de novos meios para investir nosso capital excedente e as energias excedentes de nossa população. Essa expansão é uma necessidade vital para uma nação com a grande e crescente capacidade de produção que tenta a nossa. (HOBSON, 1981, p. 86. Tradução nossa)

Por outro lado, a análise de Kautsky (2002) na contramão de Hilferding (1985) e Hobson (1981), separa a política do imperialismo, acredita ser de fato uma nova fase do

capitalismo, cuja centralidade da sua teoria está na ideia de anexação de territórios também, que mais tarde irá corroborar nas teorias da dependência e do subimperialismo. Porém, ressalva que o fomento do imperialismo foi dado pelo “sistema de investimento de capital nos países agrários”. Entretanto, o autor reconhece que esta prática de exportação de capitais para terras agrárias, as reduziu a um estado de dependência política.

Para Gill (1996) a teoria de Kautsky (2002) do ultra imperialismo, é na verdade uma tradução da teoria de Hilferding (1985) em termos de relação entre países, pois assim como se tem o processo de formação de cartéis entre empresas e organizações financeiras, essa cartelização se dá também entre nações com objetivo de unificar suas políticas para controlar conscientemente e administrar pacificamente a política externa, dentro da estrutura do regime capitalista.⁶

Do ponto de vista político, Kautsky (2002) ao apontar as rivalidades econômicas geradas entre as nações, desenvolve a tese do ultra imperialismo, que expressa o pacto entre grandes potencias capitalistas uma vez que as rivalidades interestatais se tornam obstáculo para o próprio imperialismo. Sobre este ponto, Lênin (2011) e Bukharin (1981) se contrapuseram, pois consideravam “utópica e danosa”, uma vez alcançada a era do ultra- imperialismo teríamos um aumento monstruoso do capital.

Ainda no campo do reformismo Schumpeter (1961), embora reconhecido pela sua contribuição no campo da economia, associando o crescimento econômico a inovação tecnológica, o autor sistematizou de forma consistente a sua concepção de imperialismo. Diferentemente de Lênin, o autor não via o imperialismo como uma fase capitalismo, estes eram no seu ponto de vista distintos. Schumpeter (1961) atribuía ao imperialismo um caráter atávico, pressupondo um conjunto de características que acompanham a evolução de alguns povos desde épocas distantes

É um elemento que provém de condições vivas, não do presente, mas do passado – ou, em termos de interpretação econômica da História, que provém antes das relações de produção predominantes no passado do que hoje existem. É um atavismo de estrutura social, dos hábitos individuais psicológicos, de reação emocional. Como as necessidades vitais que o criaram desapareceram para sempre há muito, também ele deve desaparecer gradualmente, muito embora qualquer ação bélica, por menos imperialista que seja o seu caráter, volte a revivê-lo. O Imperialismo tende a desaparecer como elemento

⁶ Traduite par Karl Kautsky (1854-1938) au plan des relations entre pays, la thèse d'Hilferding d'un cartel général d'entreprises ou de groupes financiers capitalistes réglant consciemment l'organisation économique de la société, a donné naissance à la thèse d'un cartel de nations capitalistes unifiant leurs politiques pour contrôler consciemment et gérer pacifiquement la politique étrangère, dans le cadre du régime capitaliste. Cette thèse exposée par Kautsky en 1914 est connue comme la thèse de <d'ultra-impérialisme> [Kautsky, 1914]. (GILL, 1996, p. 346)

estrutural porque a estrutura que o colocou em destaque está em declínio, dando lugar, no curso da evolução social, a outras estruturas onde não há lugar para ele, e que eliminam os fatores do poderio que eram seu fundamento. Tende a desaparecer como elemento de reação emocional habitual, devido à racionalização progressiva da vida e do espírito, processo no qual as antigas necessidades funcionais são absorvidas por novas tarefas, no decurso das quais as antigas energias militares são modificadas funcionalmente. Sendo correta a nossa teoria, os casos de Imperialismo deverão declinar de intensidade à medida que avançam na história de um povo e de uma cultura. Nossos exemplos mais recentes de Imperialismo inegável e claro são as monarquias absolutas do século XVIII. E são, sem dúvida, 'mais civilizadas' do que seus predecessores (SCHUMPETER 1961, 86-87).

Schumpeter (1961) define o imperialismo como uma disposição sem objetivo, por parte do Estado, levando a uma ilimitada expansão. Observando as guerras que estouravam na Europa naquele período, o autor defendia que estas não era fruto do capitalismo, baseavam-se em fatores extra econômicos, mas que agora encontravam-se incorporadas no modelo de produção vigente, uma vez que “os interesses econômicos existentes, modelados artificialmente pelo Estado Autocrático, continuaram dependendo da proteção do Estado” (SCHUMPETER, 1961, p.117). Esta perspectiva, foi incorporada alguns anos depois por Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Enzo Faletto e constituem uma vertente da Escola da Dependência, que reconhecem a situação da dependência, entretanto defendem maior iniciativa privada e maior criatividade das elites para superar o atraso.

O século XX foi bastante conturbado para o continente europeu, devido a duas guerras mundiais que afetaram significativamente a estrutura econômica desses países, além da crise de 1929, considerada uma das mais severas. Além disso, ficaram evidentes as desigualdades na relação centro periferia e suas características estruturais, que não poderiam ser resolvidas pelo mercado como argumentavam os liberais. Pelo contrário, para os periféricos, o subdesenvolvimento era produto da forma de expansão desigual da economia capitalista no globo

O cenário analisado por autores clássicos da teoria do imperialismo no início do século XX é o embrião do capitalismo atual, mas que não põem em xeque sua importância, uma vez que deram as condições concretas para o ultra imperialismo e hegemonia estadunidense, principalmente pós 2ª guerra. A segunda metade do século XX marca, portanto, a transição para fase contemporânea, onde reina o regime de acumulação capitalista financeirizado (LAPAVITSAS, 2009) com uma lógica ditada pelo capital fictício (CARCANHOLO, 2011).

A estrutura do capitalismo contemporâneo se rearranjou historicamente de modo a sobreviver aos efeitos da crise dos anos 60/70, no pós-guerra principalmente com o modo de regulação fordista/keynesiano. Destaca-se que houve um crescimento de cerca de trinta anos, e no início da década de 1970 inicia-se a crise propriamente. Algumas manifestações nesse sentido; 1) processo de reestruturação produtiva, redução dos tempos de rotação do capital e elevação da taxa anual ou periódica de mais-valia, conseqüentemente da taxa anual ou periódica de lucro. 2) As reformas estruturais nos mercados de trabalho que implicaram no aumento da taxa de mais-valia. 3) O aumento da parcela do valor produzido pelo capitalismo periférico para apropriação ou acumulação nos países centrais como remessas de recursos previamente investidos dos incentivos estrangeiros. 4) A expansão dos mercados. 5) A mudança da lógica de apropriação ou acumulação do capital, segundo o que Marx denominou de capital fictício (CARCANHOLO, 2011).

Esta conjuntura, aponta sobretudo, não mais para uma íntima relação entre capital bancário e industrial, com predomínio do primeiro, embora esta interpretação não tenha sido consensual, mas sim para uma união sem precedentes dos mais diversos tipos de capitais de diversas atuações, que buscam valorização em torno do planeta (FONTES, 2009, 63). O predomínio do capital portador de juros (MARX, 2017) expressa uma concentração máxima de capitais, de tal modo que ganhou escalas mundial, o que Fontes (2010) denominou de “capital - imperialismo monopolista megaconcentrado, transnacionalizado sob direção do capital portador de juros ou monetário”. Torna-se, portanto, pertinente a análise de Fontes (2009), ao reafirmar o imperialismo na atualidade pois expressa o

[...] aprofundamento da concentração monopolista de capitais iniciada em finais do século XIX e que em inícios do século XX se apresentava concretamente como fusão entre capital bancário e industrial, o que foi pertinentemente apresentado por Lênin como uma modificação de qualidades do capitalismo. Segue sendo imperialismo também por precisar expandir-se ainda mais acentuadamente, através da exportação de capitais (investimentos diretos, produtivos ou especulativos) o que não elimina a exportação de mercadorias, serviços e do controle de patentes. Megaconcentrado, pois na atualidade resulta de uma fusão muito mais extensa e em escala muito mais ampla do que no período analisado por Lênin e Hilferding. (FONTES, 2009, p. 63)

Fica evidente que autores como Hilferding, Lênin e Luxemburgo, deixaram claro que o sistema de crédito e o capital financeiro foram fatores que contribuíram para um processo nada idílico, baseado na rapina ou acumulação por espoliação. A década de 70

marca um período de crise no capitalismo global, de modo que a reprodução em escala ampliada tornou-se insustentável, e a sobreacumulação ficou evidente. Esta sobreacumulação em um dado sistema territorial supõe: um excedente de trabalho e um excedente de capital. O primeiro associado ao desemprego, enquanto o segundo é expresso pela superabundância de mercadorias. (HARVEY, 2003, 97).

Estes excedentes, podem ser absorvidos por: deslocamento temporal através dos investimentos de capital em projetos de longo prazo (educação e pesquisa), deslocamentos espaciais através de aberturas de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos e trabalho ou combinação destes dois pressupostos. Vale ressaltar que a relocação dos excedentes de capital e trabalho, necessitam da mediação entre as instituições financeiras. Neste caso, o sucesso desses investimentos, são refletidos na amortização dos valores fictícios, caso contrário pode haver uma desvalorização dos ativos. Ressalta-se que neste contexto, surgem mecanismos que reforçam esta prática de acumulação por espoliação, como a ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da OMC (HARVEY, 2003, 113-115)

Neste sentido, nota-se que a acumulação por espoliação, ou a tese do novo imperialismo proposto por Harvey (2003) de certo modo, pode ser comparada com acumulação primitiva descrita por Marx (2013). No entanto, os métodos de acumulação ganharam uma nova roupagem e permaneceram nada idílico, agora contando com ferramentas cada vez mais financeirizadas, onde o estados-nação passam a ter o papel de intermediadores, ou corroboram um cenário de ultra imperialismo, tal qual defendia Katsky. O FMI, por exemplo, serviu como antídoto, para os problemas da reprodução em escala ampliada. Sobre este ponto Harvey (2003) cita o exemplo da América Latina nos anos 80 “quando economias inteiras foram assaltadas, e seus ativos recuperados pelo capital financeiro estadunidense” (HARVEY, 2003, p.114)

Em contrapartida a este argumentado, que fundamenta-se na concepção de ultra imperialismo, Wood (2014) entende que o capitalismo encontrou novas formas de exploração, mas também uma forma peculiar de rivalidade interestatal. De modo que o novo imperialismo “não seria uma relação entre senhores imperiais e súditos coloniais, mas uma interação complexa entre os Estados mais ou menos soberanos” (WOOD, 2014, p. 100). Neste sentido a autora apresenta uma configuração geopolítica do império dos EUA pós- guerra, onde o seu sustento provém da hegemonia política e militar sobre um complexo sistema de Estados, “dotados de inimigos que deveriam ser contidos, amigos

que deveriam ser mantidos sob controle e um terceiro mundo que deveria ser colocado a disposição do capital ocidental” (WOOD, 2014, p. 100)

Sobre o imperialismo Wood (2014), analisa também como a dominação imperialista passou a ser associada ao capitalismo como forma específica de aquisição. Desse modo, o sistema, segundo a autora, criou formas específicas de imperialismo, a saber: o imperialismo como forma de exploração de classe, que pode assumir formas econômicas ou extraeconômicas, e a apropriação imperial por meios extraeconômicos e dominação imperial imposta por meio de imperativos econômicos.

Fazendo também referência ao capitalismo contemporâneo, Chesnais (2009) traz importantes apontamentos. O autor atribui a expansão financeira dois fatores essenciais, a saber: a chegada da OMC, que objetiva supervisionar e liberalizar o comércio internacional e a emissão de títulos adquiridos através de administradoras que apresentarem um fluxo, onde os detentores desses títulos esperam um retorno. Esta renda, por sua vez, é fruto de um processo que não se sabe quem produz e nem como é produzido. Com base nesse pressuposto que o autor, irá definir o imperialismo capitalistas como “capital monetário portador de juros e dividendos, especulativo e altamente concentrado” (CHESNAIS, 2007). Este cenário corrobora um processo de acumulação, concentração e centralização cada vez maior das finanças no cenário do capitalismo atual. Chesnais (2007), entende que o imperialismo do século XXI está “centralmente relacionado com a dominação de uma forma precisa de capital, nomeadamente capital monetário portador de juros e dividendos, especulativo e altamente concentrado” (CHESNAIS, 2007). Desse modo, fica evidente que o capital financeiro opera em escala global, de modo que os dividendos passam a ser requeridos através dos mercados financeiros, sobretudo, as empresas transnacionais passam a ser incumbidas de fazer essa “colheita” de lucros e dividendos. Sobre este ponto, assinala o autor

No regime de finanças, as instituições dominantes não são mais os bancos, e sim, os mercados financeiros e as organizações financeiras não-bancárias. Os bancos sofrem precisamente a concorrência dessas formas recentes de centralização e concentração de um capital que atua quase exclusivamente na esfera financeira: os fundos de pensão e sociedades de investimento coletivo, perto das quais os bancos parecem nanicos. (CHESNAIS, 1998, p. 28).

Sobre a hierarquização mundial entre nações, Farias (2013) vai mais longe e detalha mais esse domínio, na medida em que identifica uma tríade do imperialismo global como um todo orgânico, que envolve numa mesma totalidade concreta, complexa e contraditória as potências nacionais, as superpotências continentais e a hiperpotência

planetária. No quadro 03 Farias (2013) elabora os silogismos do capitalismo ao longo do século XX

QUADRO 03 - Grande silogismo do imperialismo global

Universal Particular Singular	Universal Particular Singular	Universal Particular Singular
Hiperpotência planetária Superpotências regionais Potências nacionais	Hiperpotência planetária Superpotências regionais Potências nacionais	Hiperpotência planetária Superpotências regionais Potências nacionais
Imperialismo coletivo ideal	<ul style="list-style-type: none"> • Imperialismo hegemônico central norte-americano • Subimperialismo central europeu • Subimperialismo periférico sulamericano, etc 	<ul style="list-style-type: none"> • Imperialismo estadunidense • Subimperialismo francês • Subimperialismo brasileiro, etc.
Pequeno silogismo 1	Pequeno silogismo 2	Pequeno silogismo 3
Homogeneização – Diferenciação – Hierarquização		

Fonte: FARIAS, 2013, p. 92.

Este modelo de desenvolvimento desigual e combinado não produz o aparecimento de novos centros capitalistas, ao contrário cria maiores contradições nos centros existentes, tendo como fio condutor os interesses das corporações multinacionais que se chocam com outras forças sociais nacionais, uma vez que a expansão financeira destas nações depende do financiamento do Estado hegemônico, gerando uma dívida que leva a uma exploração excessiva, e que impede uma expansão real da produção sem depender de créditos artificiais. (SANTOS, 1977, p. 33). Vinculado a teoria da dependência, Santos (1977), fundamenta-se na teoria de Lênin, afirmando que esta ligação mercadológica entre as nações, tornando o mundo um organismo só, acentua as características de subdesenvolvimento dos países dependentes. No entanto, com o pós-guerra, e com a crescente exportação de capitais, o imperialismo precisou criar “braços” nas áreas de interesse, proporcionando a estas nações uma autonomia relativa, com um expressivo domínio sobre as nações menores. É neste diapasão da mundialização do capital, e conseqüente fortalecimento das políticas imperialistas, que é fortalecido o subimperialismo no subcontinente latino-americano.

2.3 Subimperialismo e suas possíveis manifestações na América Latina

Como já aponta Marx (2017), corroborado por Lênin (2011) no âmbito da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, a economia capitalista mundial possui uma lógica de funcionamento que faz com que algumas economias tenham maior grau de seu poder de decisão sobre a implementação de estratégias de desenvolvimento e políticas econômicas, e outras menos. Desse modo, é característico de uma economia dependente não ter maior poder de decisão sobre o funcionamento da lógica da economia mundial, e, portanto, depende de como essas decisões e políticas implementadas são tomadas pelas economias centrais, essa prática foi definida como subimperialismo, que revela uma autonomia relativa a essas nações dependentes (CARCANHOLO; AMARAL, 2009; MARINI, 2000).

O subimperialismo é uma categoria desenvolvida por Ruy Mauro Marini. Em linhas gerais, associa-se a ideia de Estados-nação que mantém um elo com as correntes imperialistas. Neste sentido, o autor parte da DIT no pós-guerra, mais precisamente em como se dá o investimento direto na indústria manufatureira, o que levou ao surgimento de subcentros econômicos e políticos. Em relação ao papel do capital fixo, este era exportado para os subcentros periféricos, no intuito de otimizar o seu tempo de amortização.

O subimperialismo corresponde à expressão perversa da diferenciação sofrida pela economia mundial, como resultado da internacionalização da acumulação capitalista, que contrapôs ao esquema simples da divisão do trabalho – cristalizado na relação centro-periferia, que preocupava a Cepal – um sistema de relações muito mais complexo. Nele, a difusão da indústria manufatureira, elevando a composição orgânica média nacional do capital, isto é, a relação existente entre meios de produção e força de trabalho, dá lugar a subcentros econômicos (e políticos), dotados de relativa autonomia, embora permaneçam subordinados à dinâmica global imposta pelos grandes centros. Como o Brasil, países como a Argentina, Israel, o Irã, o Iraque e a África do Sul assumem – ou assumiram, em algum momento de sua evolução recente – caráter subimperialista, ao lado de outros subcentros em que essa tendência não se manifestou plenamente ou apenas se insinuou, como, na América Latina, o México e a Venezuela (MARINI, 1992).

No entanto, este cenário descrito por Marini, foi aprofundado no período pós-segunda guerra corroborou um processo de reconfiguração do sistema capitalista mundial. O fracasso de potências como Japão e países europeus, reforçaram a hegemonia estadunidense, e a reorganização das economias capitalistas mundial foram feitas no

intuito de beneficiar aquele país, que ascendia como imperialista. O movimento do capital estadunidense, foi direcionado, por dois eixos centrais,

[...] restabelecer o funcionamento normal do mercado internacional, de maneira a assegurar o investimento dos enormes excedentes comerciais que sua capacidade produtiva estava em condições de gerar; e a ampliar o raio para a acumulação de capital, com o objetivo de permitir a absorção produtiva da imensa massa de dinheiro que sua prosperidade engendrava. (MARINI, 1977, p.33)

Do ponto de vista multilateral, a conferência de *Bretton Woods*, obteve papel central, tendo em vista a criação de organismos como: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), bem como o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt), firmado em 1947, serviram de instrumento para esse processo de reestruturação do capitalismo mundial (MARINI, 1977). São as funções destes organismos

[...] o Gatt é um acordo multilateral entre governos, cuja principal função é a diminuição ou supressão de tarifas e a consecução de outras facilidades comerciais [...] FMI consistia em financiar os déficits dos balanços de pagamentos, utilizando as reservas mundiais que centralizava, a fim de impedir que surgissem obstáculos à circulação internacional do capital [...] Ao Bird havia sido atribuída a tarefa de - utilizando também as reservas mundiais em seu poder - financiar projetos de desenvolvimento econômico, com o propósito de criar condições para a rentabilidade do capital privado (MARINI, 1977, p. 33)

Do ponto de vista bilateral, os EUA buscaram criar programas que visavam a ajuda externa, de cunho político e militar. Por isso, na década de 50, os investimentos e créditos nos EUA aumentaram consideravelmente, sendo que a maior parte dos recursos correspondiam a dívidas externas governamentais de países estrangeiros, tudo feito sob intermédio dos organismos internacionais (MARINI, 1977, p. 34). Sobre a particularidade, da hegemonia estadunidense, Marini (1977) pontua que buscou a “integração imperialista dos sistemas de produção”, e difere-se da hegemonia britânica, pois esta buscou apenas a criação e a consolidação do mercado mundial.

Esse processo de exportação de capitais, proveniente de países imperialistas, mais especificamente EUA, que se consolida hegemonicamente na segunda metade do século XX, se dá principalmente pela busca do aumento das taxas de lucro. Esse fenômeno, ocorre principalmente pelo fato da existência de matérias-primas e o apoio da infraestrutura de transportes, energia etc., bem como o custo com a mão de obra. Outro ponto a ser considerado, é a localização estratégica desses subcentros, pois além do

mercado interno disponível é levado em conta os mercados próximos (MARINI, 1977, p. 38).

Na América Latina, o resultado dessas exportações de capitais, culminou no acentuamento do processo de concentração e centralização. Isso ocorre, porque nos grandes centros há uma ampliação da escala da acumulação capitalista, de tal forma que as

[...] condições econômicas dos países avançados, nos quais são maiores os níveis tecnológicos e de capital mínimo exigido para colocar em marcha a produção, o investimento estrangeiro, ao incidir numa economia mais atrasada, provoca de súbito, uma forte concentração do capital e conduz rapidamente à centralização (MARINI, 1977, p. 46)

Segundo Marini (2000), essa conversão dos países menos desenvolvidos, em “centros de exportação de capitais” desenvolve suas contradições internas, na medida em que cria novas situações de conflito, tanto do ponto de vista interno quanto externo. Estas contradições podem ser de vários tipos, a saber

[...] entre grupos industriais e a agricultura e os latifundiários exportadores; entre a indústria e a agricultura de mercado interno; entre os grandes proprietários rurais e o campesinato; e entre os grupos empresariais e a classe operária, assim como a pequena burguesia (MARINI, 2000, p. 52)

Neste sentido, devido ao caráter antitético entre as economias imperialistas e a burguesia dos países subdesenvolvidos, não há uma possibilidade ambigüidade, por isso o caminho a ser seguido seria uma cooperação mútua levando a uma integração, ou o antagonismo que levaria a uma ruptura. Sobre este ponto, Marini (2000) pontua sobre o surgimento do subimperialismo

[...] a integração imperialista da América Latina em sua fase, iniciada com o golpe militar no Brasil, não se poderá realizar senão no âmbito da cooperação antagonica. O antagonismo será mais acentuado sobretudo onde se enfrentam burguesias nacionais poderosas, como é o caso da Argentina e do Brasil, mas a cooperação ou a colaboração será cada vez mais a regra que regerá as relações dessas burguesias entre si e com os Estados Unidos. O peso que terá na balança a influência norte-americana e brasileira obriga a essa colaboração. Porém, mais do que tudo essa colaboração será necessária às classes dominantes do hemisfério para conter a ascensão revolucionária das massas que se verifica atualmente e que só pode se agravar com a marcha da integração imperialista. (MARINI, 2000, p. 70-71)

Para o caso do Brasil, esse processo de cooperação ou colaboração, se dá via ditadura militar, que é instaurada na década de sessenta e aparece como algo inevitável para que o país possa lograr êxito em seu desenvolvimento capitalista. Neste sentido, a ditadura irá promover o equilíbrio entre as forças produtivas, usando os seguintes métodos

Intervindo nos sindicatos e demais órgãos de classe, dissolvendo a agrupamentos políticos de esquerda e calando a imprensa, prendendo e assassinando líderes operários e camponeses, promulgando uma lei de greve que obstruiu o exercício desse direito laboral [...] (MARINI, 2000, p. 94)

O processo de capitalização no campo, acompanhou o processo de cooperação, uma vez que a renúncia de uma reforma agrária, colocou em evidência o apoio político que o latifúndio recebeu, firmando um compromisso entre burguesia e oligarquia latifundiária mercantil. Por outro lado, na medida em que as relações de trabalho passavam por um processo de desregulamentação, a ditadura militar passou a exercer constante vigília nos preços agrícolas, a fim de manter um preço tolerável para indústria. (MARINI, 2000, p. 95)

No contexto da valorização do capital, o setor agrícola destaca-se pela forte atuação no setor financeiro, através dos mercados de futuros, mas também no setor da tecnologia, denotando-se ao mercado de patentes. Estes mecanismos, pressupõem uma valorização sem necessariamente passar por um processo produtivo. (MARINI, 1977, p. 41). Na perspectiva industrial, há um aumento na composição orgânica do capital, principalmente em termos de capital fixo, nos países centrais. Este fenômeno, foi ocasionado por conta do progresso tecnológico pós-guerra, de modo que o tempo de amortização deste capital passou a ser menor. Por outro lado, o capital fixo antigo, precisava completar seu processo de amortização, daí países como Brasil, revelaram-se como mercados promissores, pois, apresentava menos desenvolvimento tecnológico⁷ e dispõe de uma remuneração baixa para classe trabalhadora, de modo que a amortização seja completada, e os caminhos para o progresso no centro permaneçam abertos (MARINI, 1977, p. 42)

A ditadura militar, consistiu, portanto, como meio essencial para atrair investimentos estrangeiros principalmente dos EUA. As medidas tomadas consistiram em: lei de exportação de lucros, concessão de privilégios a outros grupos, contenção do

⁷Sobre o progresso tecnológico, Marini afirma que “É necessário, ademais, considerar que o progresso tecnológico não incide apenas na circulação do capital produtivo, senão também, e de maneira decisiva, na circulação do capital dinheiro. Ao encurtar a rotação do ciclo de capital circulante, as inovações tecnológicas, e o conseguinte incremento da produtividade, fazem com que uma determinada parte do capital desembolsado resulte supérflua para o processo de produção e se desvincule deste, a menos que, e até que, se amplie a escala da produção. Expulso assim da órbita do capital produtivo, esse capital não deixará, entretanto, de perseguir sua valorização e buscará o retorno à esfera produtiva, através do mercado financeiro. Isto é o que explica a expansão do mercado de dinheiro, que se manifestou no auge bancário já mencionado e respondeu, em boa medida, aos fluxos da exportação de capital. Ao contrário do que geralmente se supõe, estas não derivam exclusivamente da mais-valia gerada, senão também da mecânica mesma da reprodução do capital, isto é, da desvinculação do capital dinheiro desembolsado por efeito da simples redução do período de rotação.” (MARINI, 1977, p. 42)

crédito a produção, estimulação a chamada democratização de capitais, criação de fundos estatais ou privados de financiamentos baseado em empréstimos externos e por fim, a tributação sobre a folha de salários das empresas. O governo de Castelo Branco (1694-1966) contribuiu significativamente para este processo, através do programa de ação econômica do governo, argumentando que investir no país seria um bom negócio, uma vez que os custos foram reduzidos através da contenção das reivindicações da classe operária (MARINI, 2000, p. 96).

A política de integração ao imperialismo norte americano no Brasil, dialeticamente produz um aumento na capacidade produtiva da indústria, de modo que a racionalização tecnológica passa a colocar em xeque a própria criação de emprego na indústria. Do ponto de vista do mercado nacional, passa a ser cada vez mais restrito, na medida em que há uma compressão do consumo interno, em detrimento do constante aumento do exército industrial de reserva. Este problema, é desencadeado pela importação de tecnologia, mais precisamente dos EUA, e neste cenário o Brasil, passa a não obter autonomia, estando condicionada a fatores aleatórios, tais como a balança comercial. Cabe ressaltar ainda que, este cenário em que o Brasil é inserido, não confere a ele o poder de espoliação, na medida em que, é responsável pelo sobrelucro do sócio norte-americano, fator este que agrava as condições de exploração no país e naqueles países vizinhos. (MARINI, 2000, p. 98-99)

A década de 80, é marcada por uma reestruturação produtiva, fruto da nova ordem mundial desenhada no Consenso de Washington. Neste período, no caso latino americano, é marcado pelas iniciativas de integração na região. Vale ressaltar que, estas iniciativas num primeiro momento apresentaram uma perspectiva liberal, a saber a tentativa de reestruturação produtiva regional dos cepalinos originais da CEPAL (ALADI) e acordos setoriais e de coordenação produtiva entre Argentina e Brasil (PICE, Programa de Integração e Cooperação Econômica em 1986) no pós-ditadura. O período neoliberal é inaugurado com Collor, através da assinatura em 1991 do Mercosul (CARCANHOLO; SALUDJIAN, 2012). As principais iniciativas de integração latino-americana, podem ser visualizadas no seguinte quadro

QUADRO 04 – Principais acordos de integração econômica regional na América Latina

ANO	PRINCIPAIS ACORDOS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL NA AMÉRICA LATINA
1960	Acordos regionais para um Mercado Comum Latino-americano do tipo Prebisch (chamado de regionalismo fechado pelos autores defensores do “novo Regionalismo” ou “Regionalismo aberto”)
1969	Acordo de integração subregional no norte da América do Sul (Acordo de Cartagena)
1979-1983	Início da Institucionalização da CAN (Comunidade Andina de Nações) e regionalismo aberto;
1980	Crise da dívida, Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)
1986	Programa de Integración y Cooperación Económica (PICE) Brasil-Argentina no marco do desenvolvimentismo cepalino
1991	Mercosul no marco analítico liberal dos anos 1990
1994	Encontro de Miami (ALCA)
2000	IIRSA (Modelos do BID, 2000, com o objetivo de justificar a ALCA promovida por G. Bush em 1990, “Área de livre-comércio do Alasca até a Terra do Fogo”)
2004	CSN (Comunidad Sudamericana de Naciones) e ALBA
2005	Encontro de Mar del Plata (“fim” do ALCA).
2006	Entrada do Venezuela no Mercosul
2008	UNASUL

Fonte: CARCANHOLO; SALUDJIAN, 2012. Adaptado

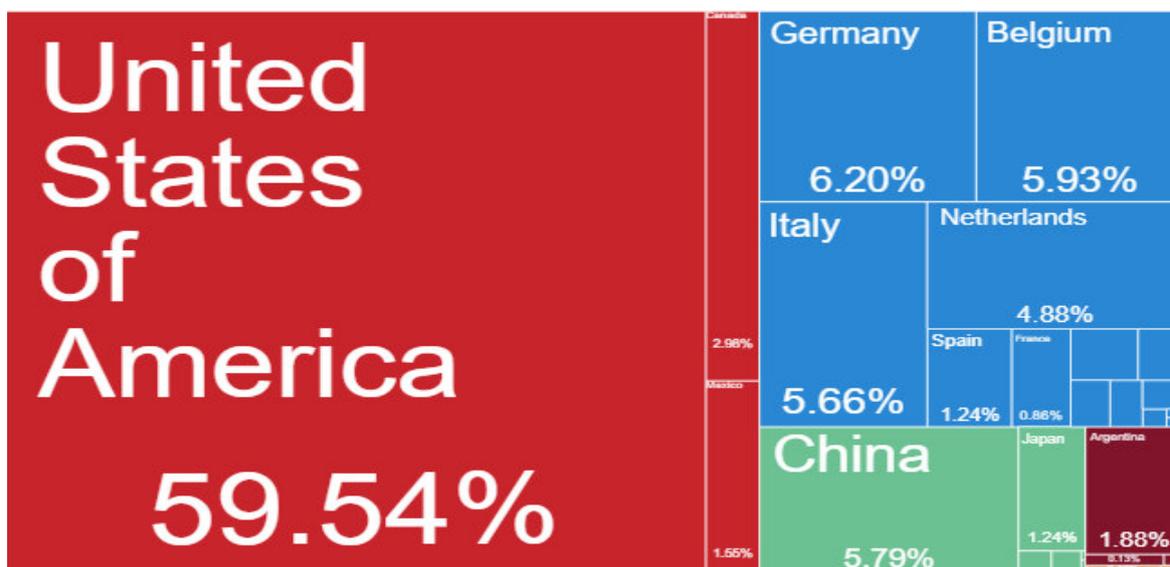
Neste cenário o capital transnacional possui centralidade, posto que muitas vezes, financia o processo de corporificação de infraestruturas necessárias para o escoamento da produção, ou até projetos de colonização, que ocorreram em grande parte dos países latino americanos na segunda metade do século XX. Diante das iniciativas de integração regional, o Brasil pode ser apresentado como a expressão mais pura do subimperialismo, no entanto, isto não se deve apenas a fatores econômicos, pois

[...] o subimperialismo corresponde, por um lado, ao surgimento de pontos intermediários na composição orgânica do capital em escala mundial - na medida em que aumenta a integração dos sistemas de produção - e, por outro, à chegada de uma economia dependente à fase do monopólio e do capital financeiro. (MARINI, 2013, p.41)

Há portanto, fatores políticos e sociais na medida em que a acentuação do capital monopolista levou a uma integração entre as nações desenvolvidas e as subdesenvolvidas, o que reforça a teoria de Kautsky acerca do “ultra imperialismo”, retomada por Marini ao afirmar que a expressão desse movimento se dá pela intensificação da exportação de capitais e pela subordinação tecnológica dos países mais fracos (MARINI, 2013, p. 111).

Esta situação pode ser verificada através da figura 6, onde é expresso de onde o Brasil importou maquinários agrícolas no ano de 2016

FIGURA 07 – De onde o Brasil importou maquinários agrícolas em 2016



Fonte: Atlas de complexidade econômica, 2018.

Por outro lado, ratifica-se a pertinência da teoria do subimperialismo, quando pensamos a relação do Brasil com os demais países latino americanos, uma vez que o primeiro se converteu numa plataforma de exportação de capitais para seus países vizinhos. Este fenômeno é intimamente relacionado com as necessidades do capital monopolista/capital financeiro. A figura 8 expressa essa situação

FIGURA 08 – Para onde o Brasil exportou maquinários agrícolas em 2016



Fonte: Atlas de complexidade econômica, 2018.

Do ponto de vista logístico, visando diminuir o tempo de rotação do capital o Brasil tem recebido novos investimentos no início do século XXI. Porém, com capital proveniente da China, país que compete com os EUA e almeja tornar-se imperialista. O quadro 4, aponta alguns investimentos em infraestrutura e agricultura da China no Brasil. O quadro 05 expõe alguns investimentos da China no Brasil

QUADRO 05 - Investimentos chineses no agronegócio e em infraestrutura no Brasil, 2009-2017

China National Agricultural Development Group Corporation	Governo de Goiás	Participação em projetos de lavoura de grãos e investimento na construção de ramais da Ferrovia Norte Sul em Goiás. Soja produzida em 2,4 milhões de hectares será exportada pra China	Agricultura
Chongqing Grain Group	Governo da Bahia/ Universo Verde	Construção de um polo industrial de esmagamento e refino de óleo de soja e de escoamento de produtos	Agricultura
Grupo Internacional Pallas	Governo da Bahia	Aquisição de terras para produção de grãos e agrocombustíveis	Agricultura
Shanghai Pengxin	Fiagril Participações e DKBA	Traders de grãos Fiagril e Belagrícola	Agricultura
CITIC-Led Fund	Dow	Negócios de sementes de milho da Dow AgroSciences no Brasil	Agricultura
China Rail Construction	Governo do Mato Grosso	Parceria para construção de 4 trechos de ferrovias: Rondonópolis a Cuiabá (MT), Rondonópolis (MT) a Porto Velho (RO), Cuiabá (MT) a Santarém (PA), e Alto Araguaia (MT) a Araguari (MG)	Ferrovia
China Railway Engineering Group	Governo da Bahia	Ferrovia da Integração Oeste-Leste (Fiol) e Porto Sul	Ferrovia
China Communications Construction	Governo do Maranhão	Sócia majoritária do Porto de São Luis no Maranhão	Porto
Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP)	Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP)	Porto de Paranaguá	Porto

Fonte: Atlas do agronegócio, 2018. Adaptado.

Desse modo, observa-se que apesar da concorrência entre os países centrais, o projeto para os países subdesenvolvidos, permanece o mesmo. Entretanto, o novo padrão de concorrência internacional, reforçou a hierarquia da divisão internacional do trabalho, condenando as economias dos países latino americanos a especializarem-se na produção de mercadorias com baixíssimo valor agregado (SAMPAIO JUNIOR, 2010, p. 46). A

próxima seção deste capítulo, pretende contribuir para o debate acerca do papel o Estado no contexto do imperialismo, mundialização do capital

2.4 Imperialismo e Estado

Torna-se essencial, no diapasão do processo de acumulação, concentração e centralização, imperialismo, e em grande medida o subimperialismo, refletir a dialética e historicidade das relações entre Estado e Capital. Nesse sentido, pretendemos aqui explicar o papel do Estado na fase considerada concorrencial do capitalismo; na primeira etapa da fase imperialista (década de 1880 até década de 1920) e na segunda etapa da fase imperialista (segunda metade da década de 1940 a primeira metade da década de 1970). E por fim, apresentar alguns debates contemporâneos sobre o papel do Estado.

O período concorrencial do capitalismo vai até a década de 1870, essa fase marca a radicalização da ideia de Estado mínimo. Com uma progressiva interferência no mercado de trabalho, essa fase é marcada pelo taylorismo, uma forma de controlar o trabalho, em qualquer estágio de desenvolvimento tecnológico, através da gerência racionalizada da produção, objetivando estabelecer rigidamente o rendimento dos trabalhadores (LEITE, 1994; BRAVERMAN, 1987).

Nesse sentido, foram muito autores que contribuíram para consolidação do liberalismo na esfera econômica. Adam Smith, que historicamente antecede a Bentham, Nassau Sênior e Stuart Mill defendia que, o desejo natural de melhorar as condições de existência tende a maximizar o bem estar coletivo, quanto ao Estado, deve ser mínimo, devendo apenas apresentar três funções: a) primar pela soberania nacional e defender a sociedade de invasões externas; b) oferecer a proteção necessária aos membros da sociedade contra opressão e eventuais injustiças de outros membros; c) manter instituições e obras públicas, que beneficiem de alguma forma a sociedade, mas que não sejam atrativas para o capitalista. Buscando, portanto, a progressiva intervenção para amenizar instabilidade: infraestrutura, relações exteriores etc. (SMITH, 1986; PEREIRA, 2004).

A concepção desses autores clássicos, perdurou até meados da década de 1920. No entanto, alguns elementos levaram ao enfraquecimento dos argumentos da corrente liberal. O primeiro elemento histórico, atribui-se ao crescimento do movimento operário,

na medida em que começa a ganhar relevância política, fortalecido pelo movimento socialista de 1917. Sobre este ponto, o modelo de produção fordista acaba contribuindo para esse processo, uma vez que a classe trabalhadora passou a ter maior poder coletivo e requisitar ganhos na produtividade. Esse fenômeno, ganha força no pós-guerra, a partir do momento em que estas requisições passam a propagar-se.

O segundo elemento relevante nesse processo, que levou ao enfraquecimento do liberalismo, sobretudo a radicalização da ideia de Estado mínimo, foi a monopolização do capital. Com a crise de 1929, decorrente principalmente da quebra da bolsa de valores de Nova York, afetou o mundo todo e reduziu o comércio mundial a um terço do que era antes. Sobre esse fato, fica claro que a crise de 1929, provou a ineficiência do modelo liberal (BEHRING, 2006).

Sobre o segundo elemento, destaca-se o início dos Estados nacionais contemporâneos que se consolidaram como fio condutor dos monopólios com os Estados, para viabilização de práticas imperialistas e amenização de crises. Essa prática, decorre principalmente da natureza do capital, por não tolerar limites geográficos à sua expansão. E isso, ofereceu as bases necessárias para formação de grandes mercados nacionais, e a criação do Estado nacional moderno (MANDEL, 1982).

O Estado, por sua vez, ganha centralidade no contexto das crises, na medida em que atua a partir de duas frentes. A primeira frente consiste na limitação dos efeitos danosos da crise, já a segunda consiste na criação das condições necessárias para valorização do capital. Por isso, aqui, não estamos falando de uma instituição imparcial, pois desempenha um papel de árbitro, que não se dá no vácuo, dá-se na estrutura que mantém a sociedade existente de classes, onde concessões a classe trabalhadora é viabilizada, podendo sofrer interferência direta da correlação de forças (MATHIAS; SALAMA, 1983).

Nesse sentido, na época do capital financeiro, diz Lênin (2011) os monopólios de Estado e os privados se entrelaçam. Como extremos, representam, na verdade, a luta imperialista travada pelos monopolistas pela partilha do mundo. O endividamento, como principal mecanismo de dependência, levou o mundo a ser dividido, de um lado Estado usurário, e do outro os Estados devedores. Apesar do capital financeiro, sobretudo o imperialismo, apresentarem uma tendência a dominação, o capitalismo pode apresentar aos submetidos meios de emancipação. O caminho, afirma Lênin (2011), se dá através da

criação de um Estado nacional único como instrumento de liberdade econômica, podendo ser contido pelas forças militares dos Estados centrais.

A dialética que permeia a relação entre política de Estado e política de império, ao passo que contribuem para os objetivos do capital, podem também prejudicá-lo. Sobre este ponto, diz Harvey (2013)

Defino aqui a variedade especial dele chamada “imperialismo capitalista” como uma fusão contraditória entre a “política do Estado e do império” (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares) e “os processos moleculares de acumulação de capital no espaço e no tempo” (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem primazia). (HARVEY, 2013, p.31).

A primeira etapa do imperialismo, consistiu em um poder político, baseado no dinheiro, capacidade produtiva e força militar, os chamados imperialismos burgueses que contribuíram para consolidação de poder político do Estados nacionais. Ainda sobre esta questão, a primeira Guerra Mundial, foi um evento central na afirmação das potências nacionais. Com relação ao Pós-Segunda Guerra, segunda etapa da fase imperialista marca a ascensão dos EUA, marcado por intervenções por meio de organizações multilaterais. Emerge, portanto, nesta fase as superpotências continentais, onde essas organizações multilaterais (OPEP, FMI etc.), levaram a complexificação das relações, reservando aos Estados nacionais relativa autonomia, na medida em que os mecanismos de dominação passam a ser cada vez mais subjetivos (políticos e financeiros) (FARIAS, 2013; HARVEY, 2013).

Com relação a segunda etapa do imperialismo, a chamada “Era de Ouro”, marcada pelo crescimento econômico, levaram a mudanças tecnológicas, além da forte intervenção estatal via Keynesianismo (*Welfare State*) uma forma, sobretudo, de encobrir a natureza de classe. Por um lado, o resultado da aliança do Keynesianismo com o Fordismo, leva o Estado, nos países centrais, realizar investimentos em infraestrutura para acelerar rotação do capital; políticas fiscais e monetárias expansionistas; amenização de conflitos de classes através de acordos coletivos. Por outro, a expansão do capitalismo nos países periféricos, aconteceu de forma incompleta (HOBSBAWM, 1995; BEHRING, 2006; MATHIAS; SALAMA, 1983).

Com relação a centralização internacional de capital e o Estado, fazendo referência ao capitalismo tardio, caracterizado pela redução da rotação do capital fixo,

aceleração da inovação tecnológica e aumento dos custos dos projetos de acumulação do capital, afirma Mandel (1982)

Há uma tendência inerente ao capitalismo tardio à incorporação pelo Estado de um número sempre maior de setores produtivos e reprodutivos às condições gerais de produção que financia. Sem essa socialização dos custos, esses setores não seriam nem mesmo remotamente capazes de satisfazer as necessidades do processo capitalista de trabalho” (MANDEL, 1982, p. 339).

Em decorrência dessa fase, cabe ao Estado, estabelecer condições que não podem ser estabelecidas pelo setor privado; ordenamento jurídico e segurança militar em favor do capital; integração ideológica das classes dominadas; administração regular das crises: políticas fiscais e monetárias; reformas e contrarreformas, econômicas e políticas. Dessa forma, torna-se previsível a compatibilidade entre Estado e o capital monopolista, uma vez que a produção e circulação nacional passa a ser subordinada ao capitalismo monopolista global. Essa situação, decorre principalmente da atuação do Estado, como um agente intervencionista, baseado em ações corretivas ou preventivas, desiguais e combinadas. A complexificação da relação entre capital e Estado na contemporaneidade, inviabilizam ações pautadas no *Welfare State* e a possibilidade de um desenvolvimento sustentável (MESZÁROS, 2002).

Com relação a particularidade e organicidade do Estado, Meszáros (2002) aponta algumas formas que este pode assumir

Como parte constituinte da base material do sistema abrangente do capital, o Estado deve articular sua superestrutura legal e política segundo suas determinações estruturais inerentes e funções necessárias. Sua superestrutura legal e política pode assumir as formas parlamentarista, bonapartista ou até do tipo soviético pós-capitalista, além de muitas outras, conforme exijam as circunstâncias históricas específicas (Meszáros, 2002, p. 121)

O fato é que, independente das formas há uma primazia do capital em relação ao Estado. Essa situação decorre da unidade existente entre capital e Estado. De um lado, o Estado assume na periferia sob o fordismo e pós-fordismo, formas singulares ao processo histórico de acumulação. Por outro, cria-se um fetichismo do Estado na divisão internacional do trabalho, quando pensamos o lugar ocupado pela Inglaterra, EUA e Brasil. Por isso é imprescindível pensar o Estado associado a uma realidade histórico e social, marcado pela sua gênese, consolidação e superação (FARIAS, 2000; FARIAS, 2013).

Numa perspectiva diferente, a justificativa da redução da atuação dos Estados nacionais no cenário internacional, está fortemente associada a formação de mercados

globais cada vez mais regulados pela economia internacional. Com base nas alterações provocadas pela economia global nas estruturas do sistema interestatal, é a economia global não deve ser regulada pela atuação dos Estados. Esta premissa, está embasada no argumento de que o movimento irrestrito dos mercados de capital, desenvolvimento, tecnologias, dentre outros elementos, alteram a estrutura do sistema internacional, fato que coloca em xeque o papel dos Estados, bem como das fronteiras nacionais, ou seja, uma transição de estado-nação para estado-região (KENICHI OHMAE, 1999)

As mudanças no desenvolvimento do comércio mundial alteram, conseqüentemente, as estratégias do Estado. Neste sentido, é que Rosencrance (1986), apresenta duas possibilidades aos Estados, a primeira consiste na estratégia de adquirir novos territórios e buscar o desenvolvimento econômico e comercial. A segunda consiste no Estado comercial, que depende dos custos e dos benefícios de entrar em guerra por um lado e engajar no comércio de outro. Com base nestas premissas, que observa-se que este autor, entende a existência de uma autonomia do capital em relação ao Estado, uma regulação realizada, via mercado. A diminuição de ações soberanas pelos Estados, reflete o sistema interestatal, onde redes informacionais passam a ter centralidade. A produção industrial, passa também a ser em rede, levando a um aumento do poder das transnacionais e redução do poder do Estado. (HARDT; NEGRI, 2006; ARRIGHI, 1994).

A mundialização do capital acarreta mudanças interna e externa. A mudança interna, relaciona-se com as relações sociais, no âmbito da política econômica e social provocadas pelo neoliberalismo. no âmbito externo, atribui-se a globalização, marcada pela forte abertura da economia política. O Estado não está simplesmente inserido na superestrutura direcionado para uma ordem política/econômica, mas sim possui sua própria superestrutura e sua própria ordem política/econômica. Daí a necessidade de se estabelecer uma nova ordem sociometabólica para o Estado e resgatá-lo daqueles que se apropriaram dele para seus interesses capitalistas (GOWAN, 2003; MESZÁROS, 2014).

Alternativas de Estado podem ser pensadas no atual contexto, o caso da China e EUA é um exemplo emblemático. Para América Latina, o final do século XX marca uma pretensa alternativa ao desenvolvimento econômico e dito sustentável, o Estado Plurinacional, é o caso da Bolívia e do Equador. O plurinacionalismo, busca não apenas reconhecer a diversidade nacional e cultural, pretende ser um Estado comunitário, sobretudo um Estado Plurinacional da comunidade. Sobre o caso boliviano, trataremos mais adiante.

3 A BOLÍVIA NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Das duas últimas décadas do século XIX até as duas primeiras do século XX houve a expansão e fortalecimento do imperialismo pelo mundo, por isso era necessária a dominação sobre as nações periféricas para assegurar mercado. Até esse período o papel da América Latina era basicamente o de fornecedor de matérias-primas aos países centrais. Neste contexto, a lógica da produção capitalista, as crises econômicas (MARX, 2013; 2014) e a possibilidade de amenização das mesmas por meio de políticas imperialistas (LÊNIN, 1987) explicam parte da expansão capitalista na América Latina. Estes parâmetros de expansão do capitalismo no mundo, contribuíram para o aparecimento de uma nova divisão do trabalho, com uma ampla influência de países, imperialistas sobre economias semicoloniais e coloniais, ou seja, uma divisão do globo regida pelos interesses das grandes potências (LIMA, p.48, 2015).

O século XX foi bastante conturbado para o continente europeu devido a duas guerras mundiais que afetaram significativamente a estrutura econômica dos seus países, além da crise de 1929, considerada uma das mais severas. Além disso, ficaram evidentes as desigualdades na relação centro versus periferia e suas características estruturais, que não poderiam ser resolvidas pelo mercado, como argumentavam os liberais. Pelo contrário, para os periféricos, o subdesenvolvimento era produto da forma de expansão desigual da economia capitalista no globo.

No período pós-guerra, destacadamente na década de 1950, as grandes empresas registraram altas taxas de lucro. Essa fase ficou conhecido como os trinta anos gloriosos. A expansão da reprodução social e econômica do capitalismo intensificaram-se, pois o capital produtivo internacionalizou-se, e firmas passaram a expandirem-se para países subdesenvolvidos. É neste período que é consolidado o sistema oligopolista global. Quanto a América Latina, a ela ficou reservado o papel de um verdadeiro laboratório para essas experiências do capital transnacional (COSTA, 1986; LÔBO, 1993)

Todavia, já na segunda metade da década de 1970 o modelo desenvolvimentista dava seus primeiros sinais de falência, fato este associado a mais uma crise estrutural do capitalismo. A partir daí tem-se o início do modelo neoliberal, pregado como alternativa para saída da crise. Oficialmente, essa alternativa para retomar o crescimento da taxa de lucro dos capitalistas, foi em 1989 em uma reunião que visava avaliar reformas econômicas, com representantes de entidades financeiras como o FMI e

o BID. Esse encontro ficou conhecido como “Consenso de Washington”. No geral, o encontro dedicou esforços para uma drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada da especulação financeira. O discurso que embasava tais posicionamentos estava voltado para o princípio da soberania absoluta do mercado (BATISTA,1994)

Com o avanço do neoliberalismo na América Latina, pensando o quadro em que se encontram os países amazônicos interconectados no modelo produtivo global, Lima (2015) aponta que países como Brasil, Argentina, Equador e Venezuela, embora apresentem diferenças quanto ao ano de início, possuem algo em comum, que ficou evidente nos primeiros quinze anos do século XXI: o discurso da necessidade de superação do neoliberalismo. A autora alerta que em países como Brasil e Argentina a estratégia de superação se deu por meio de políticas pretensamente desenvolvimentistas, nas quais o crescimento econômico foi ancorado na expansão da grande propriedade e *commodities*.

Um dos resultados desse processo histórico é que a América Latina apresenta um quadro de baixo desenvolvimento do ponto de vista social e econômico. Por outro lado, as estratégias pretensamente desenvolvimentistas dos países da América Latina continuaram contribuindo para o fortalecimento de uma base econômica predominantemente primário-exportadora e, em última instância, com sua dinâmica determinada por interesses de grupos monopolistas internacionais, com práticas essencialmente imperialistas. Nesse sentido, este capítulo busca analisar uma fase dita desenvolvimentista e outra marcada pelo neoliberalismo, destacando o avanço das *commodities* agrícolas, e posteriormente mais detalhes das mesmas na Bolívia

3.1 Divisão internacional do trabalho e *commodities* agrícolas após a Segunda Guerra Mundial

Faz-se necessário compreender como, no âmbito das corporações transnacionais, ocorreram as transformações organizacionais, técnico-científica, e quais os rebatimentos no cenário político e econômico dos latino americanos, no período entre guerras e pós-guerras. Neste sentido, aos países da América Latina, “para cada um se atribuiu uma função, sempre nem benefício do desenvolvimento da metrópole estrangeira do momento” (GALEANO, 2015, p.18).

O desenvolvimentismo é datado entre 1930 e 1980, tem como tripé a industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo. As características deste modelo ficam mais evidentes no período pós-guerra, devido a sua expansão pelo mundo, tendo como modo de regulação o fordismo, que marca todo período. Por outro lado, as bases para o estabelecimento do fordismo, foi dado no período entre guerras quando foi difundida a ideia de forte intervenção do Estado na economia defendida na teoria keynesiana da produção da demanda efetiva. (GONÇALVES, 2012).

A crise estrutural do capitalismo no final do século XIX na Europa e nos EUA, consegue ser amenizada por alguns anos, até explodir novamente de forma ainda mais violenta, com a grande depressão da década de 1930. Nesse período o capital apresentou taxas elevadas de produtividade, e a retomada do crescimento econômico. Este cenário, ganha forma a partir da revolução técnica-organizacional e a expansão dos mecanismos monetários e financeiro. Neste período, a concentração de capital fica mais evidente entre as corporações, uma vez que o tamanho das unidades de produção havia aumentado. A revolução na organização da produção, a comercialização, a gestão dos estoques, do financiamento e da tesouraria, a gestão de pessoas, dentre outros aspectos foram favorecidos pelo taylorismo.

Além disso, a organização científica do trabalho e a linha de montagem, de modo geral, proporcionaram um aumento na rentabilidade do capital e na produtividade, favorecendo a elevação da taxa de lucro. Se por um lado o taylorismo previa uma certa relação entre a gerência e os operários, objetivando otimizar o trabalho e submetidos a uma rigorosa hierarquia, por outro o fordismo socializava o trabalho, e nele estava incluso tanto a gerência científica quanto a produtividade do trabalho, via maquinaria. Apesar disso, o taylorismo e o fordismo não são contraditórios, tanto é que formaram um padrão

dominante da organização e gestão do trabalho durante o século XX, que tem como características principais: produção em massa, fabricação realizada inteiramente na fábrica, ação sistemática de combate ao desperdício e aumento no ritmo do trabalho (LEITE, 1994; DURANS, 2008).

Concordamos com Harvey (1992), quando afirma que não podemos observar o fordismo somente sob a ótica da produção. Para ele, o fordismo precisa ser visto como um modo de vida total. De tal maneira que, a padronização do produto denota também ao consumo de massa, o que implica em uma nova estética e mercadificação da cultura. De modo geral, o fordismo proporcionou uma nova relação industrial, com o objetivo de recompor o trabalhador coletivo de acordo com as novas exigências da racionalidade produtiva e demandas por controle da eficiência. (BRAGA, 1996)

Diante dessa nova conformação do capitalismo mundial, é que as pequenas e médias empresas concorrendo como no *laisser-faire/laisserpasser* perdem espaço para grandes empresas, com produção em massa, disputando um mercado cada vez mais imprevisível (LIMA, 2006). Impulsionados por esse processo, é que se tem a exportação de capitais, em decorrência do excedente de capitais nas econômicas centrais. Diante da ascensão dos EUA, neste período foi comum a instalação do capital produtivo norte-americano em economias periféricas, destacadamente nos países latino-americanos.

Ao lado da infraestrutura temos o padrão taylorismo/fordista e do ponto de vista da superestrutura temos o keynesianismo. De fato, a redefinição da estrutura produtiva exigiu mudanças no papel do Estado, superando o liberalismo clássico. Esse novo direcionamento do Estado, ficou conhecido como *Welfare State*, que está embasado nas teses keynesianas, que defendia a gerência do Estado na administração de conflitos entre classes, através de políticas sociais e fiscais. Isso deveria ser sustentado por uma distribuição de renda para contrapor a falência do mercado, conservando a essência do modo de produção. Preservar o poder de consumo era necessário, seja por meio de políticas compensatória ou intensa propaganda dos meios de comunicação (DURANS, 2008).

O Estado keynesiano ou *Welfare State* entre os regulacionistas, é o tipo ideal ⁸de Estado para o Fordismo. A reprodução econômica e social no capitalismo, regido por este

⁸ É um instrumento de análise, desenvolvido por Max Weber que consiste em uma criação abstrata criada a partir de casos particulares observados. “Tipos ideais como feudalismo, capitalismo, etc. jamais ocorrem no mundo concreto, com todos os característicos estabelecidos pelo cientista. São exageros propositados de situações concretas, cuja finalidade é servir para estimar o grau de pureza ou hibridez dos fatos.” (RAMOS, 2006, p. 269)

modo de regulação, deveria agora promover o pleno emprego principalmente por meio da gestão do lado da demanda, e generalizar o consumo de massa através de direitos sociais e novas formas de consumo coletivo (JESSOP, 1993). Diante dessa reformulação do capitalismo, os países latino-americanos também passaram por esse processo, que ficou conhecido como desenvolvimentismo embasado no nacionalismo, intervencionismo e defesa da indústria (GONÇALVES, 2012).

Além disso, a nova onda de inovações proporcionadas pelo pós-guerra e a autonomização do capital financeiro que possibilitou o seu livre trânsito divorciada das fontes locais de capitação e empresas passaram a enviar seu capital produtivo, para países periféricos, os latino-americanos apresentavam as características necessárias, rico em matéria-prima e força de trabalho disponível e barata. É neste período que o capitalismo experimenta uma onda de taxas de lucro elevadas, ou os 30 anos gloriosos, datado a partir da década de 1950. Os rebatimentos dessa fase na América Latina, foram implantados seja sob uma revolução, liberal democracia ou ditaduras (COSTA, 1986).

Essas mudanças estruturais, o avanço tecnológico, a lei de patentes trazida pelo neoliberalismo, criaram as condições necessárias para o avanço da Revolução Verde, que possibilitou uma modernização e industrialização rápida da agricultura. Sendo que, na crise de 1980 e o encolhimento do Estado, o papel deste que antes era decisivo na condução das políticas voltadas para agropecuária, uma vez que a agroindústria já estava estruturada e integrado. Por isso, emerge um novo padrão de acumulação agora, articulado com o capital bancário, industrial e comercial, uma espécie de sistema integrado, constituído por diversas partes que compõem o todo (MESQUITA, 2016). Para tanto, é necessário, compreender os antecedentes deste cenário e seus desdobramentos na América Latina no final da década de 1980.

Por um lado, do período pós-guerra até meados da década de 1980 a Amazônia estava voltada para pecuária empresarial e grandes projetos. Por outro lado, já na década de 1990 esse padrão muda, agora sob a égide do agronegócio, com destaque para as monoculturas. Segundo Mesquita (2009), por exemplo, a década de 1990 marca a entrada da soja na Amazônia brasileira, com um crescimento de 10,5% ao ano entre 1990/2005. Cabe ressaltar que, esta nova fronteira agrícola contará com o apoio decisivo do Estado.

A expansão da produção de *commodities* está intimamente relacionada com a Revolução Verde, que ocorre no século XX, na década de 1960. No entanto, logo no final do pós-guerra as pesquisas já existiam no tocante ao melhoramento de sementes, as

chamadas Variedade de Alta Produtividade (VAP), no México e nas Filipinas. Além disso, muitas empresas que produziam para indústria bélica passaram a incentivar a produção de agroquímicos e maquinário pesado, ou seja, a revolução perpassava todos os ciclos da produção, desde a plantação, até a colheita (ROSA,1998).

A Revolução Verde significou novas técnicas e melhoramentos nos produtos e processos para serem implantados de forma a melhorar e aumentar a produção e a produtividade no campo. Esse processo de modernização no campo, desencadeou em grande medida um certo aprofundamento das relações mercantis e a ampliação de inovações técnicas. De tal maneira, que essas inovações técnicas acabam por inserir a agricultura de países em desenvolvimento na economia mundial (AGUIAR, 1986).

Com o fechamento de todo pacote tecnológico, e a aparência de crescimento de um crescimento pela demanda mundial de alimento, empresas imperialistas passaram a direcionar esforços para investir no setor

Surgiram do grande capital imperialista monopolista do pós-guerra mundial. Grandes empresários perceberam que um dos caminhos do lucro permanente eram os alimentos. Possuindo grandes sobras de material de guerra (indústria química e mecânica), direcionaram tais sobras para a agricultura. Encarregaram as fundações Ford e Rockefeller, o banco Mundial, entre outros, para sistematizarem o processo. Estes montaram a rede mundial GCPAI – Grupo Consultivo de Pesquisa Internacional – que é, na realidade, o somatório de centros de pesquisa e treinamento localizados em todo o mundo (ZAMBERLAM; FRONCHET,2001, p.17).

Percebe-se que as bases técnicas para Revolução estavam postas, caberia agora um alinhamento econômico, político e social para dar continuidade ao processo de modernização no campo. Após as duas grandes guerras mundiais, e luta pela hegemonia entre o bloco soviético e o estadunidense, durante a Guerra Fria interfere nas relações geopolíticas entre nações. De modo que, o discurso de superação da fome no mundo, acaba abarcando os aspectos: sociais, econômicos e político. Nesta linha, argumenta Rosa (1998)

O problema da fome tornava-se cada vez mais sério em várias partes do mundo, e o governo americano e os grandes capitalistas temiam que se tornasse elemento decisivo nas tensões sociais existentes em muitos países, o que poderia ampliar o número de nações sob o regime comunista, particularmente na Ásia e na América Central, tradicionais zonas de influência norte-americana (ROSA,1998,p.19).

O argumento da superação da fome, tornou- se viável pelo seu alcance nas diversas nações, principalmente aquelas periféricas. Entretanto, sabemos que a Revolução

Verde, é um processo que está diretamente relacionado com o desejo do capitalista em lograr uma taxa de lucro cada vez maior. Este objetivo seria alcançado agora com o auxílio da inovação, que levaria a uma redução no tempo de produção da mercadoria, fazendo com que a rotação do capital investido chegue o mais próximo possível de zero. Ou seja, foi encontrado na agricultura mais uma possibilidade de reproduzir o capital muito embora o discurso utilizado tenha sido aquele de superação da fome (MARX, 2014)

Ao definir Revolução Verde, Brum (1988) aponta que

[...] um programa que tinha o objetivo explícito contribuir para aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para criação e multiplicação de sementes adequadas as diferentes condições do solo, climas e resistentes as doenças e pragas bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratos culturais mais modernos e eficientes. (BRUM, 1988, p. 44)

Por isso, a Revolução Verde, nada mais foi do que um “jeito capitalista de dominar a agricultura” (ZAMBERLAM; FRONCHET, 2001, p.13). Para manter as altas taxas de lucro, seria necessário agora manter a reprodução do capital em escala ampliada, por isso a saída encontrada pelas grandes empresas foi aprofundar o processo de monopolização de fatias cada vez maiores de mercado. Estas empresas, criaram um ciclo de dependência por parte dos produtores, na medida em que os chamados pacotes tecnológicos agora seriam adquiridos exclusivamente através das empresas transnacionais. Estes pacotes tecnológicos, abrangem a área da química, da mecânica e da biologia.

Para tanto, a entrada desses pacotes tecnológicos decorrentes da Revolução Verde nos países periféricos aconteceu por intermédio do capital financeiro, pois os produtores para terem acesso a esses produtos recorriam ao capital bancário para financiamento. Esta iniciativa levou a uma ampliação do crédito, através de convênios entre governos. Esta Revolução vai muito além do campo, uma vez que abala todo um conjunto de variáveis políticas, sociais e econômicas. (ROSA, 1998)

Com a derrocada do modelo concorrencial, a era dos monopólios foi instaurada desde o século XX. Neste sentido, as empresas que investiram no agronegócio, acompanharam esse modelo, marcadamente centralizado, com sua dinâmica determinada pela esfera financeira. Por isso, na segunda metade do século passado a produção de alimentos, passou a ser controlado por empresas multinacionais. Essas empresas controlam desde o plantio, - ainda que indiretamente, mas geralmente apresentam

indicação de como proceder com o plantio - até o processamento, distribuição passando pelo fornecimento de todos os insumos.

Com a forte desregulamentação que o setor sofre na década de 1990, desencadeada principalmente pelos ideais neoliberais, o setor experimenta um crescimento vertiginoso. Dessa forma, os produtos agora foram homogeneizados, prática comum em uma estrutura de mercado monopolista. Para o caso dos países latino americanos, tais como Brasil e Bolívia, o crescimento dessas empresas se dá expressivamente a década de 1990, uma vez que em decorrência do neoliberalismo a abertura do mercado desses países era inevitável. Em consequência desse cenário, parte das empresas transnacionais, com uma forte alavanca financeira, para um amplo processo de aquisições de empresas do ramo alimentício, 1994 e 2003 foram registrados 312 processos de fusões e aquisições nos setores nacionais de alimentos, bebidas e fumo (BENETI, 2004)

Poucos anos mais tarde, empresas como Monsanto, Bayer Cropscience, Dow Agrosience e KWS adquiriram 29 empresas brasileiras (BANDEIRA, 2015). Este movimento é reflexo, da exacerbada centralização no setor de sementes e biotecnologia. No entanto, cabe ressaltar que grande parte dessas empresas são fundadas no final do século XIX e início do século XX, sendo que ao final deste último século estas empresas passaram por um forte processo de concentração, por fusões e aquisições internacionais (ASSOULINE; JOULY; LEMARIÉ, 2001)

QUADRO 06- Síntese das principais fusões ou incorporações ligadas à agroquímica — 1993-2000

ANOS	FATOS	ATIVIDADES IMPLICADAS (1)	NOVA ENTIDADE
1993	Incorporação da Shell Agricultura pela Cyanamid	Agroquímica	--
1994	Incorporação da Cyanamid pela American Home Products	Agroquímica	--
1994	Fusão das agroatividades da Hoechst e Schering Plough	Agroquímica	Agrevo
1996	Fusão de Sandoz e Ciba Geigy	Agroquímica farmácia	Novartis
1997	Fusão de Makhteshim Chemical Works e Agan Chemical Manufacturers	Agroquímica	Makhteshim- -Agan Industries (MAI)
1998	Incorporação pela Dow Chemical das partes de Eli Lilly na Dow Elanco	Agroquímica	Dow Agrosiences

1999	Fusão de Hoechst e Rhône Poulenc	Agroquímica farmácia	mais	Aventis
1999	Fusão de Astra e Zeneca	Farmácia		AstraZeneca
2000	Fusão de Monsanto e Farmácia Upjohn	Farmácia		Farmácia
2000	Fusão das agroatividades da Novartis e AstraZeneca	Agroquímica		Syngenta
2000	Incorporação da Cyanamid pela Bayer	Agroquímica		--

Fonte: Assouline; Jouly; Lemarié (2001). Adaptado

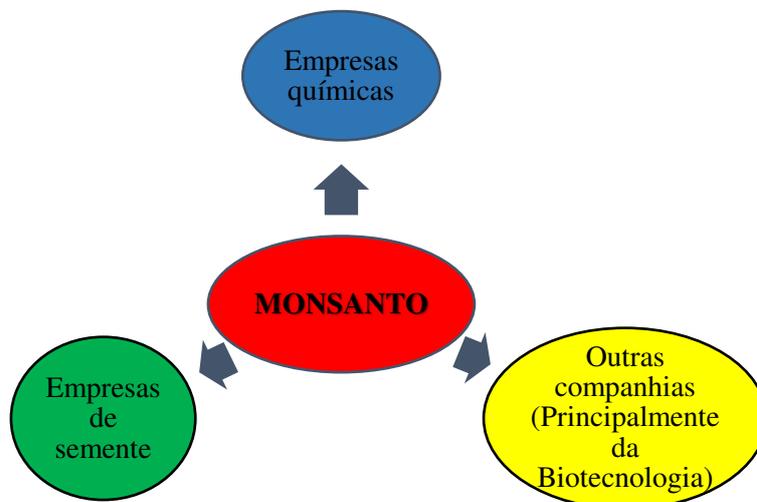
Esse cenário, corroborou para que as empresas agroquímicas exercessem maior poder sobre as empresas sementeira. Este fato pode ser entendido, através dos acordos bilaterais entre as empresas desses setores. Desse modo, o processo de centralização levou essas empresas a formarem megagrupos cooperativos, “a Monsanto e a DuPont de Nemours investiram mais de US\$ 10 bilhões na incorporação de empresas sementeiras e de sociedades de biotecnologia” e a Bayer, até o final da década de 1990, declarou possuir 5 bilhões disponíveis para investir em novas aquisições. (ASSOULINE; JOULY; LEMARIÉ, 2001, p. 34). O quadro 10, traz uma síntese das principais reestruturações

QUADRO 07 - Aquisições ou participação assumida em sociedades sementeiras pelos grupos de agroquímica no final da década de 1990

FIRMAS	BIOTECNOLOGIA	SEMENTES	ATIVIDADES A JUSANTE DA AGRICULTURA
Monsanto	Incorporações Calgene Agracetus	Incorporações Holden's Dekalb Asgrow Agroceres PBI Cargil Internacional Hybritech (de 50% a 90%)	Criação da Renessen (filial comum com a Cargill)
DuPont		Incorporações Pioneer Hybrinova	Criação da Optimum Quality Grain Absorção da Protein Technology International Absorção da CRIC Oualicon
Dow Agro- Sciences	Participação Verneuil	Incorporação da Mycogen	
Zeneca	Fusão da atividade sementes com VanderHave (=> Advanta)	Mogen	
Novartis		Participações Maisadour Benoist Secobra Incorporação da Agrosen	Acordo com a Eridinia Beghin Say
Aventis	Rhobio: pesquisa comum entre RPA e Biogemma Incorporação da PGS pela Agrevo	Fim das atividades sementeiras da RPA Participação na KWS incorporação nas sementes de legumes (Nuhmens) e grandes lavouras nas PVD	
BASF	BASF plant science	Weibull	

Fonte: Assouline; Jouly; Lemarié (2001). Adaptado

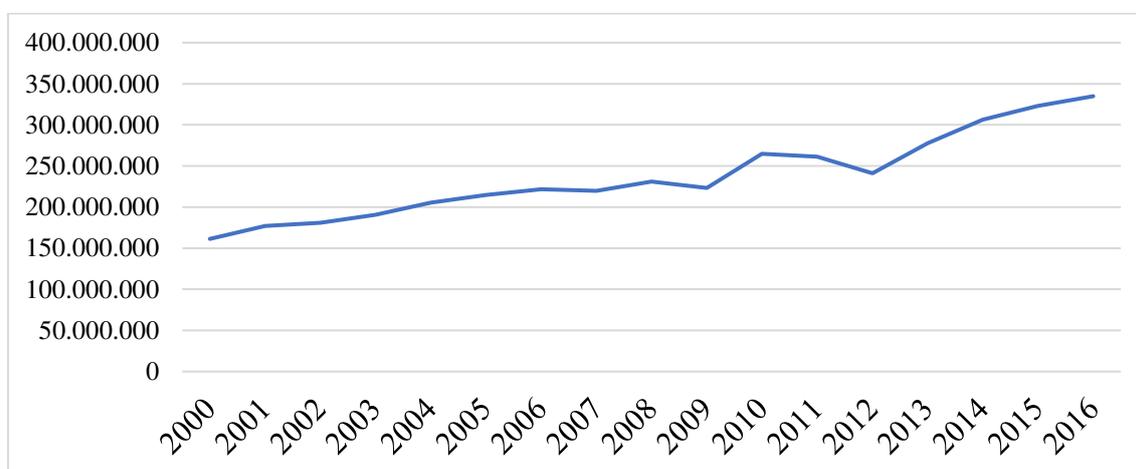
FIGURA 09- Estrutura do mercado mundial de sementes: uma expressão do monopólio da Monsanto



Fonte: Howard (2016). Adaptado pela autora.

Apesar de vários estudos apontarem um declínio secular dos preços de produtos primários, deste o início deste século verifica-se um aumento nos preços de alguns produtos agrícolas e minerais. No caso da soja, esse fato decorre principalmente da ampliação do mercado de produtos derivados, tais como óleo e farelo, aumento da importância desse produto na alimentação de animais e estímulo ao desenvolvimento tecnológico para aumentar a produtividade agrícola (Hirakuri; Lazzarotto, 2011). Dessa forma, registra-se um significativo aumento na produção mundial nos últimos anos, conforme se pode verificar no gráfico 1

GRÁFICO 01- Produção de soja no mundo a partir do início do século XXI (em toneladas)



Fonte: FAOstat (2018). Elaborado pela autora.

Pode-se dizer que o aumento do mercado desse produto passa cada vez mais a ser também uma necessidade de empresas produtoras de fertilizantes, defensivos agrícolas e sementes geneticamente modificadas. Sobre esse último ponto, registra-se um acordo entre as principais empresas do setor no sentido de compartilhar algumas características das sementes patenteadas. Uma noção dessa dinâmica pode ser verificada na figura 1, que apresenta algumas conexões a indústria de sementes, tendo por centro a empresa Monsanto.

3.2 A Bolívia no contexto da divisão internacional do trabalho: a expansão da fronteira agrícola

Ocorre que, ainda no período entre guerras, os países da América Latina foram estratégicos, mesmo dentro do subcontinente, a opressão de países pequenos pelos maiores seus vizinhos já era algo comum. A economia latino-americana, até então, era basicamente agroexportadora, dominada por oligarquias regionais, proprietários de terras e minas. A história da economia da Bolívia expressa essa situação, a saber: Simon I. Patiño, detinha em 1931 cerca de 62% do volume de exportações de estanho; Mauricio Hochschild com 26% do controle das exportações em 1938 e Carlos Aramayo com 10% em 1934. (GUZMÁN, 1973)

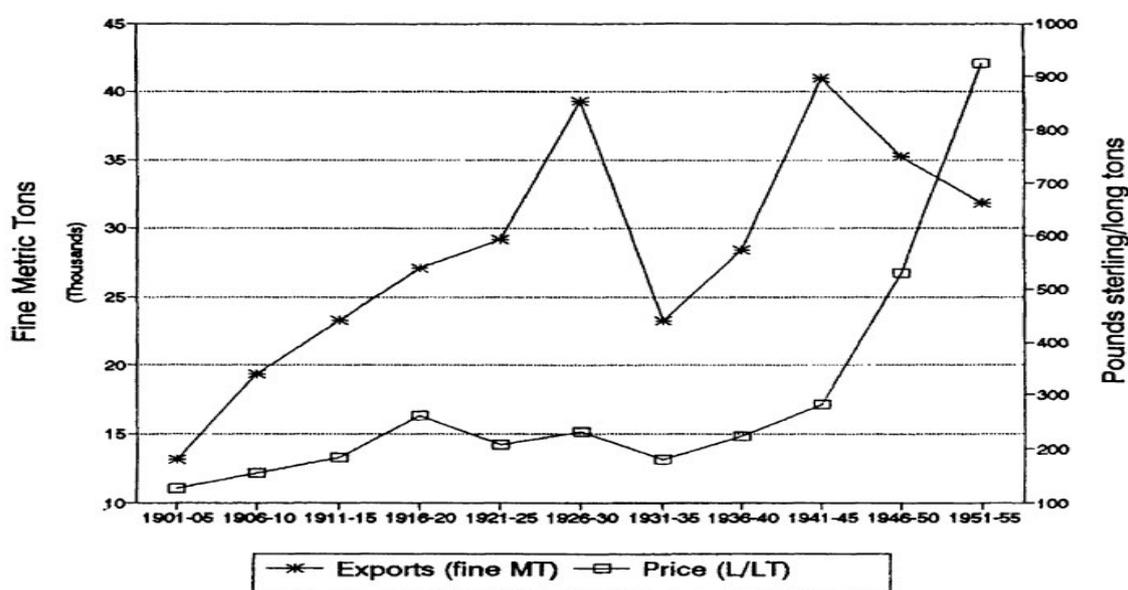
Se no caso do Brasil, os esforços foram centrados na extração do látex (borracha) no período entre guerras, na Bolívia buscaram suprir a necessidade do estanho, o mais importante produto para economia nacional ao longo do século XX. Na década de 1940 os EUA criam a *Metals Reserve Company* encarregada de comprar e estocar matérias-primas estratégicas dos países da América Latina. Nessa época a empresa se compromete em comprar toda a produção de estanho boliviano por até cinco anos, com exceção da produção da empresa Patiño que vendia para a Inglaterra. (BETHELLI, 2008)

De todo modo, a exportação deste *commoditie* mineral boliviano, passou a sofrer uma forte pressão dos países aliados durante a segunda Guerra Mundial, no tocante ao subsídio dado no preço. Os efeitos da guerra no país, foram sentidos de forma negativa em sua economia. A demanda pela matéria-prima era crescente, mas os salários e os impostos ao governo diminuiram. A margem de lucro das empresas era mantida, às custas

da exploração brutal da força de trabalho, de tal maneira que esta situação acabou acirrando as relações sociais e colocando o governo em constante instabilidade (ANDRADE, 2012).

A figura 01 ilustra o descompasso existente entre a demanda por estanho boliviano, e os preços. Observa-se que na década de 1930 há uma queda acentuada na demanda pelo produto, no entanto com o auge da II Guerra Mundial na década de 1940, a demanda cresce novamente. Já no início da década de 1950 os preços aumentam, na medida em que a demanda apresenta quedas constantes.

FIGURA 10- Exportações de estanho e preços - 1955



Fonte: Contreras (1993)

A função que desempenharam os países amazônicos durante o final do século XIX e na primeira metade do século XX, foi de uma verdadeira reserva de matéria-prima, que serviu de subsídio para indústria bélica, que encontrou nestes países as condições necessárias para uma exploração indiscriminada e institucionalizada. O caso do Brasil e da Bolívia expressam essa situação, mais precisamente para o caso do estanho e da borracha.

O pós-guerra gerou grande crescimento econômico, e forte industrialização nos países periféricos, para onde o capital produtivo migrava. No entanto, esta conformação não acontece de forma homogênea nos países da América do Sul, em especial o subcontinente latino-americano. Países como no Brasil, Argentina, México, Chile e Uruguai passaram por um processo de industrialização mais significativa. Enquanto isso,

o Equador, Paraguai e Bolívia estavam bem aquém deste cenário, pois permaneceram com a exportação de produtos primários como força propulsora apesar de adotar políticas voltadas para a dinamização do mercado interno. Entretanto, esta hierarquização dentro do continente, está intimamente relacionado com as exportações de capital, que levaram a criação de “braços” do imperialismo, o subimperialismo, onde as relações entre nações do mesmo continente, deixaram evidente a subalternidade econômica e política. Além disso, com o fim da Guerra Fria, e a derrocada do bloco soviético, os EUA assumem o posto de hiperpotência planetária, fato este que contribuiu significativamente para mudanças estruturais na agricultura dos países latino-americanos. Dessa forma, a agricultura passou a assumir um papel decisivo na política econômica, que no âmbito interno ajuda a combater a inflação e, no externo, gera divisas atualmente ampliadas (FARIAS, 2013; MESQUITA et al, 2018).

O processo de centralização de capital na agricultura da Bolívia deve ser compreendido numa perspectiva mais ampla do desenvolvimento da agricultura, que sofreu mudanças estruturais no século XX. Neste sentido, o processo de centralização na agricultura com apoio decisivo do Estado, independentemente de um período considerado revolucionário ou ditatorial, ocorre na fase desenvolvimentista, entre a década de 1940 até a década de 1980. Para o caso da Bolívia, em 1950, através da chamada Revolução Nacionalista, o país passa por uma transformação estrutural na sociedade, principalmente por apresentar um projeto modernizador, estatizante, contribuindo para o aumento da produtividade no campo de cultivos como algodão, café, soja, arroz, e para o desenvolvimento de novas indústrias sob a coordenação do Estado (SEGABINAZZI, 2006).

A Revolução de 1952, foi impulsionada pela insurreição da massa popular, derrubando o presidente Hugo Ballivian. O MNR (Movimiento Nacionalista Revolucionario), portanto, assume o poder sob o comando de Paz Estenssoro. É neste período que é fundado o órgão de poder, fruto do movimento operário, a COB (Central Obrera Boliviana), a partir da iniciativa de militantes trotskistas. A partir daí, sob pressão da massa popular, as minas de estanho são nacionalizadas, e é criada a Corporación Minera de Bolivia (COMIBOL). No entanto, a nacionalização do estanho, em sua essência não rompe com o capital estrangeiro, pois o Estado não tinha capital e tecnologia para manter em funcionamento as empresas mineradoras estatizadas e recorreu ao auxílio do capital estrangeiro. A solução foi a criação de empresas mistas ou *joint ventures*, uma

espécie de industrialização associada, que não representou ganhos significativos para o país (GIL, 2008).

Sobre a década de 1950 até a primeira metade da década de 1960, avalia-se que a Bolívia deixou de fato de ser um Estado oligárquico, e passa para status de capitalista em fase de modernização condicionado ao capital internacional (COSTA NETO, 2005). Com relação a estrutura agrária do país, neste período destaca-se a Reforma Agrária realizada, que na verdade acabou seguindo a linha de um desenvolvimento de um capitalismo agrário. Neste sentido, aos minifúndios ficou evidente a função de abastecer o mercado consumidor urbano e mineiro, com produtos alimentícios não exportáveis, caracterizando uma relação mercantil. Sobre as grandes propriedades, estas ficaram reservadas a regiões orientais, mais precisamente em Santa Cruz onde coube a agroindústria exportadora o papel da colonização. O Estado por sua vez, segundo o decreto da Reforma Agrária, ficou reservado o papel da garantia da propriedade privada, como solo, subsolo e recursos hídricos, quando fossem necessários a coletividade boliviana (OSTRIA GUTIERRÉZ, 1965).

A Reforma Agrária na qual o MNR foi obrigado a realizar na Bolívia, em meados de 1953, se deu em decorrência das constantes ocupações nas fazendas que vinham acontecendo. A eliminação, do modelo semifeudal reproduzido pelas fazendas, por um lado reduziu o grau de exploração da massa camponesa e melhorou as condições de trabalho, mas também diminuiu a integração do setor agropecuário nos circuitos comerciais e na divisão social do trabalho. Avalia-se que as comunidades rurais, não estavam preparadas para as mudanças que decorriam da estrutura de dominação, mas também o Estado boliviano, que buscou alternativas, no intuito de incentivar economicamente esta integração. E anos mais tarde, o problema permanece em pauta, aquele de uma agricultura capaz de satisfazer as necessidades básicas do desenvolvimento. (FURTADO, 1976; ANDRADE, 2012)

O desenvolvimento da estrutura agrária da Bolívia, sofre forte influência do acirramento da Guerra Fria, pois o país passa a apresentar uma certa proximidade dos EUA, atendendo aos interesses geopolíticos deste. Tais influências foram sentidas através do uso do PL480⁹ e o *Plan Bohan*, que busca moldar a estrutura agrária da Bolívia. Esse

⁹ A PL 480 foi aprovada em 1954, nos Estados Unidos, e visava à compra de excedentes alimentares dos produtores para doação. Através deste programa, o governo subsidia o sector agrícola privado com fundos para o desenvolvimento de mercados para o seu produtos agrícolas. O PL 480 trabalha até hoje comprando

processo, tem um maior aprofundamento entre 1964 e 1982, período da ditadura militar. O processo de modernização da economia boliviana permitiu a abertura da fronteira agrícola na região oriental do país, tornando-se fundamental por concentrar reservas de gás e soja. A década de 1970, por exemplo, ditadura militar de Hugo Banzer de 1971-78, milhões de dólares de crédito barato subsidiaram os agro-capitalistas em Santa Cruz. Além disso, centenas de milhares de hectares de terras de forma fraudulenta foram distribuídos a amigos políticos de graça (URIESTE 2010; ROCHA, 2006; MCKAY, 2017).

O período ditatorial é marcado por uma forte repressão aos movimentos dos trabalhadores, fechamento de sindicatos etc. Neste período, é consolidada entrada de empresas estrangeiras no país, marcadamente estadunidenses, a exemplo das firmas International Mining and Processing Corporation e Philip Brothers, para processar e exportar os minérios produzidos nas minas Catavi e Matilde. Estima-se que até 1967, aproximadamente 24% de toda produção nacional, estava nas mãos do setor privado. Neste mesmo período, o setor petrolífero da Bolívia aceitou a interferência de Washington, abrindo as portas para a Gulf Oil, que começou a produzir muito mais que a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (PERICÁS, 1998). O quadro 08 expressa sinteticamente as principais ações governamentais para agricultura no período ditatorial

QUADRO 08: Política Agrária e Ditaduras Militares (1964 – 1982): o caso da Bolívia

GOVERNO	DURAÇÃO	POLÍTICA AGRÁRIA
Renê Barrientos	1964-1969	Formação do pacto militar-camponês ¹⁰
Alfredo Ovando/ Juan Torres	1969-1971	Início do movimento Katarista ¹¹

produção agrícola excedente América, e exportá-los para o Terceiro Mundo através de seus vários programas ajuda alimentar ou créditos preferenciais.

¹⁰ “O general Barrientos era um oficial carismático e de origem humilde, com grande capacidade de comunicação popular, que falava fluentemente o idioma indígena quéchua. Em seu governo (1964 – 1969), foi arquitetado o Pacto Militar-Camponês, tentativa de utilizar o sindicalismo rural para se contrapor às demandas da Central Obrera Boliviana (COB), onde a influência comunista era forte” (ROCHA, p.22, 2006).

¹¹ O Movimento Katarista foi um forte movimento contestatório de base rural, que se expressava não somente em termos de classe social, mas também de identidade indígena. Surgiu a partir de índios, principalmente da etnia aymara, que migraram para as cidades e fizeram estudos avançados, no nível do ensino médio ou da universidade. Foram educados no quadro das expectativas crescentes despertadas pela Revolução de 1952 e beneficiados pelas oportunidades educacionais que ela criou (ROCHA, p.23, 2006).

Hugo Banzer	1971-1978	Repressão e massacres, colapso do pacto militar-camponês
Pereda, Padilla, Guevara, Gueiler	1978-1980	Período de grande instabilidade, não permitiu o estabelecimento de políticas consistentes nesse campo.
García Meza	1980-1982	Repressão

Fonte: Rocha (2006). Adaptado pela autora

Com o fim das Ditaduras Militares em grande parte dos países latino-americanos, na década de 1980, houve também o fim modelo de intervenção governamental. O Estado, portanto, passando por uma crise fiscal, determinada, em praticamente toda a AL pelo problema da dívida e elementos da crise capitalista mundial, incluindo a crise do petróleo. Sendo assim, sai de cena e o mercado passa a assumir a responsabilidade de supostamente promover o desenvolvimento em regiões remotas dos países da América Latina, especialmente a Amazônia, muito embora os grandes grupos capitalistas tenham assumido mais diretamente o controle das políticas econômicas. A saída para crise, agora seria via mercado, onde todo ônus dela, foi transferido para o suposto “inchaço” do Estado, promovido pelo modo de regulação keynesiano/fordista. A alternativa, seria agora o neoliberalismo, fortemente defendido por Ronald Reagan e Margaret Thatcher, tem como marco histórico o Consenso de Washington, que aconteceu em 1989 nos EUA. Embora aparentemente, o Consenso de Washington defenda uma forte retirada do Estado da economia, em sua essência na verdade, estava sendo fortalecido globalmente, com um papel cada vez mais determinante (DUMÉNIL; LÉVY, 2003).

Durante os anos 1980 e 1990, o extrativismo na América Latina caracterizou-se por um papel limitado do Estado, pela liberalização dos fluxos de capital e pela flexibilização da regulamentação trabalhista, ambiental e territorial. Dentre outros motivos, o conjuntos de reformas, sobretudo a postura do Estado de adotar uma política econômica favorável ao mercado e as exportações, são fatos que explicam também o interesse pela produção de commodities na periferia. O fato é que o investimento em setores extrativos raramente foi eficaz na construção de vínculos futuros e retrospectivos para a integração produtiva com outros setores (MCKAY, 2017; MESQUITA, 2018).

O neoliberalismo, como expressão da hegemonia estadunidense, no seu ápice na década de 1990, associado a dialética do Estado “os territórios nacionais se transformam num espaço nacional da economia internacional e [no qual] os sistemas de engenharia mais modernos, criados em cada país, são mais bem utilizados por firmas transnacionais que pela própria sociedade nacional” (SANTOS, 1999. p. 163). Ou seja, o território muda

de mãos, e passa a cada vez mais está subordinado as decisões que são tomadas nos países centrais. Este cenário, aprofunda-se mais com a criação da Organização Mundial do Comércio e o crescente aumento de investimentos em corretoras de valores (CHESNAIS, 1996). Destarte, muitas empresas expandiram suas operações ao longo século XX, na verdade poucas empresas. O neoliberalismo trouxe um fortalecimento do monopólio, através do fortalecimento da propriedade intelectual. Este regime em grande medida, beneficiou as empresas, em especial aquelas voltadas para agricultura, que estabelecem acordos transversais com empresas do ramo da biotecnologia, automotor etc.

A crise econômica que se instala nos anos 1980 e com a onda neoliberal, a dinâmica da agricultura entrou numa nova fase, marcada pela desregulamentação, sem alterar o *modus operandi*, ou seja, a expansão da produção pela produção de soja continua sendo prioritária. A presença das firmas ABCD começou a ganhar destaque no complexo de soja em meados da década de 1990, com a abertura à economia global, o surgimento de políticas neoliberais, a comercialização de variedades transgênicas e a expansão do mercado e fronteiras agrícolas da região. Principalmente através de fusões e aquisições (conforme trabalhado na sessão anterior), as empresas da ABCD expandiram seu controle sobre a soja da região (República da soja: Brasil, Paraguai, Argentina e Bolívia), controlando 10% da capacidade de moagem em 1995 para mais de 50% em 2011 (MESQUITA et al, 2018; MCKAY, 2018)

Esta fase na Bolívia, é também marcada pelas políticas neoliberais, abrindo suas fronteiras agrícolas lideradas por menonitas, brasileiros e nacionais, enquanto marchavam para as terras baixas de Santa Cruz. A expansão da soja tornou-se particularmente aguda a partir de meados dos anos 90, quando novas biotecnologias e capital agroindustrial começaram a entrar no país. A década de 1990 foi uma década com incursões visíveis de capital estrangeiro, não apenas no setor de soja, mas também na aquisição de fazendas de gado em áreas remotas da fronteira. Em apenas quinze anos (1985-2000), a área sob cultivo de soja aumentou de 50.000 para 500.000 hectares. Os agricultores estavam comprando terras no que hoje é chamado de 'zona de expansão' por US \$ 20 a US \$ 30 / ha. Hoje, essas mesmas terras são vendidas por US \$ 2.000 a US \$ 5.000 / ha (MCKAY, 2017).

Embora a atuação de empresas monopolistas na agricultura latino americana, em especial da Bolívia e do Brasil, não seja algo novo, acentuou-se nas últimas décadas. Este processo se dá principalmente por conta dos pacotes tecnológicos, através das transnacionais, um processo que põe em cheque as fronteiras dos países. O alto grau de

controle, ocorre através de contratos de fornecimento, essas empresas têm um alto grau de controle sobre o processo de produção, pois exigem padrões de qualidade específicos que exigem o uso de certos insumos e pacotes tecnológicos. Eles também têm acesso a mercados de exportação e, portanto, controlam a porta de entrada para onde a soja do país percebe seu valor. Sem realmente possuir a terra ou ter direitos legais de posse da terra, as relações de controle e acesso à terra e seus recursos produtivos estão em grande parte nas mãos do capital agroindustrial. Os agricultores suportam a maior parte do risco nesta relação de valor. A volatilidade dos preços internacionais, a seca, as inundações, as pragas e as ervas daninhas, etc., são ameaças potenciais que devem ser absorvidas pelo produtor. Enquanto isso, o agronegócio se beneficia da venda de insumos agrícolas - como sementes, agroquímicos, maquinário, assistência técnica, crédito - e frequentemente obriga o comprador de seus produtos (o produtor) a vender suas colheitas, na sua totalidade, de volta aos silos / instalações de processamento da corporação (MESQUITA et al, 2018; MCKAY, 2018).

Neste sentido, o processo de industrialização da agricultura, que tem início na segunda metade do século XX, e a sua agudização no século XXI, reflete a articulação existente entre os atores deste cenário, sendo eles empresas nacionais, que se articulam com monopólios transnacionais e o capital financeiro, na perspectiva de agregar mais valor e colocar-se como “complementar na grande cadeia do agronegócio mundial” (MESQUITA et al, 2018). Esta situação, corrobora a sobreposição que este sistema impôs a terra, na medida em que o armazenamento, o processamento, a distribuição e as exportações podem ter muito mais influência sobre a indústria da soja do que os proprietários e produtores. Esta situação, justifica-se pelo fato de que apenas seis empresas controlam a exportação de 95% da soja da Bolívia: Gravel Bolívia S.A 31%, Industrias de Aceite S.A (FINO) 22%, ADM SAO S.A 13%, Granos 9%, Industrias oleaginosas S.A (RICO) 9%, Cargill Bolívia S.A 11%, Cooperativas 1% e outros 4% (MCKAY, 2018).

QUADRO 09- Agronegócio estabelecido na Bolívia e a produção de soja

EMPRESA	CARACTERÍSTICAS DA ATUAÇÃO NA BOLÍVIA	RELAÇÃO COM O CAPITAL ESTRANGEIRO
Gravetal Bolivia S.A.	Maior processador de soja da agroindústria boliviana. Produz óleo cru e farelo de soja. 100% orientado para exportação. Controla 31% das exportações de derivativos de soja e soja da Bolívia. Representa aproximadamente 10% da receita em moeda estrangeira proveniente das exportações bolivianas em 2011	Desde 2008, 99% de propriedade da Capital Inversoja SA, uma empresa transnacional com sede na Venezuela. Industria
Industria de Aceites S.A (FINO)	Segunda maior exportadora de soja e girassol e produz óleo de cozinha, manteiga, margarina, sabão e outros produtos cosméticos para o mercado interno. Controla 22% das exportações de derivativos de soja e soja da Bolívia	74% controlada pela Urigeler International S.A., uma empresa transnacional que faz parte do Grupo Romero do Peru.
ADM SAO S.A.	Uma das maiores empresas agroindustriais transnacionais do mundo, operando em mais de 75 países com ativos de fornecimento, transporte, armazenamento e processamento. Na Bolívia, a ADM comercializa e exporta óleos vegetais e farinhas protéicas de soja e sementes de girassol. Começou a operar na Bolívia em 1998, comprando 50% da empresa boliviana SAO. Controla 13% das exportações de derivativos de soja e soja da Bolívia.	Multinacional com sede nos Estados Unidos
Industrias Oleaginosas S.A.	Processador de oleaginosas de propriedade da Bolívia que lida com compras de grãos, armazenamento, instalações de processamento e comercialização. Controla 9% das exportações de derivativos de soja e soja da Bolívia. Os principais mercados externos estão na região andina, na América do Norte e nos países europeus	Propriedade da famosa família Marinkovic (imigrantes croatas). Branko Marinkovic é um político e empresário boliviano que fugiu da Bolívia após ser acusado de planejar uma rebelião armada para derrubar o atual governo.
Cargill Bolivia S. A	Na Bolívia, a Cargill possui silos e armazéns, onde pode armazenar até 27.000 toneladas de grãos. Também possui parcerias com outros proprietários de silos em 12 locais. Controla 11% das exportações de derivativos de soja e soja da Bolívia.	Multinacional com sede nos Estados Unidos.
GRANOS	Controla 9% das exportações de derivativos de soja e soja da Bolívia.	Investidores internacionais / capital desconhecido. Exportações para o Peru.

Fonte: MCKAY (2017). Adaptado pela autora.

Segundo Mesquita (2018), a expansão da produção de soja no Brasil, e em grande medida nas economias periféricas, está associado a fatores endógenos exógenos. Os fatores exógenos estão associados a conjuntura externa. Sem dúvida a Bolívia, assim como os demais países envolvidos na cadeia mundial da produção de soja, sofreram impactos da demanda proveniente da China, que não por acaso se intensificou na década de 1990, período de grande expansão da fronteira agrícola e intensificada no adentrar do

século XXI. Por outro lado, as relações comerciais e financeiras da China com a Bolívia, por exemplo, aumentaram dramaticamente nos últimos dez anos.

Podemos observar que a China se beneficia amplamente de ambos os fins da agricultura industrial de cadeia de valor para a produção de soja. Primeiro, como produtor de produtos agroquímicos - um produto processado e de valor agregado exportado para todo o mundo e, em segundo lugar, o maior importador e processador de soja do mundo, principalmente para alimentar um complexo crescente de alimentação de grãos. A fim de apropriar a atividade econômica de maior valor agregado internamente, a China adotou uma estratégia de importação através de uma estrutura diferenciada de imposto de importação em 1998 que incentiva as importações de soja integral (tarifa de importação de 3%) sobre farelo de soja (5%) e óleo (9%) (MCKAY, 2017)

No tocante aos fatores endógenos, referindo-se a forte atuação governamental com instrumentos fiscais (MESQUITA, 2018), em 2015, as empresas chinesas receberam a maioria dos contratos públicos do Estado boliviano, enquanto o Banco de Importação e Exportação da China se tornou o maior financiador do país. Como o comércio bilateral aumentou 11 vezes desde 2005, a China ultrapassou o Brasil e os Estados Unidos como principal fonte de importações da Bolívia. Além disso, o início do século XXI, marcado por um pretense capitalismo andino-amazônico, comprometido com as práticas ambientais sustentáveis do ponto de vista do *vivir bien*, caracteriza-se pela liberação das importações de sementes geneticamente modificadas e o incentivo à produção de *commodities* agrícolas, como a soja, tendo como fio condutor grandes projetos de infraestrutura que visam otimizar a circulação de capitais na região. Sobre este ponto, aprofundaremos no capítulo quatro.

4 A PRODUÇÃO DE SOJA NA BOLÍVIA: CAPITAL MONOPOLISTA VERSUS POLÍTICA DO *VIVIR BIEN*.

Com uma superfície de 1.098.581 Km², a Bolívia está localizada no centro-oeste da América do Sul e faz fronteira com o Brasil ao norte e ao leste, Paraguai e Argentina ao sul e Chile e Peru ao oeste. O país está dividido em nove Departamentos (equivalentes a estados no Brasil), a saber: Pando, Beni, Santa Cruz, La Paz, Oruro, Potosí, Chuquisaca, Cochabamba e Tarija. Legalmente, a capital constitucional da Bolívia é Sucre, capital de Chuquisaca, enquanto La Paz é considerada a capital federal, é ainda capital do departamento com o mesmo nome.

A Bolívia possui 75% do seu território nacional amazônico, e cinco dos nove departamentos do país pertencem a Amazônia, sendo eles: Pando, Beni, Santa Cruz, La Paz e Cochabamba. Por outro lado, é considerado também um país mediterrâneo, pois nele está inserida na Cordilheira dos Andes, que corta todo oeste do país em duas cadeias paralelas. Entre elas está o semiárido boliviano.

A Bolívia possui três bacias hidrográficas, a primeira é a bacia do norte ou amazônica, e os principais rios bolivianos são: Madre de Dios, Orthon, Abuná, Beni, Yata, Mamoré e Guaporé ou Iténez. A outra bacia é a Central ou Lacustre, onde estão localizados o rio: Desaguadero e os lagos: Titica e Poopó. E por fim a bacia do Sul que possui os rios: Paraguay, Pilocomayo e Bermejo. (RAYES, 2010)

Embora a Bolívia tenha uma longa história de extração de minerais e gás natural, o caráter altamente mecanizado e intensivo em capital do setor agrícola são elementos relativamente novos. Novas formas de capital das economias emergentes estão penetrando no interior da Bolívia e mudando drasticamente as formas e relações de produção. O uso generalizado de soja geneticamente modificada, produtos químicos e a apropriação de insumos naturais pela indústria abriram novos espaços para o capital penetrar, circular e acumular, particularmente do Brasil, Argentina e China.

4.1 História e características da produção de soja na Bolívia: o aumento do capital monopolista

Apesar da instabilidade política da Bolívia, das perdas territoriais¹² que sofreu ao longo dos anos, o país continua sendo estratégico no subcontinente latino americano, principalmente no tocante a sua localização geográfica que agrega em seu território a Cordilheira dos Andes e as bacias hidrográficas amazônica e platina, sendo estas características únicas, dentre os países latino americanos. Reyes (2010) considera que o país poderia ser um centro conector para uma futura política de integração entre os países sul-americanos, pois:

- Seu território poderia ser o centro de convergência de uma rede de transportes rodoviários e ferroviários vinculado a redes de transportes nacionais;
- Poderia ser o eixo de ligação entre um porto fluvial no Prata e outro no Amazonas;
- Centro de ligação entre o Oceano Pacífico e o Atlântico, o que proporcionaria um trânsito mais rápido para o comércio entre os países latino americanos bem como outros parceiros internacionais.

As características geográficas da Bolívia contribuíram significativamente para chegada de imigrantes, destacadamente menonitas e japoneses. Estes imigrantes instalaram-se no leste do país, e desde a década de 1950 plantavam soja, com características muito diferentes das atuais, uma vez que a produção era voltada para o autoconsumo. A produção do ponto de vista comercial teve início na década de 1970, impulsionada principalmente por políticas estatais, que em grande medida beneficiavam a agricultura em grande escala. (CATACOARA, 2007)

É imprescindível, por isso, destacar que antes da expansão da soja na Bolívia existiram missões econômicas norte americanas que realizavam investigações acerca das potencialidades agrícolas dos países da América do Sul. Destaca-se aqui o “*Plan Bohan*” mais conhecido como “*Marcha hacia el Oriente*”, data o início da década de 1940 e

¹² A Bolívia perdeu mais da metade do seu território ao longo de sua existência, até a primeira metade do século XIX, o país tinha 2.363.769. A seguir alguns países que apropriaram-se de parte dos seu território: Argentina (Via diplomática por diferenças limítrofes), Brasil (Guerra do Acre e pela via diplomática), Chile (Guerra do Pacífico), Peru (Via diplomática, por demarcações fronteiriças) e Paraguai (Guerra do Chaco). (REYES, 2010)

indicava o oriente boliviano (ou a porção amazônica do país) como propício para o desenvolvimento de uma agricultura de grande escala, aberto para colonização. (CATACOARA, 2007)

A meta do “*Plan Bohan*” em primeira instância, era alcançar um *superávit* entre 3 e 4 milhões de dólares. Estes valores eram fixados anualmente, de modo a criar as bases financeiras necessárias para execução da segunda fase do plano. O valor inicialmente destinado para execução do plano foi de oitenta e oito milhões de dólares. Aproximadamente 45% deste valor estava planejado para ser empregado em estruturas rodoviárias. Para o setor agrícola foi destinado 17%, para projetos de irrigação 9% e para exploração de petróleo cerca de 28%. Durante execução do plano de Bohan foram destinados cerca de vinte e seis milhões de dólares. O quadro a seguir mostra o que cada setor recebeu de investimentos

QUADRO 10- Investimentos provenientes do “*Plan Bohan*” na Bolívia (em dólares americanos)

DESTINO DO INVESTIMENTO	MONTANTE	%
Programas Rodoviários		
Cochabamba-Santa Cruz		
Sucre-Camiri	12.000.000	45,93
Santa Cruz-Hontero		
Otros menores		
Programas agrícolas		
Plano de fomento açúcar		
Produção de arroz		
Recipientes para produtos agrícolas	6.625.000	25,36
Plano de fomento madeireiro		
Plano gomífero		
Estudo de irrigação em Villamontes		
Programas petroleros		
Necessidades de auto-abastecimento de hidrocarbonetos (exceto para óleo diesel)	3.500.000	21,07
Maiores reservas para o desenvolvimento da YPFB ¹³	2.000.000	
Crédito de ajuda ao Banco Minero		

¹³ Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos é uma empresa pública boliviana dedicada à exploração, destilação e venda do petróleo e seus derivados. Foi criada em 21 de dezembro de 1936, por decreto do governo do general David Toro.

Compra de materiais	500.000	3,82
Reservas para mais desenvolvimento de mineração	500.000	
Fundo para serviços sanitários	1.000.000	3,82

Fonte: Belmont (1986). Adaptado pela autora.

O “*Plan Bohan*”, em sua essência, representa uma quebra da política boliviana de depender do desenvolvimento da exploração e exportação de recursos, principalmente minerais, embora haja muitas controvérsias. Deker (2015) avalia que o plano em questão levantou a urgência de modificar a economia nacional em busca de uma abordagem diferente e buscou aumentar a necessidade de integrar a agricultura e outros setores estratégicos. Belmont (1986) concorda com Deker (2015), quando avalia que o “*Plan Bohan*” proporcionou uma maior diversificação econômica para o país. Em contrapartida, Belmont (1986) ressalta que este plano deixou evidente a dependência do Estado boliviano, pois passou a ser obrigado a estabelecer relações de importância política e econômica com os EUA.

O plano de Bohan possui forte influência no Estado Boliviano, pois define estratégias políticas e econômicas nos seguintes setores: agricultura, petrolífera e mineração. O alcance dos objetivos propostos é tão estratégico que até agora eles ainda estão sendo desenvolvidos e executados (DEKER, 2015). O que para Belmont (1986), é visto como algo negativo, pois acaba determinando os planos de investimento de toda economia do país. O autor cita o exemplo da “recomendação” que define diretrizes sobre a política tributária e, principalmente, sobre tributação da mineração. Ele aconselha a redução de impostos sobre as exportações de minério para não continuar a punir este setor, “já que a maior punição não só para a mineração, mas para todo o país, veio dos próprios Estados Unidos” (BELMONT, p. 31, 1986). Não por acaso, esta submissão está atrelada a origem do financiamento deste plano, que pode ser verificado no quadro a seguir

QUADRO 11- Fontes de financiamento da primeira etapa do *Plan Bohan* (em dólares americanos)

FONTE DO FINANCIAMENTO	MONTANTE	%
EXIMBANK	15.500.000	53,22
Fundo de Desenvolvimento da Empresa GumIfero Rubber Reserve	2.125.000	7,3
Fundo para serviços sanitários escritório de assuntos americanos	1.500.000	5,15
Fundo para estradas do governo boliviano (500.000 anuais por três anos)	1.500.000	5,15
Capital CBF, fornecida pelo governo boliviano a uma taxa de US \$. 250.000 mensais, por três anos	9.000.000	30,90

Fonte: Belmont (1986). Adaptado.

Belmont (1986) aponta que o “*Plan Bohan*” objetivava uma complementação política, sobretudo econômica. Por um lado, esta cooperação “mútua” almejava tornar a Bolívia autossuficiente do ponto de vista agrícola. Por outro, buscava aumentar suas importações de produtos manufaturados provenientes dos EUA. O plano ainda previa, a ampliação dos sistemas de comunicação e a exploração dos recursos energéticos. Mas para isso, destaca Belmont (1986) o plano de Bohan buscou fomentar o uso de fundos de capital privado, tendo como principal instrumento de execução “*Corporación Boliviana de Fomento*” (CBF), que é uma sociedade anônima, que objetivava

[...] o desenvolvimento e exploração dos recursos naturais da Bolívia e o desenvolvimento, aumento e melhoria da agricultura, de mineração, de petróleo, das florestas, indústria e comércio em geral e transporte, bem como a construção e obras públicas e outras de interesse e utilidade geral dentro da república (PACTO SOCIAL *apud* CASPA, 2016. Tradução nossa).

Os recursos que a CBF tinha na década de 1940 foram empregados conforme os objetivos do Plano de Bohan. O quadro detalha os gastos efetuados pela CBF em 1943:

QUADRO 12- Detalhamento dos gastos efetuados pela CBF em 1943

ATIVIDADES DA CBF	VALOR US\$
Aquisição de máquinas nos EUA para obras rodoviárias	528.500
Aquisição de materiais e ferramentas na Panagra em Cochabamba	4.050.035
Aquisição de equipamentos e máquinas na Panagra Cochabamba	89.210
Pagamento de aluguel, despesas de pesquisa e estudo de a industrialização da mica em Santa Cruz	2.782.451
Contribuição para a fundação de Fazendas Experimentais pelo primeiro ano	100.000
Contribuição para a fundação do Instituto de Pesquisa Mineral pelo primeiro ano	100.000
Contribuição anual para o apoio de acadêmicos bolivianos nos EUA	10.000
Compra de títulos de um banco central em La Angostura	309.523
Empréstimo feito à YPFB	500.000
Empréstimo em estudo para YPFB	1.600.000
Empréstimo feito ao Banco Agrícola	120.000
Empréstimo em processo para o Banco Agrícola	1.000.000
Empréstimo ao Ministério das Obras Públicas para comprar Vagões	675.500
Empréstimo feito ao Banco de Mineração	400.000
Empréstimo em andamento para o Banco de Mineração	1.300.000
Empréstimo ao Comitê de Desenvolvimento Agrícola e Irrigação para a continuação dos estudos no Pilcomayo	23.809

Fonte: Caspa (2016). Adaptado.

A CBF, pode ser compreendida como um instrumentos do Plano Bohan, que buscou viabilizar principalmente infraestrutura na Bolívia através da construção de estradas e ferrovias, geração de eletricidade e criação de redes de fornecimento, construção de habitação em resposta aos fluxos populacionais. Com relação a história econômica do país em questão, a partir da CBF podemos compreender como se dá processo de formação da dívida externa e interna, produção agrícola, industrial e manufatureira, exploração de matérias primas, mercado interno e internacional. Neste sentido, concordamos com Caspa (2016) quando o mesmo afirma que a CBF gerou uma série de crises econômicas na Bolívia, alterando sua história. O período de surgimento, auge e queda dessa instituição, podem ser verificados no quadro 09

QUADRO 13- Momentos da CBF, a partir da década de 1940.

DESDE A	ATÉ	CARACTERÍSTICAS
Criação da CBF 1942-1943	Crise do crédito dos anos 1948-1949	<ul style="list-style-type: none"> • Baixo rendimento • Crise interna e externa • Pouca diversificação de capitais
Retomada de contrato de crédito com o EXIMBANK 1950	Descentralização por regiões 1970-1971	<ul style="list-style-type: none"> • Modificação da taxa de câmbio do dólar • Mudança política • Aumento de capital
Administração de corporações regionais 1970-1971	Dissolução da CBF pelo Decreto Supremo nº 21060, de 29 de agosto de 1985	<ul style="list-style-type: none"> • Novo modo de câmbio do dólar • Crise interna e externa • Capital itinerante

Fonte: Caspa (2016). Adaptado.

Quanto ao “*Plan Bohan*”, este foi o reflexo da demanda por matéria-prima no período da segunda guerra mundial. Sua participação possui conotações econômicas e geopolíticas. Econômicas, devido a demanda pela matéria-prima, principalmente por estanho. Do ponto de vista geopolítico a Bolívia, foi compreendida no plano como uma espaço de “soldagem” do continente. Por isso, para os EUA era conveniente, manter o domínio sob aquele país. Portanto, apesar de apresentar um forte discurso desenvolvimentista, ao *Plan Bohan* interessou apenas, a incorporação da agricultura e do petróleo no processo acumulação de capital. Até então, o único setor responsável pela acumulação do país era a mineração. No entanto, cabe ressaltar que o setor de hidrocarbonetos, também em certa medida já contribuía para acumulação, no governo de David Toro na década de 1930 (é neste governo que é nacionalizado os hidrocarbonetos bolivianos, e criado a YFPB), além disso a produção agrícola já existia, mas em quantidades pequenas.

Na avaliação de Belmont (1986), o *Plan Bohan* buscou um crescimento horizontal da economia boliviana. Este posicionamento justifica-se pois, o plano impôs um teto a este crescimento, na medida em que há um estímulo a transformação primária dos recursos naturais. Ao plano e aos EUA, interessou apenas o estanho bruto, com preço abaixo do mercado, *superávit* da balança comercial para reestabelecer o seu equilíbrio com maiores importações de manufaturas norte-americanas, assegurar o pagamento do capital emprestado através da amortização da dívida externa contraída pela Bolívia.

Essa missão econômica da década de 1940, apesar de centrar esforços no desenvolvimento de setores estratégicos para países imperialistas e estimular a exportação de produtos com baixíssimo valor agregado, é considerado um plano geral, que buscou aparentemente alcançar o desenvolvimento econômico e social nacional (BELMONT, 1986; DEKER, 2015). A proposta do plano, no contexto do desenvolvimento social nacional e econômico, indicou que a base para o desenvolvimento é a melhoria das comunicações, principalmente através de rodovias. Este Plano foi enquadrado em uma abordagem paternalista e intervencionista do Estado e da Corporação Boliviana de Desenvolvimento, pela CBF, como seu instrumento operacional.

No tocante a agricultura o Plano Bohan propôs que a produção fosse adaptada ao contexto interno (como variável dependente), propondo que para sua expansão se esperasse o aumento gradual da população e que, então, o aumento do consumo per capita fosse alcançado.

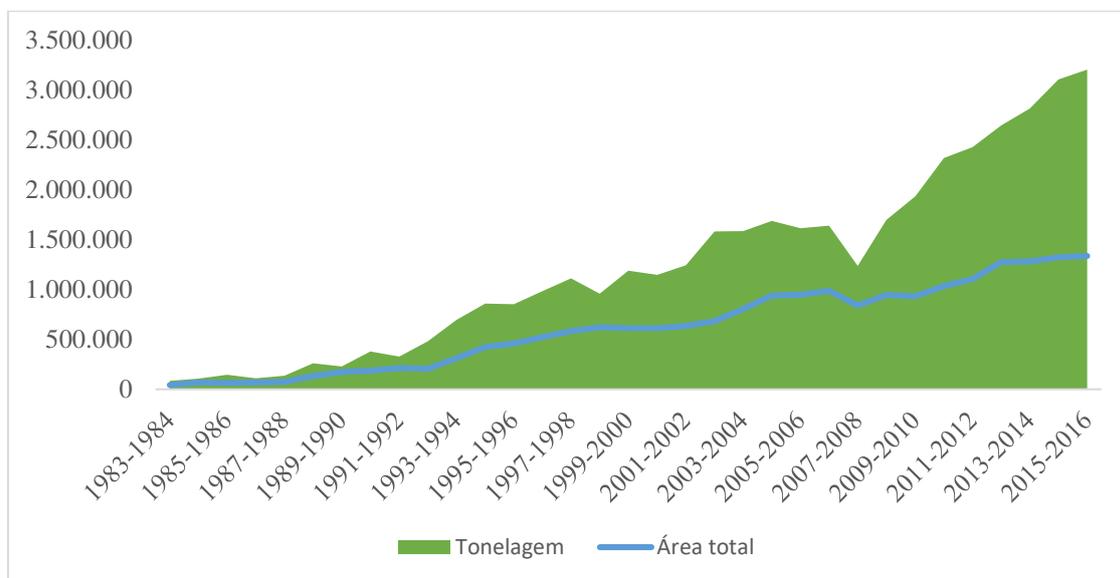
O modelo primário de exportação que a Bolívia possuía na época, propunha como alternativa a implementação do modelo de crescimento interno, baseado na industrialização com a substituição de importações (DEKER, 2015). O autor utiliza um esquema feito por Machicado (1988), que ilustra a perspectiva de crescimento econômico do ponto de vista das missões econômicas estadunidenses, onde acredita-se que este seria alcançado através da combinação entre infraestrutura rodoviária e desenvolvimento da agricultura.

Da década de 1940 até a década de 1970 verifica-se um processo de inserção da produção agrícola em larga escala no oriente da Bolívia. Entende-se que este período, é considerado como a primeira fase do processo de inserção e expansão da soja nas terras baixas bolivianas, (CATACORA, 2007). Avalia-se que apesar de na primeira fase não existir uma demanda mundial pela soja, as bases para uma produção agroindustrial foram dadas pelo *Plan Bohan*, que teve como instrumento a CBF, extinta apenas na década de 1980.

A segunda fase da expansão da soja na Bolívia compreende a década de 1980, quando há uma acentuação da produção (CATACORA, 2007). Seguindo essa linha, Pérez (2008), compreende este período a partir de três momentos: no período 1986 – 1992; no período 1993 – 1998; a terceira, a partir de 1998. Parte desse processo pode ser visualizado no gráfico 01, no qual observamos o progressivo aumento da área de cultivo da soja. Além disso, verifica-se também que, na década de 1990 o crescente incremento experimentado pela produção de soja na Bolívia, está diretamente relacionado com a

Revolução Verde, tratada no terceiro item deste trabalho, e com a desregulamentação do setor, proporcionado pela abertura das economias periféricas, desencadeada pelas políticas neoliberais, conforme explicitado no capítulo anterior.

GRÁFICO 01 - Superfície cultivada e tonelagem, por ano agrícola na Bolívia (Em hectares e milhares de toneladas, respectivamente)



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do INE (2017).

Segundo Pérez (2008), na primeira etapa da expansão da produção de soja o governo boliviano passou a direcionar esforços para produção de soja. Este posicionamento foi desencadeado em 1986, quando o mercado internacional de estanho entrou em colapso. Historicamente, a Bolívia, comportou apenas ciclos econômicos formados por um produto, o estanho é um exemplo emblemático. Na primeira metade do século XX, o estanho era responsável de 70% a 100% de todas exportações deste país. Na segunda metade do século XX, início dos anos de 1970, estas cifras caem pela metade (CARDOSO et al, 1984).

A história da economia da Bolívia, foi marcada pela inflação desenfreada, e nos primeiros cinco anos da década de 1980, média registrada foi de 610,9% (CEPAL, 2004). Por um lado, o período de hiperinflação da Bolívia coincide com o fechamento do ciclo do estanho. Por outro, fortalece a produção de soja. Isso pode ser verificado, a partir do valor do grão por tonelada. Se na década de 1970 a soja era negociada por U\$ 260,00, esta rubrica passa para U\$ 312,00 na década de 1980. (PÉREZ, 2007). Este fator, sem dúvidas, contribuiu para que o Estado incentivasse a produção de soja, bem como de seus

derivados, mesmo que a economia do país, estivesse em uma situação complexa. É neste período, portanto, que o complexo de soja revela-se como promissor.

A hiperinflação boliviana, revelou-se como uma oportunidade de renovação do capital fixo. Nesta linha, Montenegro (*apud* Pérez, 2007), avalia que este período desastroso da economia boliviana fez com que:

A taxa de câmbio subvalorizada (...) criou condições favoráveis para o reinício de um processo de formação do capital fixo na agricultura, devido fluxo significativo de importações de bens de capital facilitado por uma taxa de câmbio subsidiada. Este processo, embora insuficiente, lançou as bases para a renovação de ativos no setor primário. (MONTENEGRO *apud* PÉREZ, p. 50, 2007).

A demanda crescente pela soja e a valorização do produto, contribuiu para um fortalecimento patrimonial e financeiro. Estes eventos, foram desencadeados com o aumento das exportações a preços internacionais crescentes, garantindo assim a recepção de moedas estrangeiras, o que representou uma enorme vantagem. Mas, não foi suficiente para resolver os problemas gerados pela crise, de tal maneira que o país teve que passar por um ajuste estrutural. A Bolívia passou de “capitalismo de Estado” para uma economia liberal, onde houve a liberalização dos mercados para bens e fatores de produção, a restrição de gastos, abertura pública e comercial. Este modelo do “livre mercado”, puramente ortodoxo, só pode ser comparado na América Latina, a partir da experiência do Chile, durante o governo de Augusto Pinochet (PÉREZ, 2007).

O início do livre mercado na Bolívia, demarca o fim da primeira etapa de fortalecimento do complexo sojeiro na região, principalmente em Santa Cruz. A segunda etapa, pode ser demarcada logo o início da década de 1990. Decorre, principalmente do início da execução do projeto *Tierras Bajas del Este*, bem como a declaração da área de livre comércio, denominada de Comunidade Andina (CAN). O complexo sojeiro na Bolívia, mostrou-se bastante promissor, pois obteve um desempenho produtivo e potencial de exportação que ofereceu a ampla fronteira agrícola das planícies do departamento de Santa Cruz.

Organismos internacionais, como FMI e Banco Mundial, passaram a ter influencia direta no desenvolvimento de políticas públicas, estimulando a adoção de medidas de ajuste estrutural. É neste contexto que começa a ser desenhado o projeto *Tierras Bajas del Este*, no final da década de 1980, que começa a ser executado em 1992, e foi

fundamental para o fortalecimento da produção de soja na região oriental da Bolívia (PÉREZ, 2007)

Com relação ao projeto *Tierras Bajas del Este* as agências executoras do projeto, foram os seguintes: Corporacion de Desarrollo Regional de Santa Cruz (CORDECRUZ), Centro de Investigacion de Agricultura Tropical (CIAT), Central de Indigenas del Oriente Boliviano (CIDOB), Producers' Associations of Santa Cruz (ANAPO, FEGASACRUZ, FENCA, PROMASOR) (THE WORLD BANK, 1990). Este projeto, contava com um orçamento de aproximadamente US\$ 54,6 milhões de dólares.

No projeto foi corroborada importância da agricultura no PIB da Bolívia, na medida em que correspondia a 18% de participação no PIB em 1978 e em 1988 passou a ter uma participação de 22%. Além disso, o setor era responsável por cerca de 65% dos empregos totais. Diferente do plano de Bohan, o projeto *Tierras Bajas del Este*, deu ênfase a produção de soja, indicando que as informações que tinham disponíveis naquele momento apontavam que a parte oriental do país parecia ser particularmente adequada para expandir a produção de soja (produzida em rotação com sementes de trigo, sorgo e girassol) e, eventualmente, para outras culturas. Além disso, no plano consta que o potencial de área para cultivo de soja naquela região é de aproximadamente 14 milhões de hectares. Ao mesmo tempo, indicou-se que deveria haver um “uso adequado”, na medida em que a região possui rica base de recursos naturais, que precisa ser gerenciada de forma sólida e protegida. Formalmente, a estratégia inclui o estabelecimento e gestão do Plano de Uso da Terra para orientar o desenvolvimento futuro, incluindo o apoio à agricultura e proteção dos recursos naturais e os interesses dos povos indígenas. (THE WORLD BANK, 1990).

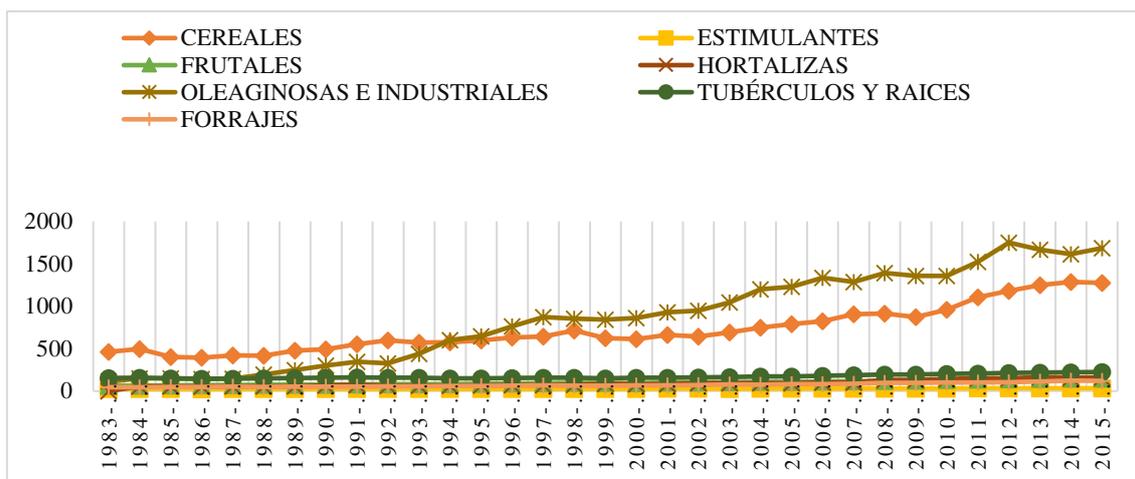
Dentre os objetivos do plano desenvolvido pelo Banco Mundial, destacam-se os seguintes:

- ajudar a iniciar a gestão racional e a longo prazo da base de recursos naturais da planície oriental;
- aumentar a produção agrícola e expandir as exportações e a produção de *commodities* de substituição de importações em cerca de US \$ 52 milhões ao longo de um período de três anos (mais de 50% do valor das exportações agrícolas em 1988);
- desenvolver mecanismos de tecnologia e crédito para aumentar e sustentar a produtividade da agricultura comercial e aumentar a renda familiar de pequenos agricultores de subsistência;
- melhorar a infraestrutura rural das terras baixas orientais;
- introduz uma política fundiária que apoie o desenvolvimento agrícola saudável;

- melhorar as condições de vida e nível de educação do grupo indígena "ayoreo" (11 comunidades, totalizando cerca de 2.000 pessoas), e ajudar a demarcar as terras tribais das comunidades ayoreo e chiquitano (THE WORLD BANK, 1990)

No gráfico 02, é perceptível o papel central que teve o projeto de Desenvolvimento das Terras Baixas, pois a partir do ano em que este passa a ser executado, a superfície destinada para produção industrial apresentou um significativo aumento

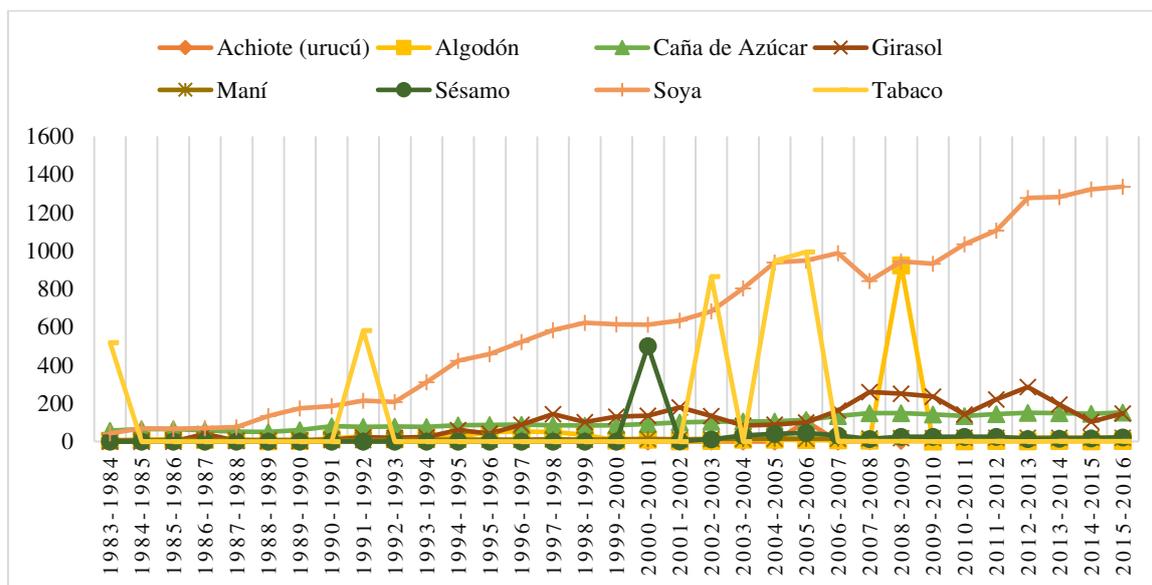
GRÁFICO 02- Superfície cultivada cultivada, por ano agrícola (em milhares de hectares)



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do INE (2018)

Conforme pode ser verificado no gráfico 02, a produção agrícola na Bolívia na década de 1980 era predominantemente voltada para os cereais, sendo que mais da metade da produção nacional correspondia ao subsetor camponês (basicamente da região andina, mas também dos pequenos produtores emergentes das terras baixas). No entanto, com o decisivo apoio do Banco Mundial para produção agrícola intensiva, o início do século XXI marca a primazia transferida para o sub-setor agro-industrial através de produtos "industriais", com destaque para soja (PÉREZ, 2007). Essa situação pode ser verificada no gráfico 03

GRÁFICO 03- Superfície cultivada por culturas consideradas industriais na Bolívia (em milhares de hectares)



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do INE (2018)

O projeto terras baixas, aponta em seu texto oficial três riscos: relacionados a possíveis flutuações nos preços de exportação, e do mercado contínuo de exportações específicas para a soja; riscos do lado da oferta, ou seja, sustentabilidade dos rendimentos, custos de produção e custos de transporte; riscos ambientais advindos das demandas competitivas para o desenvolvimento agrícola nas Planícies do Leste, ricas em recursos. Por outro, identifica fatos que podem minimizar os riscos pelas perspectivas de alta para os preços mundiais da soja e pelo fato de os preços terem sido historicamente bastante estáveis; fortalecendo o desenvolvimento e a transferência de tecnologia para melhorar a eficiência e a sustentabilidade da produção agrícola e por meio de melhorias no sistema de transporte rural; Por fim, o projeto introduziria medidas para controlar as áreas onde o desmatamento e a colheita ocorreriam e ajudar a demarcar e proteger os parques nacionais, as florestas e as reservas dos povos indígenas. (THE WORLD BANK, 1990)

A produção de *commodities*, com destaque para soja, precisa atender o mercado internacional. De tal maneira que o volume de capital exigido é cada vez maior e, portanto, exige uma reprodução em escala ampliada (MARX, 2013). As alternativas do Banco Mundial, com relação aos potenciais riscos do projeto terras baixas, revelam-se como insuficientes, na medida em que a superfície destinada para o cultivo da soja na Bolívia está em ascensão. Além disso, a partir de observações de negócios na *Chicago Board of Trade* (CBOT), que é uma das bolsas de referência no comércio mundial de soja

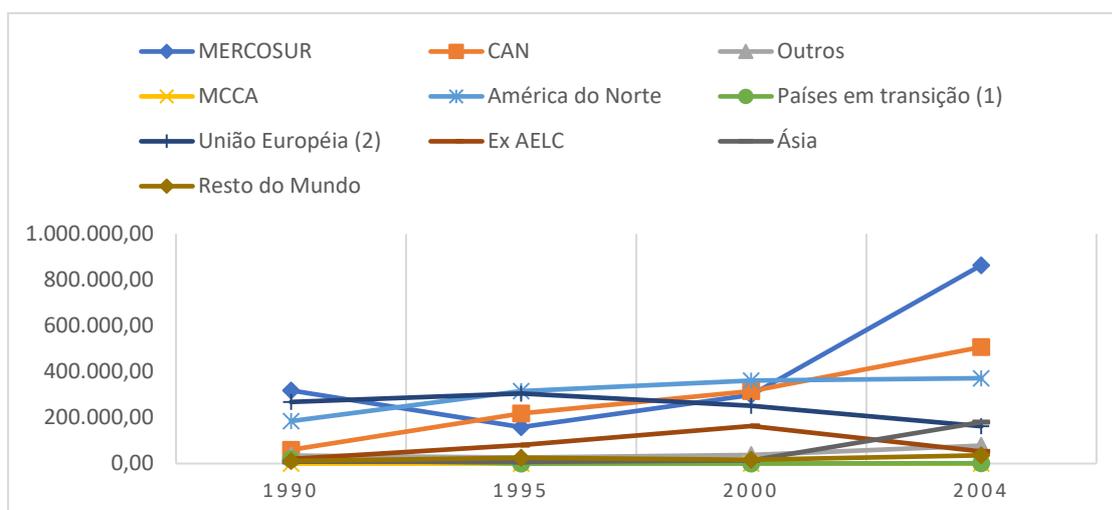
e derivados, Hirakuri e Lazzarotto (2011) concluem que o mercado desse produto é marcado por grande volatilidade em função dos volumes de oferta e demanda e de especulações financeiras.

O plano de Bohan, e anos mais tarde o projeto terras baixas, criaram as condições, instrumentos e infraestrutura necessários para o desenvolvimento da produção de soja, na Bolívia. A declaração da Comunidade Andina das Nações (CAN) como União Aduaneira¹⁴, também contribuiu significativamente com esse processo. A iniciativa do CAN aconteceu em 1992 e, envolveu o levantamento barreiras tarifárias para todos os produtos originários dos países membros (Bolívia, Colômbia, Equador e Peru.)¹⁵ e o estabelecimento de tarifa externa comum, a fim de salvaguardar o mercado regional da concorrência de terceiros. Esta configuração, favoreceu o complexo de soja boliviano, por três motivos segundo Pérez (2008): a Bolívia era/é o único país com essa base produtiva, porque envolveu a configuração de um mercado amplo e relativamente protegido de poderosos competidores na produção de soja, como o Brasil e Argentina e porque as facilidades tarifárias concedidas por este bloco de produtores nativos foi um fator importante na sua viabilidade econômica. O gráfico 04 retrata as exportações da Bolívia ao longo do tempo, com os blocos comerciais

¹⁴ Ocorre quando uma Área de Livre Comércio estabelece uma tarifa externa comum. A união aduaneira exige maiores esforços de negociação e acordo interno, uma vez que cada país pertencente ao sindicato terá sua estrutura produtiva modificada em maior ou menor grau como resultado de decisões comuns. Os controles de fronteira desaparecem para produtos, mas as barreiras que impedem a circulação de fatores permanecem. (QUIÑONES, p. 40, 2005. Tradução nossa)

¹⁵ O Chile deixou o bloco em 1977 e a Venezuela em 2006

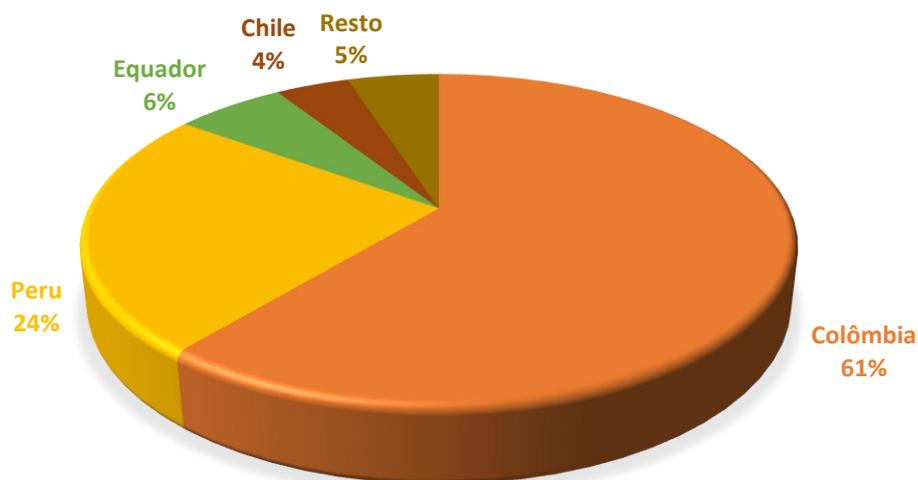
Gráfico 04- Bolívia: exportações nacionais, por blocos comercial, em quatro momentos (em milhares de dólares norte-americanos)



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Pérez (2007)

A persistência do MERCOSUR como principal bloco comercial é justificado pela forte representatividade das exportações de gás e hidrocarbonetos para países como Brasil e Argentina. O gráfico 04, revela que no final do século XX e início do século XXI houve um crescimento nas exportações da Bolívia, para o CAN, por motivos já mencionados. Além disso, apesar da saída do Chile do CAN, ainda na década de 1970, a Bolívia conseguiu estabelecer um acordo bilateral com esse país. Segundo dados do IBCE, nos primeiros meses de 2017 as exportações de soja e seus produtos derivados, superaram 54 milhões de dólares, com um volume de 119 mil toneladas. Segundo dados do Instituto Boliviano de Comércio Exterior, as exportações de soja da Bolívia para o CAN, tiveram como principal destino a Colombia, em seguida o Peru e o Equador, e por último o Chile. Esta dinâmica pode ser verificada, no gráfico 05

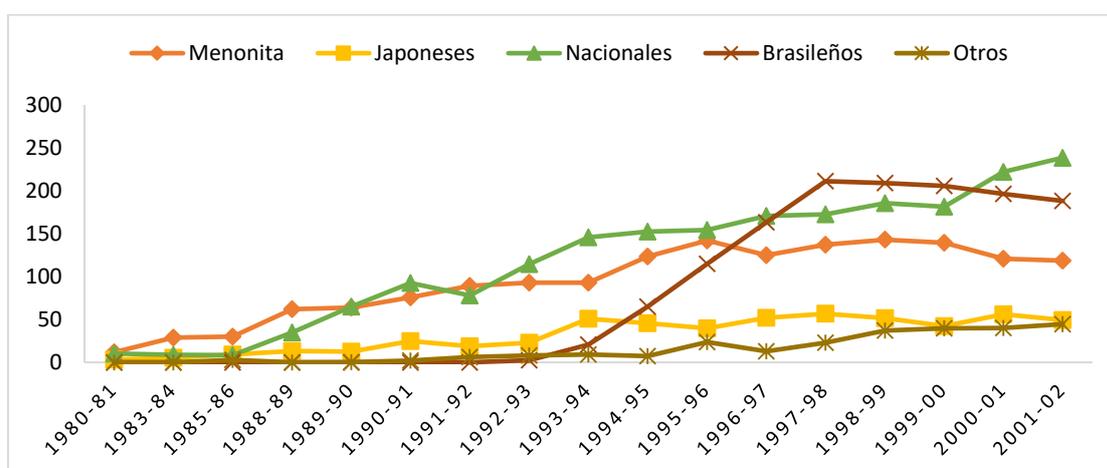
Gráfico 05- Bolívia: exportações de soja e seus derivados de acordo com o destino dos principais países para os países que compõem o CAN em 2016



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do IBCE (2016)

Por um lado, na década de 1990, o CAN protegeu o mercado de soja da Bolívia de gigantes como Brasil e Argentina. Por outro, verificou-se um crescimento súbito de brasileiros produtores de soja na Bolívia, atraídos pelo valor da terra. O gráfico 06 expressa este cenário

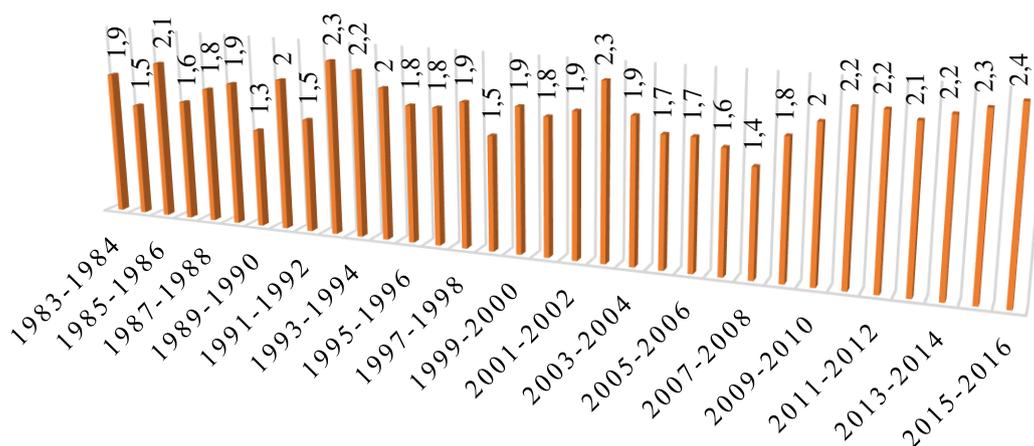
GRÁFICO 06- Evolução da área semeada com soja, de acordo com a nacionalidade do produtor (em milhares de hectares)



Fonte: Elaborado pela autora, com base Pérez (2007)

A década de 1980 marca um crescimento da superfície destinada para produção de soja, com registros crescentes ano a ano, conforme pode ser verificado no gráfico 01. Este aumento no período mencionado, está atrelado a crescente demanda internacional por grãos. Além disso, esta década marca a plena inserção do complexo soja boliviano no mercado internacional. Na década seguinte, o seu fortalecimento, foi impulsionado pelas políticas neoliberais implementadas em países periféricos, dentre eles a Bolívia. O gráfico 07, aponta o rendimento por hectare da soja na Bolívia, em três momentos : década de 1980, inserção do produto no mercado internacional, década de 1990 fortalecimento do modelo agroexportador, capitaneado pelas políticas neoliberais e por fim, sua trajetória no século XXI

GRÁFICO 07- Evolução do rendimento da soja na Bolívia (t/Ha)



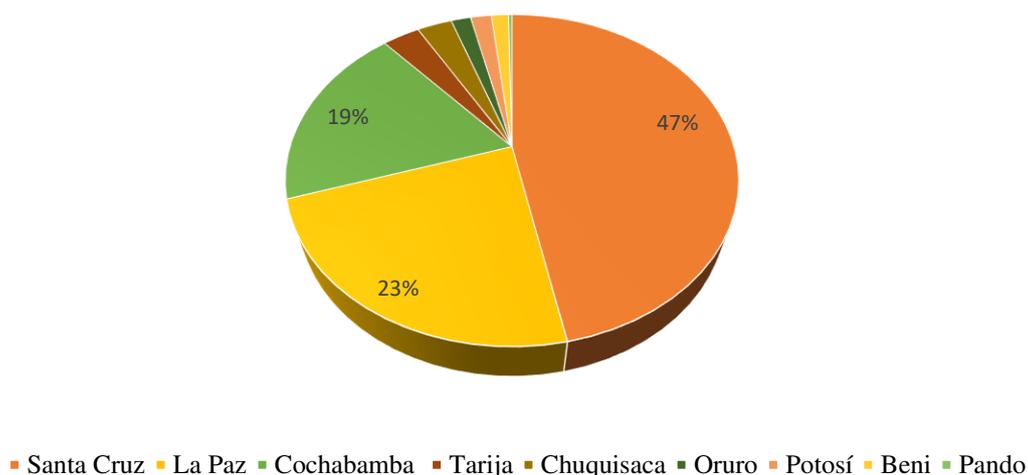
Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do INE (2018)

Com relação aos preços, segundo a Associação Nacional de Produtores de Oleaginosas (ANAPO), o preço da soja, dado em \$us/t em Santa Cruz (Polo Sojero da Bolívia), registrou maiores preços nas campanhas de 2007/2008 e 2010/2011, sendo negociado entre US\$ 380-420. Já na campanha de 2015/2016 a ANAPO registrou preços entre US\$ 220-280. O aumento na produção de soja na Bolívia, está atrelada principalmente a fatores externos ao país, como a crescente demanda mundial, que chamamos de fatores primários de estímulo. Por outro lado, o que denominamos de estímulos secundários, estão atrelados a necessidade de empresas transnacionais do setor químico, sementes, biotecnologia e aquelas que dominam o comércio mundial e o

processamento deste produto. (HOWARD, 2016). Paralelo a este contexto, desde o final do século XIX, mas, principalmente no século XX, temos o fortalecimento de mercados futuros no setor financeiro, tendo como intermediárias as diversas formas de capital centralizado (Holding, Cartéis, trustes etc.)

Segundo dados da Autoridade de Supervisão do Sistema Financeiro (ASFI), da Bolívia, estão inseridos no grupo do setor produtivo atividades como agricultura e pecuária, caça silvicultura e pesca, minerais metálicos e não metálicos, indústria manufatureira, produção e distribuição de energia elétrica, gás e água, construção, turismo e produção intelectual ¹⁶. Dos investimentos destinados ao setor produtivo, segundo dados do ASFI, até outubro de 2018, 37,9% foram destinados para indústria manufatureira, 25,2% estão concentrados na construção e 23,7% na agricultura e pecuária. Vale ressaltar que a cadeia produtiva do complexo de soja está diretamente relacionada com a agricultura e indústria manufatureira, e indiretamente com o setor da construção. Como é sabido, o departamento de Santa Cruz concentra a produção de soja, e, até outubro de 2018 concentrou mais de 40% dos financiamentos disponíveis, como pode ser verificado no gráfico 08

GRÁFICO 08- Composição do crédito para o setor produtivo por departamento, de outubro de 2018



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do ASFI (2018)

¹⁶ Em julho de 2015, a Resolução ASFI / 570/2015 de 27/07/2015 incluiu créditos para o setor de turismo (para capital de investimento) e produção intelectual como crédito produtivo.

A especialização da Bolívia na monocultura da soja, bem como a sua produção em larga escala, desencadeou uma série de demandas fundamentais, como a por maquinaria, disponibilidade de terras e recursos naturais, viabilização de infraestrutura básica pelo Estado, atualização tecnológica e utilização intensiva de fertilizantes e defensivos agrícolas. Segundo dados da Fundação Pesticidas Bolívia (PLAGBOL), com base em informações do *National Agricultural and Food Safety* (SENASAG), em 2013 a Bolívia alocou aproximadamente US \$ 400 milhões para importações de agrotóxicos e pesticidas, sem considerar que aproximadamente 30%, entram via contrabando (PIEB, 2013). O gráfico 09 a seguir traz dados até 2017, sem considerar os produtos que têm origem via contrabando

GRÁFICO 09- Importações de agroquímicos realizadas pela Bolívia (Em milhões de quilogramas).



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do INE e PROBIOMA (2018).

Nota: Inclui fertilizantes e pesticidas.

A origem dos produtos agroquímicos importados pela Bolívia varia de acordo com o contexto da economia mundial. Segundo dados do Observatório de Complexidades Econômicas (OEC) no final da década de 1990, os países da América do Sul foram responsáveis pela exportação de 83% dos pesticidas comprados pela Bolívia, sendo que o Brasil foi responsável por até 48% desse total. Em 2016, todavia, 36% das importações de pesticidas da Bolívia foram de origem asiática. No mesmo ano, a China exportou para

Bolívia 32% dos pesticidas utilizados no país, ultrapassando Argentina e Brasil, responsáveis por 24% e 12%, respectivamente (OEC, 2018).

Com relação aos fertilizantes, o ano de 2013 foi o de maior compra pela Bolívia, ou seja, cerca de 70 toneladas. Já em 2017 foi registrado a importação de 28 toneladas do produto o equivalente a 51.347 milhões de dólares. Até 2016, a origem das importações da Bolívia foi notadamente de países da América do Sul. Neste contexto, o Chile destaca-se por exportar 24% dos fertilizantes utilizados na Bolívia. O Peru foi responsável por 22%, o Brasil exportou cerca de 11%, EUA 10% e a China 8%, segundo dados do IBCE.

Com a regulação do comércio na América do Sul consolidaram-se os instrumentos internacionais que regulamentam o transporte, abrangidos pelo “Acordo sobre Transporte Terrestre Internacional” (ATIT), no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), a qual foi assinada um acordo em 1990 pela Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai. Este acordo regula o transporte rodoviário e ferroviário e inclui os respectivos regulamentos alfandegários, aspectos de imigração e seguros. Já a Bolívia, emerge as responsabilidades dos operadores de comércio exterior é a Lei Aduaneira Geral No. 1990 com seus respectivos regulamentos e normativas complementares. (SUAREZ, 2018).

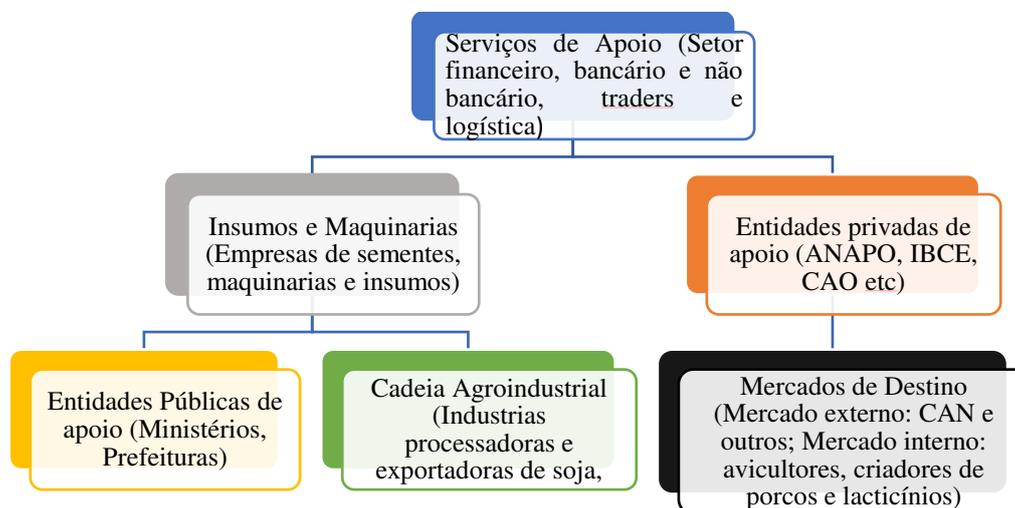
O crescimento do parque automotor da Bolívia está diretamente relacionado com as exportações de *commodities* agrícolas do país, na medida em que 5 das 6 possíveis rotas de exportação da Bolívia foram realizadas em 2015 via transporte rodoviário. Apenas de Corumbá no Brasil até Porto Suárez é realizado via fluvial. Ainda neste contexto estão são registradas 14 empresas que oferecem serviços gerais de seguros e títulos. O custo com seguro contra todo risco para a proteção completa da mercadoria durante o transporte ou armazenamento de exportação e importação está na faixa de 0,35 e 1,0% sobre o valor da mercadoria transportada (SUAREZ, 2018).

A produção de soja na Bolívia, no intuito de abarcar todos os setores interessados em retirar uma fatia do lucro gerado na cadeia produtiva da soja, e ainda pretensamente promover o desenvolvimento local, apresentar um cluster, um modelo impulsionado por programas patrocinados pelo BID e pelo PNUD (FERNANDEZ et al, 2008). Este modelo de arranjo produtivo local, reforça, portanto, os vínculos e interdependências geradas pelas concentração seja espacial ou setorial de empresas (BRANDÃO, 2009).

A estrutura do cluster da soja na Bolívia, pode ser compreendido a partir da figura 11, onde retrata a interdependência entre o setor financeiro aos grupos monopolistas (seja

de processamento e comercialização de soja, bem como as empresas responsáveis pela venda de insumos necessários para esta cultura).

FIGURA 11- Cluster da soja na Bolívia



Fonte: Montenegro (2007). Adaptado pela autora

Destarte, mesmo diante de tanto poder dos grupos monopolistas, expressos em tais aspectos, a partir de 2006 a Bolívia passou a contar com um governo que avaliou ser possível conciliar a produção da soja com um pretense novo modelo de desenvolvimento econômico, social e ambiental. Como resultado de uma Assembleia Constituinte, realizada já no governo Evo Morales, o país passa a incorporar em sua carta magna o preceito do *vivir bien*, em alternativa as investidas imperialistas ao longo dos séculos anteriores, o próximo item pretende contribuir para este debate.

4.2 A política do *Vivir Bien* e as relações com o capital monopolista no contexto do Estado Plurinacional

Neste contexto, destaca-se que o início do século XXI, mais especificamente em 2006, o Evo Morales Chega a presidência, a partir das demandas populares historicamente subalternizadas, a exemplo dos indígenas. Por um lado, os planos de desenvolvimento apresentados, pelo referido presidente, adotaram políticas e saberes populares, como o “*vivir bien*”, e o reconhecimento da *Pachamama*, como sujeito dotado de direitos. Por outro lado, apesar de ser apresentado como um modelo de desenvolvimento

pretensamente alternativo e sustentável. Neste sentido, este tópico inicialmente irá apresentar os antecedentes imediatos que deram origem ao governo de Evo Morales e posteriormente algumas pretensões deste, no contexto do Estado Plurinacional, sob a égide do *vivir bien*.

O resultado das eleições em 2005, foi favorável ao MAS uma grande vitória para o eleitorado nacionalista. O resultado foi o reflexo do descontentamento dos movimentos antiperuistas, que lutam contra as corporações transnacionais contra governos oligárquico, pela soberania política e contra a opressão étnico-cultural. Os governos anteriores, não emergem da atonização do movimentos, diferentemente desse que está posto pelo MAS(AILLÓN, 2006). Nesse sentido, o processo de refundação do Estado adotado finalmente, o nome do Estado Plurinacional, um conceito que inicialmente surge no Equador, no final da década de 1980, passa a fazer parte dos objetivos centrais na Assembléia Constituinte, no contexto do novo Governo boliviano, com a ascensão de Evo Morales (SVAMPA, 2016)

A crise socioeconômica que se instala na Bolívia no final do século XX e início do século XXI coloca em evidência as contradições do neoliberalismo. Neste sentido, apesar das empresas estatais ocuparem funções estratégicas nacionais nos exemplos históricos de países em desenvolvimento (CHANG, 2004), com a crise da dívida externa dos anos 1970, uma reestruturação econômica tornou-se imperativo. As medidas neoliberais mostraram-se eficientes no início, principalmente com relação a inflação que reduziu de 22.000% para 9% ao ano. Todavia, estes resultados foram alcançados às custas da redução de gastos governamentais e privatização de empresas estatais. Num primeiro momento, foram privatizadas empresas públicas consideradas de menor porte, em seguida, foram privatizadas as empresas estatais consideradas mais estratégicas como aquelas voltadas para o setor mineral, energético e de distribuição de água (CHAVES, 2014).

As estratégias do neoliberalismo no diapasão do Estado proporcionaram a abertura das economias nacionais, primazia ao setor financeiro, aumento do fluxo de capitais e mercadorias. Estas medidas, podem ser observadas no Estado boliviano a partir da onda de privatizações, sob o pretexto de ineficiência das empresas estatais, o mesmo utilizado por Sanchez de Lozada (1993-97) quando privatizou a YPFB. A expectativa após a privatização da YPFB era de que o processo de capitalização da empresa promoveria o desenvolvimento do setor de hidrocarbonetos no país, através da entrada de capitais

estrangeiros. Além disso, acreditava-se que com o aumento da produção promovido pela entrada de capital estrangeiro, a arrecadação de impostos aumentaria, além dos pagamentos de *royalties*, assim a população deveria ser beneficiada através de investimentos em saúde, habitação e educação.

Mesmo com a venda de 51% das ações da principal empresa de petróleo da Bolívia, o Estado ainda tinha o direito de receber os dividendos referentes aos lucros auferidos pela empresa. Entretanto, estes eram destinados a fundos de capitalização, sob o discurso de que estes recursos eram destinados para realizar o pagamento de aposentadorias. Por outro lado, estes lucros eram contabilizados pela própria empresa, sem contar com nenhuma fiscalização governamental. Isto, se deve a Lei de Investimentos promulgada em 1994, que acabava com as limitações de remessas de lucros enviadas ao exterior e com as metas de reinvestimento nacional advindos da exploração de empresas privatizadas.

A Lei dos Hidrocarbonetos, de 1996 estabeleceu que o Estado não tinha mais o monopólio da produção e distribuição dos hidrocarbonetos, agora, portanto, as empresas sócias da YPFB estavam livres para vender de acordo com o preço do petróleo internacional. Tal medida, provocou maiores gastos públicos, pois a população não conseguia acompanhar o crescente preço dos combustíveis, cabendo ao Estado proporcionar subsídios. Com o intuito de atrair mais capital estrangeiro para o país, o governo decidiu estimular novas áreas de produção de petróleo e gás, através da redução das taxas de *royalties* para novos poços descobertos de 50%, para 18%. Neste contexto, muitos campos que já estavam sendo estudados pela YPFB antes da sua privatização, foram arrendados pelas empresas privadas (CHAVES, 2014).

As minas de estanho foram também privatizadas, milhares de mineiros foram demitidos, logo essa classe ficou dispersa, embora tenha tido um papel relevante na Revolução de 1952. Muitos desses trabalhadores, mudaram-se para planície oriental do país, e trouxeram a tradição do sindicalismo radical. Estes trabalhadores, dedicaram-se a plantação de coca, que abastecia tanto o mercado local quanto o mercado internacional. A resistência considerada mais forte anti-neoliberal, foi a dos cocaleros, com a resposta a “guerra as drogas”. O discurso desse movimento estava pautado nas tradições culturais, negando, portanto, a responsabilidade a eles conferida do tráfico de drogas. Este movimento foi responsável pela não implementação na íntegra da agenda da erradicação

da coca elaborada em Washington, enfrentando os governos de Jaime Paz Zamora (1989-1993) e Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997) (CHAVES, 2014).

Neste sentido, não podemos compreender o movimento cocalero, de forma individualizada, como uma expressão da vanguarda dos movimentos sociais do proletário camponês boliviano. O contexto do país, de modo geral neste período, é considerado hostil, uma vez que o setor de hidrocarbonetos experimentava uma das maiores perdas da sua história, com um déficit atingindo US\$ 430 milhões em 1997. A população, começa a galvanizar estratégias de resistência às medidas de austeridade econômica, que vinham sendo implementadas. É neste contexto que surge a possibilidade um acordo supranacional a partir de organismos multilaterais, como o banco mundial que se propôs a facilitar recursos para infraestrutura em países pobres, com algumas exigências.

Para o caso da Bolívia, o projeto de infraestrutura foi destinado a Cochabamba como parte de uma estratégia para o acesso a água. Estas negociações seriam feitas através de privatizações de empresas públicas a corporações privadas, onde seria concedida a exploração e venda deste recurso natural, sob o argumento do aumento da eficiência e a impreterível austeridade. Em 1999, o governo vigente é orientado a privatizar a distribuição de água, sendo que o acordo perduraria por 40 anos, a uma única licitante, um consórcio transnacional chamado *Aguas del Tunari*. Já nos anos 2000, o aumento das taxas no valor da água foi anunciado a uma população que tinha como salário mínimo US\$ 60 (SHULTZ, 2008; CHAVES, 2014).

É neste contexto, que iniciam-se as mobilizações em todo país, no início dos anos 2000, culminando na Guerra da Água. As mobilizações reuniram agricultores, cocaleros, ativistas de movimentos ecológicos e operários. A proposta inicial do governo foi de redução das taxas, no entanto, as mobilizações não cessaram. Quando um jovem adolescente foi atingido por atirador de elite do governo, as mobilizações ficaram mais evidentes e o grupo de manifestantes tornou-se cada vez maior. A empresa *Aguas del Tunari* é expulsa do país em 2000, quando a população finalmente consegue fazer com que a gestão a água passasse para o empreendimento coletivo autogestionário.

Diante desse contexto, Chaves (2014) considera que a Guerra da Água na Bolívia foi a primeira crise resultante do revés das políticas de ajuste neoliberal na Bolívia. Neste sentido, a vitória da sociedade civil, foi conseguida sem acordos entre partidos políticos e sem golpe à mão armada, fator este que abriu caminho para pensar uma sociedade

melhor para o século XXI, um projeto novo de país estaria por vir. Um novo ciclo de lutas foi aberto pela Guerra da Água na Bolívia, uma vez que a chamada do movimento não consistia em uma luta isolada pela água, mas sim pela nacionalização dos recursos naturais e a chamada para uma assembleia constituinte (SVAMPA, 2016).

Poucos anos após a Guerra da Água, em 2003 instalou-se no país o que a Guerra do gás. Os manifestantes que estavam à frente da Guerra do gás, propunham a estatização do gás e da indústria de petróleo, sobretudo devolver para a população boliviana toda cadeia produtiva, no intuito de beneficiar a população local, e não mais atender aos interesses do mercado, principalmente o mercado financeiro. Tais manifestações culminou na queda do presidente Sanchez de Lozada, em outubro de 2003. Neste mesmo período, as diferentes forças e organizações sociais, camponesas, indígenas, urbanas e rurais se reuniram na chamada "agenda de outubro", sintetizada em dois slogans: nacionalização dos recursos naturais e Assembléia Constituinte (SVAMPA, 2016).

É neste contexto de possibilidade de novas agendas, novas ferramentas éticas que emerge a demanda por uma mudança estrutural na política da América Latina. E assim, em 2005, Evo Morales, um dirigente campesino de origem aymara, chega a presidência Bolívia. Se dizendo comprometido em atender as demandas populares que ecoavam pelos Departamentos bolivianos. O acirramento das lutas no campo, com desdobramentos na área urbana, como aconteceu no início do século XXI na Bolívia, movimentos liderados por sujeitos coletivos insurgentes dão origem a novas narrativas como alternativa ao modelo de desenvolvimento capitalista. O desenvolvimento seria agora, norteado pelo “*vivir bien*”, que propõe uma relação simbiótica entre homem e meio ambiente, e a natureza dotada de direitos institucionalizados, além de reconhecer os direitos da natureza. Estes fatores ganham força quando são corporificados na constituição boliviana, que buscou reconhecer a coexistência de grupos étnicos distintos. A proposta dos movimentos efervescentes da época era de uma nova racionalidade econômica, política e ambiental.

Com uma perspectiva descolonizadora, fundada no pluralismo jurídico e interculturalidade. É nesta perspectiva que Chivi Vargas reflete que “O Estado não é um ente sobrenatural, nem é um leviatã, é só uma construção humana e seu suicídio como maquinaria colonial e patriarcal é o fundo prático da descolonização e despatriarcalização” (Tradução nossa). (2012, p. 19). Assim, a plurinacionalidade não nega a nação, mas propõe um novo conceito de nação, assume uma nação com

nacionalidades, que resgata a pluralidade de visões étnicas e culturais para repensar o Estado, interessando ainda uma nova forma de relacionar com a natureza. Isto, nos leva a pensar o Estado plurinacional como um simples desafio, quando na verdade se tornou uma necessidade, sobretudo para dar respostas a temas como racismo e as distintas formas de pertencimento de território (ACOSTA, 2016).

A Constituição da Bolívia, foi promulgada em 2009, através da aprovação de uma assembléia constituinte em 2007, na cidade de Oruro. A aprovação da nova Constituição Política do Estado foi aprovada com 2/3 dos votos de todas as forças política do Congresso Nacional. O documento, apresenta-se como um projeto de sociedade e Estado para as próximas gerações. Para tanto, a centralidade das questões levantadas na carta magna estão fundamentadas em três aspectos, direitos indígenas, autonomia e Amazônia (BOLÍVIA, 2009). Sobre o último ponto, a Amazônia, considerada um elemento inédito em um texto constitucional, é reconhecida como "um espaço estratégico de proteção especial para o desenvolvimento integral do país" (BOLÍVIA, 2009. Tradução nossa). Concordando com Boaventura de Sousa Santos, quando afirma que o Estado Plurinacional implica em um outro projeto de país, Acosta (2016) considera que o Estado não pode ser considerado híbrido, ou seja, tem de ser outro Estado, no sentido de outra sociedade uma outra proposta de vida.

Neste sentido, o Bem Viver como base do Estado Plurinacional não pode ser compreendido como mais uma ideia de desenvolvimento alternativo, na verdade este se apresenta como uma alternativa a todas as ideias existentes de desenvolvimento. O Bem Viver, se apresenta como uma proposta de transformação civilizatória, e adquire cada mais vigor fora do mundo andino e amazônico, para além de seus desafios plurinacionais. Por isso, a proposta de um novo Estado deve incorporar dois elementos-chaves: o Bem Viver e os direitos da natureza e através destes os direitos coletivos ou comunitários devem ser consolidados. Desse modo, esse neoconstitucionalismo trata-se de um ponto de partida e não de chegada para construir alternativas ao desenvolvimento e para superar as aberrações do antropocentrismo (ACOSTA, 2016).

É com essas prerrogativas que ao pensar a Constituição Plurinacional, coloca-se como necessidade uma nova organização econômica do Estado, orientados a melhorar a qualidade de vida e o viver bem de todos os cidadãos bolivianos. Sobre este ponto, a Constituição aponta

Art. 314 É proibido o monopólio e o oligopólio privado, bem como qualquer outra forma de associação ou acordo de pessoas físicas ou jurídicas, bolivianas

ou estrangeiras, que busquem controle e exclusividade na produção e comercialização de bens e serviços. (BOLÍVIA, 2009. Tradução nossa)

Pensar um Estado orientado pelo Bem Viver, implica em superar o consumismo e o produtivismo, pautando-se em uma economia solidária e sustentável, talvez esta seja a premissa que sustente a inacessibilidade de monopólios/oligopólios no mercado boliviano, de acordo com a constituição. Para tanto, sabe-se que a produção de soja, o terceiro produto mais importante na pauta de exportações do país, é fortemente dominado pelo capital monopolista. Este fato, acrescenta maior complexidade e acentua as contradições no país, associado a esta alternativa de Estado. Além disso, evidencia problemas já conhecidos pelo povo Boliviano, como a degradação ambiental, exclusão social, desemprego, expropriação de comunidades tradicionais etc. As fotografias 1 e 2, expressam esta situação.

FOTOGRAFIA 01- Expressões das contradições e conflitos relacionados à produção de soja na Bolívia



Fonte: Elaborado pela autora (2017)

FOTOGRAFIA 02- Expressões das contradições e conflitos relacionados à produção de soja na Bolívia



Fonte: Elaborado pela autora (2017)

As fotografias foram feitas na sede administrativa do Departamento de Santa Cruz, na capital Santa Cruz de la Sierra. Expressam o descontentamento da população indígena, com a primazia que o governo tem dado aos interesses de empresários locais e internacionais. A tensão gerada entre TIPNIS¹⁷ e o governo, está associado a construção de uma estrada entre as cidades de Vila Tunari (Cochabamba) e de San Ignacio de Moxo (Beni), sob um discurso de integração entre as regiões mais remotas do país. Por outro lado, a construção dessa estrada está diretamente relacionada aos interesses dos produtores locais de soja, que realizam este trajeto atualmente em 16 horas, e com a concretização desse projeto, passariam a realizar em 4 horas, contribuindo para o aumento da taxa de lucro, através da diminuição do tempo da rotação do capital (MARX, 2014) das empresas envolvidas na cadeia produtiva de soja na Bolívia (BIZARRIA, 2013).

¹⁷ A Terra Indígena e Parque Nacional Isiboro-Secure é uma área protegida da Bolívia, criada como Parque Nacional mediante o decreto DS 7401 de 22 de novembro de 1965 e declarado Terra Indígena através do decreto DS 22610 de 24 de setembro de 1990, graças às reivindicações dos povos indígenas da região

Desse modo, passa cada vez mais a ser interesse dos produtores de soja na Bolívia, a viabilização da infraestrutura necessária para o escoamento da produção. O caso do TIPNIS, nos últimos anos colocou em evidência as contradições do governo Evo Morales. O Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Secure compreende, atualmente, 1.091.656 hectares entre os departamentos de Cochabamba e Beni e é um dos territórios mais intocados e conservados de toda a Amazônia (PAZ, 2011). Dentro de seu território habitam em torno de 63 comunidades que se dividem em três povos indígenas, os Moxeños, Yucarés e os Chimanés. Esses povos indígenas estão localizados em três diferentes zonas: Zona Central, Zona Isiboro e Zona Sécure, nomeadas de acordo com os rios que delimitam sua região (SERNAP, 2016).

Por um lado, de acordo com Furtado (2005) as estruturas políticas, sociais e econômicas, acabaram por definir o modo de exploração do território. O avanço do capital monopolista no campo levou a um redimensionamento e potencialização da questão agrária nas áreas de interesse. O acirramento das lutas no campo, com desdobramentos na área urbana, como aconteceu no início do século XXI na Bolívia, movimentos liderados por sujeitos coletivos insurgentes dão origem a novas narrativas como alternativa ao modelo de desenvolvimento capitalista. Por outro lado, estas alternativas de modelo de desenvolvimento e de Estado, não conseguem eximir-se dos reflexos da reprodução do capital global, da produção pela produção, que é o caso da produção de soja.

A concepção de um novo modelo de desenvolvimento pautado no protagonismo do Estado na economia, estendeu-se aos PND's da Bolívia, que expressam críticas aos modelos anteriores e às políticas neoliberais. Em alternativa ao fracasso das políticas neoliberais, os PND's, anunciaram a pretensão de colocar o Estado como protagonista do desenvolvimento nacional, objetivando fortalecer setores estratégicos do ponto de vista da acumulação interna, estimular a inovação e expandir outros setores produtivos. Além disso, apontaram-se políticas voltadas para pequenos produtores agrícolas, inclusive prometendo inseri-los vantajosamente nos mercados interno e externo, a fim de aumentar a renda e reduzir o desemprego. Segundo o atual governo, acredita-se que a Bolívia esteja passando por um governo Revolucionário Cultural e Democrático.

Segundo a interpretação do governo Morales e do *Movimiento al Socialismo* (MAS), no início do século XXI passou a ocorrer na Bolívia uma profunda “revolução democrática” e o início do desenvolvimento do “capitalismo andino/amazônico”, com a intervenção decisiva do Estado. A Bolívia começaria a recuperar sua soberania depois de

um longo período de governos neoliberais. A promulgação da Constituição em 2009, que declara o Estado plurinacional reflete isso. Sobretudo, o PND 2016-2020, orientado pela Agenda Patriótica, reforça o discurso de um desenvolvimento “adaptado” a realidade andino/amazônico.

A Agenda Patriótica da Bolívia, foi criada com base no aniversário do país de 200 anos em 2025, a contar a partir da sua fundação. O documento, expressa abertamente a resistência ao colonialismo interno e externo que o país sofre ao longo dos anos. A constituição de 2009, mas com embrião em 2006, é considerada a materialização da luta indígena, camponesa, intelectuais e dos trabalhadores da Bolívia, que agora conta com um Estado Plurinacional. Neste sentido a Agenda Patriótica, constitui-se com o objetivo de construir uma nova sociedade e um Estado voltado para inclusão, participação popular, democrático, sem discriminação, racismo e ódio.

Pensando nestes eixos, que a agenda é composta por 13 pilares, para construção de uma Bolívia digna e soberana, que irá nortear o PND 2016-2020. O quinto pilar desta agenda, expressa a soberania da comunidade financeira sem servilismo ao capitalismo financeiro. O sétimo pilar expressa ainda, a soberania sobre os recursos naturais com nacionalização, industrialização e comercialização em harmonia e equilíbrio com a Mãe Terra. É sabido que a produção de soja, vai de encontro a esses princípios e o próprio PND que abarca estas orientações, fomenta o incremento na produção de soja. O PND em execução na Bolívia prevê

(...) construção de plataformas logísticas que permitam a integração do território nacional por meio de sistemas intermodais de transporte (rodoviário, ferroviário, fluvial e aéreo), em benefício de produtores, exportadores e importadores, fortalecendo conexões entre as diferentes regiões do país para fins atividades comerciais e promoção de pontos de distribuição para centros de consumo (BOLIVIA, 2015, p.83. Tradução nossa)

O processo de integração pela qual a Bolívia tem perseguido nos últimos anos de integração nacional está muito associado aos interesses dos capitalistas, em manter ou aumentar suas taxas de lucro, através da diminuição do tempo de rotação do capital. Ainda no mesmo plano, uma das metas, dentro do grupo de metas para soberania através da produção local de alimentos, espera-se que haja um incremento na produção de produtos chaves, dentre eles destaca-se a soja (BOLIVIA, 2015). O quadro 10, demonstra as projeções e incrementos na produção agrícola da Bolívia, previsto no PND 2016/2020

QUADRO 14- Projeções e incrementos na produção, segundo PND 2016/2020

PRODUTO	PRODUÇÃO ATÉ 2014 (EM TON)	PRODUÇÃO ATÉ 2020 (EM TON)	DEMANDA INTERNA
Trigo	217.000	721.000	Superar em 57% a demanda interna
Soja	3.100.000	4.400.000	Superar em 44% a demanda interna
Maiz	1.000.000	1.400.000	Superar em 8% a demanda interna
Quinoa	84.000	220.000	Superar em 136% a demanda interna
Tomate	54.000	148.000	Superar em 63% a demanda interna
Café	942.000	1.500.000	Superar em 14% a demanda interna
Batata	22.000	54.000	Superar em 44% a demanda interna

Fonte: Bolívia (2015). Adaptado pela autora.

Neste mesmo documento, estão previstos os princípios do “*Vivir Bien*”, entendido como

o horizonte que reivindica a cultura da vida comunitária em plenitude, em oposição à cultura do individualismo, do mercantilismo e do capitalismo que é baseado na exploração irracional da humanidade e do natureza, recuperando as raízes mais profundas da nossa história e da identidade de nossos povos. [...] Viver Bem é viver em igualdade e justiça, onde não há explorados ou exploradores, excluídos ou excluídos, nem marginalizados nem marginalizados. O Viver bem é viver em comunidade, coletividade, solidariedade e complementaridade entre todos os seres vivos da Mãe Terra (BOLÍVIA, 2015, p.10. Tradução nossa)

Percebe-se, portanto, que aparentemente o governo optou por assumir uma posição crítica ao modelo de desenvolvimento que vinha sendo empregado na Bolívia. A bandeira levantada por esse governo agora, seria a de um desenvolvimento alternativo, sob a égide do *vivir bien*. Por um lado tem -se a defesa dos direitos das comunidades tradicionais e o uso racional da natureza, com uma proposta de relação simbiótica entre o homem e o meio ambiente. Por outro, o crescimento vertiginoso do setor agroindustrial no país, colocando-o como oitavo produtor mundial (PROSALUS, 2009).

A política do *Vivir Bien*, serve como plataforma para discutir, consensualizar e aplicar as devastadoras consequências ambientais, provocadas pela necessidade de reprodução em escala ampliada do capital. Esta política, portanto, parte de uma nova racionalidade econômica, política e ambiental, proveniente de saberes dos povos andinos e amazônicos. Por outro lado, esse calor das lutas pelo reconhecimento e controle do território, da demanda por autonomia, para contato com outros sujeitos coletivos insurgentes, urbanos e rurais, culturais e sociais, jovens e mulheres, dão origem a novas

narrativas contestativas na América Latina, que se constitui numa encruzilhada entre o discurso indígena e a linguagem ambientalista, com diferentes conceitos e horizontes, como: os direitos da natureza, bens comuns, justiça ambiental, soberania alimentar e *vivir bien*. No entanto, a expansão dos direitos coletivos, é simultâneo ao avanço das fronteiras do capital (SVAMPA, 2016), principalmente nessa fase monopolista que dá primazia ao mercado financeiro.

Os anseios dos movimentos no início do século XXI, partem do princípio do “Estado mínimo” ou Estado neoliberal, vivenciado nos países da América Latina que entra em crise. O discurso desse período era de que, para alcançar o desenvolvimento, seria necessário abrir as fronteiras para os produtos estrangeiros e “[...] dava garantias ao capital forâneo, inclusive reprimindo amplos segmentos da sociedade” (ACOSTA, 2016).

O Estado Plurinacional foi alcançado a categoria constitucional, o que para Acosta (2016), não significa dizer que os bolivianos vivam em um Estado Plurinacional. Obviamente, com base neste autor, que somente este avanço em termos constitucionais, não foram suficientes para construção de um Estado Intercultural que seja de fato Plurinacional. As contradições que permeiam o Estado Plurinacional, estão presentes em vários setores, seja no âmbito da política ou da economia. Para o caso da economia, o caso do cluster da soja na Bolívia, expressa em última instância os interesses dos grandes grupos monopolistas. Estas contradições ficam mais evidentes nos Planos de Desenvolvimento do País, que por um lado prega uma Bolívia livre e soberana, mas que por outro coloca como meta o incremento na produção de soja no país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese central deste trabalho, gira em torno da incompatibilidade entre a política de *vivir bien*, conforme princípios e demandas das comunidades tradicionais com as demandas do capital monopolista no setor da soja. Neste sentido, com base no que foi estudado sobre a dinâmica de centralização de capitais e sua manifestação por meio de políticas imperialistas no capítulo dois, a hipótese foi confirmada. Isso ocorre pois, em nossas investigações identificamos que a produção e a comercialização de soja em âmbito mundial encontram-se controladas por pouquíssimas empresas. Além dos aspectos conjunturais mais evidentes que impulsionam a demanda por esse produto, como as necessidades e estratégias da China, essa situação está associada ao agravamento das crises econômica, ambiental e energética, diante das quais grupos econômicos dos países “mais desenvolvidos” têm optado por estimular produções de bens primários e semimanufaturados nos países subdesenvolvidos.

A chegada do Evo Morales à presidência representou uma grande vitória para os movimentos sociais da Bolívia, que tomaram as ruas no início do século XXI, principalmente aqueles movimentos indigenistas e cocaleros. Atendendo as demandas do povo, em 2009 é promulgada a Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia, comprometido com o *vivir bien* e a *Pachamama* (mãe natureza). Estas concepções de desenvolvimento, que tem sua origem a partir de povos tradicionais andinos e amazônicos, em nada tem haver com o capitalismo.

O governo tem implementado uma série de medidas que visam alcançar o desenvolvimento integral do *vivir bien*. Podemos destacar aqui, algumas dessas medidas: lei sobre a Mãe Terra para o Bem Viver — Ley Marco de la Madre Tierra y Desarrollo Integral para *Vivir Bien*, criação da empresa estatal de alimentos Emapa, de apoio aos pequenos produtores e comunidades, especialmente na produção de arroz, trigo, milho, soja e quinua, aprofundamento da política de distribuição de terras aos camponeses, por meio da “recondução comunitária” da lei de reforma agrária (Lei INRA, 1996) etc. Sobre o último ponto, destaca-se que esta iniciativa buscou:

- ✓ Maiores exigências para que, de fato, a terra cumpra sua função econômico-social (FES);

- ✓ Deu prioridade a distribuição de terras de forma coletiva aos camponeses e indígenas, a maioria sob a figura de Terras Comunitárias de Origem (TCO), criada nos anos 1990.

Por outro lado, concordamos com Ormaechea (2009), quando afirma que o impacto da Emapa e de outras políticas públicas não conseguiram reverter o modelo agrário capitalista-agroindustrial de exportação, na perspectiva de melhorar significativamente a produção camponêsino-comunitária, em meio a chegada do capital no campo boliviano, que por sua vez conspira contra as economias camponesas em benefício da produção pela produção, sobretudo, do aumento constante da taxa de lucro.

Dessa forma, admite-se que alguns empresários da Bolívia são beneficiados pelos negócios relacionados à soja, mas, além de serem sócios minoritários, encontram-se aprisionados por diversos laços de dependência em relação aos grandes grupos com matrizes na Europa e nos Estados Unidos. No caso específico da Bolívia, além da presença do capital monopolista internacional, percebe-se também uma significativa presença de produtores oriundos do Brasil, o que acaba por imprimir certos traços de políticas subimperialistas.

Embora a Bolívia busque sua soberania nacional, é inegável que o capitalismo mundial, conduz um crescimento acelerado das forças produtivas, uma concentração monopolista das atividades industriais e o surgimento do capitalismo financeiro, onde países periféricos não possuem condições, uma vez inseridos nesta realidade, de possuírem de fato uma autonomia. Para o caso da Bolívia, “periferia da periferia” essa situação se agrava, com iniciativas que imprimem traços imperialistas e subimperialistas, na medida em que seu processo industrial e comercialização de matérias-primas passa a ser controlado via investimentos.

Nos últimos anos, as maiores multinacionais agroindustriais do mundo - ADM, Bunge, Cargill, Louis Dreyfus, entre outras - se instalaram na Bolívia, controlando grandes fatias de mercado dos mercados de armazenamento, processamento e exportação da Bolívia. (ANAPO 2015; AEMP 2013). Essa situação reflete, dentre outros aspectos, o aumento da mercantilização da terra, fato que contribuiu para que a redistribuição de terras na Bolívia permanecesse inacabada e redução de oportunidades de emprego.

Em 2017, na contramão da lei sobre a Mãe Terra para o Bem Viver, com permissão do governo, empresários enviam uma *proposta para permitir o uso de Organismos Geneticamente Modificados, OGM, soja, milho, algodão e cana de açúcar*. A legalização da soja geneticamente modificada abre, portanto, novos espaços

para a acumulação de capital e permite a penetração do capital, particularmente do Brasil, da Argentina e da China na Bolívia.

Concordamos com Acosta (2016) quando afirma que há uma apropriação, sequestro e domesticação da política do “*vivir bien*” pelo governo boliviano. Por outro lado, acreditamos que Atores do Estado e da sociedade são capazes de efetuar mudanças e buscar um caminho para o extrativismo e para a soberania alimentar e *Vivir Bien*.

Evidentemente, que esta pesquisa levantou várias questões, que demandam maiores investigações, como, por exemplo, as possíveis transformações institucionais que estão desfigurando o Estado Plurinacional Boliviano e as possibilidades de que esse processo possa ser barrado, de modo que a Pachamama e *vivir bien* tenham chance de serem efetivamente retomados.

REFERÊNCIAS

ACOSTA A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.

AUTORIDAD DE SUPERVISIÓN DEL SISTEMA FINANCIERO, *Cartera de créditos al sector productivo*. Bolívia, La Paz, out. 2018. Disponível em: <https://www.asfi.gob.bo/images/INT_FINANCIERA/DOCS/Publicaciones/Credito_Productivo.pdf> Acesso em: 17 de nov. de 2018.

OBSERVATÓRIO DE COMPLEXIDADE ECONÔMICA, Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/en/>>, Acesso em 27 de jul. 2018.

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL, **Atlas do agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos 2018. Brasil, Rio de Janeiro, set. 2018. Disponível em: < https://br.boell.org/sites/default/files/atlas_agro_final_06-09.pdf> Acesso em: 05 de out. de 2018.

AGLIETTA, M. *Regulacion y crisis del capitalismo: la experiencia de los Estados Unidos*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1979.

AGUIAR, R.C. **Abrindo o pacote tecnológico**: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil. São Paulo: Polis; Brasília: CNPq, 1986.

ANDRADE, E.O. História econômica da Bolívia contemporânea. **Caderno de Ciências Sociais**, vol. 3, fundação ABC, p. 91-133, 2012.

ASSOULINE, Gérald, JOLY, Pierre-Benoit, LEMARIÉ, Stephanie. **Bioteχνologias vegetais e reestruturações do setor de provisões agrícolas**: um horizonte estratégico marcado por fortes incertezas. In: Ensaio FEE, Porto Alegre, v.22, n. 02, 2001.

THE WORLD BANK. *Eastern Lowlands: natural resource management and agricultural production* Project. Bolívia, february, 1990. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/132961468005963286/Bolivia-Eastern-Lowlands-Natural-Resource-Management-and-Agricultural-Production-Project>> Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.

BATISTA, P. N. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. 2. ed. São Paulo: PEDEX, 1994. (Caderno Dívida Externa, n. 6.)

BANDEIRA, J. L. **A geografia econômica das sementes: dos grandes monopólios ao sudoeste do paraná**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2015. Dissertação de Mestrado em Geografia.

BENETTI, M. D. **Globalização e Desnacionalização do Agronegócio Brasileiro no Pós-1990**. Documentos FEE, n° 61. Porto Alegre: FEE, 2004.

BENSUSSAN G. E G. LABICA. *Dictionnaire Critique du Marxisme*. Ed PUF, Paris, 1981.

BELMONT, G. *Planes y Estrategias de Desarrollo en Bolivia*. Tesis de Grado Universidad Mayor de San Andres. La Paz, 1986.

DEKER, J.A. *Estrategias y planes de desarrollo agropecuario en Bolivia: la construcción de la ruta del desarrollo sectorial (1942-2013)*. 1 ed. La Paz: Plural editores, 2015.

BETHELLI, L. **História da América Latina**, vol. 6, São Paulo: Arquivo do estado, 2008.

BIZARRIA, M. T. B. **Bem-viver (Suma-Qamaña) e o neoextrativismo na Bolívia: o caso TIPNIS**. UFRGS, 2013. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/72755/000881090.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 25 de agos. 2018.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

BRAGA, R. **A reestruturação do capital: um estudo da crise contemporânea**. São Paulo: Xamã, 1996.

BRUM, Agemiro Jacob. **Modernização da Agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

BRUNHOFF, S. **A moeda em Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

BRUZACA, R. D; SOUSA, M. T. C. **Conflitos socioambientais no contexto desenvolvimentista da Amazônia brasileira**: proteção de direitos de comunidades quilombolas frente à duplicação da estrada de ferro Carajás no Maranhão. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v.12 n.24 p.147-173 Julho/dezembro de 2015.

BUKHARIN, N. **A Economia Mundial e o Imperialismo**. São Paulo: abril, 2011.

BOLÍVIA. *Plan Nacional de Desarrollo 2006-2011 (2007)*. *Bolivia digna, soberana, productiva y democrática para Vivir Bien*. La Paz: Ministerio de Planificación del Desarrollo. Disponível em: <https://extranet.who.int/nutrition/gina/sites/default/files/BOL%202006%20-%20Plan%20Nacional%20de%20Desarrollo.pdf>> Acesso em: 10 março de 2018

BOLÍVIA. *Constitución política del estado de plurinacional de Bolivia*, 2009. Disponível em: < https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion_Bolivia.pdf> Acesso em: 10 de mar. 2018.

CARCANHOLO, R. A.; NAKATANI, P. **O capital especulativo parasitário**: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 4. Anais. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Economia Política, (<http://sites.uol.com.br/carcanholo>), 1999.

CARCANHOLO, M. D. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. **Crítica e sociedade: revista de cultura política**, v.1, n.3, edição especial, p. 73-84, dez. 2011.

CARCANHOLO, M; AMARAL, M.S. **A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes**. *Revista Katál*. Florianópolis. V.12. n. 2p. 216-225, jul/dez.2009.

CARCANHOLO, M. D.; SALUDJIAN, A. **Integração latino-americana, dependência da China e subimperialismo brasileiro na América Latina**. In: ÁLVARES, J. E (Org.). *América Latina em medio de la crisis mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2012.

CARCANHOLO, R. A. **Capital**: essência e aparência, vol. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CARVALHO, C. E. **Recursos Naturais e Conflito Social na Bolívia Contemporânea (1970- 2003)**. Dissertação (Mestrado em História), Niterói (RJ): Programa de Pós-Graduação em História do ICHF-UFF, 2010.

CASPA, N. *La Corporación Boliviana de Fomento: sus antecedentes*. História, 37, agosto 2016, pp. 183-206. Disponível em: http://www.revistasbolivianas.org.bo/pdf/hrch/n37/n37_a09.pdf. Acesso em: 27 de jun. 2018.

CATACORA, V. G. *Soya en Bolivia: Producción de oleaginosas y dependencia En "Repúblicas Unidas de la Soja. Realidades de la producción de soya en América del Sur"*, J. Rulli (Ed.). Asunción, GRR. Pg. 235 – 25, 2007.

COSTA NETO, C. **Políticas Agrárias na Bolívia (1952-1979): reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CHESNAIS, François. *The Economic Foundations of Contemporary Imperialism*. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007.

CHESNAIS, F. *La preeminencia de las finanzas en el seno del "capital en general", el capital ficticio y el movimiento contemporáneo de mundialización del capital*. In: CHESNAIS, F. et al. *Las finanzas capitalistas: para comprender la crisis mundial*. Buenos Aires: Herramienta, 2009.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. (Coord.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004

CHAVES, Daniel. **A crise de fim de século na Bolívia**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 6, n.13, p. 174 - 202, set./dez. 2014.

COSTA, J. M. **Processos espaciais de acumulação do capital no capitalismo tardio**. Pensamento ibero-americano: Revista de economia política. Madrid, n. 10, p. 39-68, jul./dez., 1986.

CONTRERAS, M. E. *The Bolivian Tin Mining Industry in the First Half of the Twentieth Century*. Institute of Latin American Studies University of London, 1993.

CARDOSO, C.; BRIGNOLI, H.P. **História econômica da América Latina**. 2º ed. Rio de Janeiro: Gral. 1984.

DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. “**Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo**”. IN: DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique (org.). Uma nova fase do capitalismo? São Paulo e Campinas: Xamã e CEMAR, 2003a, p. 15-41.

DURANS, C. A. **Limites do sindicalismo e reorganização da luta social**: um estudo das experiências de ferroviários e metalúrgicos maranhenses. São Luís: EDUFMA, 2008.

FARIAS, F. B. **O imperialismo global**. São Paulo: Cortez, 2013a.

FARIAS, F. B. **O modo estatal global**. São Paulo: Xamã, 2013b

FONTES, Virgínia. **Imperialismo e crise**. In: Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial. 1ºed São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sudermann, 2009.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAOstat). Disponível em: <<http://www.fao.org/faostat/es/#home>>. Acesso em: 17 de ago. 2017.

FURTADO, Celso. **A Formação Econômica do Brasil**. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

FERNÁNDEZ F. S. *Soberanía Alimentaria: objetivo político de la cooperación el desarrollo en zonas rurales*. Barcelona:Icaria, 2008.

GERMER, C M. **Componentes estruturais da teoria do dinheiro no capitalismo**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 106-33, 1997.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2015.

GILL, L. *Fundamentos y límites del capitalismo*. Madrid: Trota, 1996.

GIL, A. D. Bolívia: **Duas revoluções nacionalistas?** In: Perspectivas. Revista de Ciências Sociais. UNESP, 2008. Disponível em: Acesso em: 12 set. 2018.

GONÇALVES, R. **O novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v. 112, p. 637-671. Out/dez, 2012.

GUZMÁN, A. *Historia de Bolívia*. La Paz/Cochabamba: Editorial "Los amigos dei libro", 1973.

HALL, Anthony L. **Amazônia: desenvolvimento para quem?** Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Zahar, 1999;

HARVEY, D. *Capital of modernity*. Nova York/ Londres: Routledge, 2003.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. **Para entender o capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

HILFERDING, R. (1910). *Finance Capital: A study of the latest phase of capitalist development*. Abingdon: Routledge, 1985.

HOBSON, J. A. *Imperialism: a study*. .1 ed. New York: Cosimo Classics, 2005.

HIRAKURI, M. H; LAZZAROTTO, J. J. **Evolução e perspectiva de desempenho econômico associados com a produção de soja nos contextos mundial e brasileiro**. Londrina (PR): Embrapa Soja, 2011.

HOWARD, Philip H. *Concentration and Power in The Food System: Who Controls What We Eat?* 2016.

ITOH, M; LAPAVITSAS, C. *Political Economy of Money and Finance*. New York: St. Martin's Press, 1999.

INSTITUTO BOLIVIANO DE COMERCIO EXTERIOR (IBCE). Disponível em: <<http://ibce.org.bo/>>. Acesso em: 25 de mar de 2017

JESSOP, B. **Towards a Schumpeterian Workfare State?** Preliminary Remarks on Post-Fordist Political Economy. *Studies in Political Economy*, 1993.

KAUTSKY, K. **Imperialism and the war**. In: _____ *Die Neue Zeit*, setembro de 1914. Disponível em: <http://marxists.org/archive/kautsky/1914/09/war.htm>. Acesso em agosto de 2018.

KAUTSKY, K. **Ultra – Imperialism**. In: _____ *Die Neue Zeit*, setembro de 1914; Disponível em: <http://marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm>. Acesso em agosto de 2018.

KLAGSBRUNN, V. H. **Considerações sobre a categoria dinheiro de crédito**. *Ensaios FEE*, volume 13, no 2, p. 592-615, 1992.

KOWARICK, M. **Amazônia-Carajás na trilha do saque**: os grandes projetos amazônicos. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.

LAPAVITSAS, C. **The theory of credit money**: a structural analysis. *Science and Society*, New York, v. 55, n. 3, p. 291-322, set-dez 1991.

LAPAVITSAS, C. **El capitalismo financiarizado**: expansión y crisis. Madrid: Maia Ediciones, 2009.

LEITE, M. P. **O futuro do trabalho**: novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Scritta, 1994.

LIMA, C. C. **A formação profissional em serviço social nos países amazônicos da América Latina sob o neoliberalismo**: tendências no movimento de expansão e

privatização do ensino superior no Brasil e na Colômbia. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, São Luís 2015;

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**, setembro de 1916. Disponível em: <http://marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>. Acesso em agosto de 2018.

LÔBO, M. A. **Estado e Capital transnacional na Amazônia: o caso da Albrás-alunorte**. Belém: UFPA/NAEA, 1996.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MARINI, R. M. (1977) **La Acumulación Capitalista Mundial y El Subimperialismo**. Disponível em: <<http://www.marini-escritos.unam.mx>> Acesso em: 25 de jul de 2018.

MARINI, R. M. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Marco Zero, 1992.

MARINI, R.M. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis: Insular, [1968] 2013.

MARQUES, R. M; NAKATANI, P. **O que é capital fictício e sua crise**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro II. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro III. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MESQUITA, B.A; FEITOZA, I. F; SILVA, J.R.S. Ação governamental e expansão das atividades do agronegócio na Amazônia Legal. In: **56º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2018, Campinas. Transformações Recentes na Agropecuária Brasileira: desafios em gestão, inovação, sustentabilidade e inclusão social, 2018. p. 1-1.

MESQUITA, B.A. A expansão da fronteira agrícola num cenário de globalização da agricultura. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22. p. 1079-1097, 2018.

MESQUITA, B.A. Contribuição governamental na ascensão do modelo agroexportador do agronegócio e suas consequências sociais e ambientais. **Revista de Políticas Públicas**, v. 20. p. 136-147, 2016.

McKAY, Ben. **The politics of control: new dynamics of agrarian change in Bolivia's soy complex**, 2017, 290 f. Tese (PhD in Agrarian Studies) - International Institute of Social Studies, Erasmus University Rotterdam, The Hague, 2017.

MICHALET, C. A. **O capitalismo mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

MONTENEGRO, D: *Caracterización y análisis de competitividad de las oleaginosas en Bolivia*. Santa Cruz, Bolivia, 2007.

ORMAECHEA, E. *Soberanía y seguridad alimentaria en Bolivia: políticas y estado de situación*. La Paz: Cedla, 2009.

PAULANI, L. **A Autonomização das Formas Verdadeiramente Sociais**: comentários sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo. In Economia (ANPEC), volume 12, nº 1, jan/abr, 2011.

PAZ, S. P. *El precio del "desarrollo": Partir en dos la zona núcleo de la región yungueña mejor conservada de Sudamérica: ¿Cuáles serían los impactos ambientales de la carretera por el TIPNIS?*. Bolpress, La Paz, 31 ago. 2011.

PERICÁS, L. B. **Bolívia**: militares, movimentos sociais e guerrilhas (1964-1971). Anais Eletrônicos do III Encontro da ANPHLAC. 1998. Disponível em: <

<http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/pericas.pdf>> Acesso em: 25 mar de 2018.

PÉREZ, M. **La soya en bolivia, ¿el "grano de oro" que no brilla?**. Disponível em: <https://ase.tufts.edu/gdae/Pubs/rp/wg/AgricultureBook_Span/PromesasPeligrosCh5Per ez.pdf. > Acesso em: 28 set. 2017;

REYES, F. S. **O papel das vias de circulação na coesão territorial do Estado boliviano**: da audiência de Charcas à Bolívia de 1971. Dissertação ao Programa de PósGraduação em Geografia Humana da USP, 2010.

ROSA, A. V. **Agricultura e meio ambiente**. São Paulo: Atual, 1998.

ROCHA, M. S. **A Outra Volta do Bumerangue**: Estado, Movimentos Sociais e Recursos Naturais na Bolívia (1952-2006). In: Bolívia: de 1952 ao Século XXI. p.11-61. Brasília: FUNAG/IPRI, 2006.

SABADINI, S. **Especulação financeira e capitalismo contemporâneo**: uma proposição teórica a partir de Marx. Econ. soc. vol.22 no.3 Campinas Dec. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182013000300001> Acesso em 03 de outubro de 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: espaço e tempo: razão e emoção. 3ª edição, São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Theotônio. **Imperialismo e corporações multinacionais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SAMPAIO JR., P. S. A. **Imperialismo reversão colonial e a revolução na América Latina**. In: Castelo, Rodrigo (Org). Encruzilhadas na América Latina no século XXI. Rio de Janeiro: Pão e Rosa. 2010.

SCHUMPETER, J. A. 1961 (1919). **Sociologia dos Imperialismos**. Em Imperialismo e classes sociais, Joseph Schumpeter. Rio de Janeiro: Zahar.

SVAMPA, M. **Debates Latinoamericanos: Indianismo, desarrollo, dependencia, populismo**. 1º ed. Buenos Aires: Edhasa, 2016.

CIPOLLA, F. P; PINTO, G. C. R. **Crítica das teorias da financeirização**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, São Paulo, n. 27, p. 6-28, out. 2010.

SERVICIO NACIONAL DE AREAS PROTEGIDAS (SERNAP). Parque Nacional y Territoria Indigena Isiboro Sécure. Disponível em: Acesso em 25 de junho de 2018.

SILVA, G. S. **Teoria monetária marxista**: análise do estado das artes. 136 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SILVA, J. G. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**, São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

SOUZA. **Crise do neoliberalismo e seus reflexos no aparelho estatal**: apontamentos para a reflexão do caso boliviano. In: VI Colóquio Marx Engels, 2009, Campinas. 6º Colóquio Marx Engels - Anais, 2009. [acesso em 22/01/2018]

WOOD, E. M. **O império do capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

URIOSTE, M. *Concentración y extranjerización de la tierra en Bolivia*. Fundación TIERRA: La Paz, Bolivia, 2010.

ZAMBERLAN, J.; FRONCHETI, A. **Agricultura ecológica**: preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente. Petrópolis: Vozes, 2001.